

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
IF Catarinense

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2011

Blumenau - SC
Março, 2012

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA – SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - IF
Catarinense

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo para prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011

Unidade Jurisdicionada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense

Blumenau - SC
Março, 2012

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE – IF
Catarinense

Gestão 2012

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação
Aloízio Mercadante

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Marco Antonio de Oliveira

Reitor
Francisco José Montório Sobral

Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Fernando Dilmar Bitencourt

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Mauricio Lehmann

Pró-Reitor de Ensino
Josete Mara Stahelin Pereira

Pró-Reitor de Extensão
José Carlos Brancher

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
João Célio de Araújo

Diretor-Geral do Câmpus de Araquari
Robert Lench

Diretor-Geral do Câmpus de Camboriú
Augusto Vitório Servelin

Diretor-Geral do Câmpus de Concórdia
Jolcemar Ferro

Diretor-Geral do Câmpus de Rio do Sul
Oscar Emilio Ludtke Harthmann

Diretor-Geral do Câmpus de Sombrio
Carlos Antonio Krause

Diretor-Geral do Câmpus de Videira
Willian Bolzan dos Santos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE – IF Catarinense

Gestão 2011

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação
Fernando Haddad

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Eliezer Moreira Pacheco

Reitor
Cláudio Adalberto Koller

Pró-Reitor de Administração e Planejamento
Marco Antonio Imhof

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
Antonio Alir Dias Raitani Junior

Pró-Reitor de Ensino
Luiz Alberto Ferreira

Pró-Reitor de Extensão
Carlos Renato Victoria de Oliveira

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
Nestor Valtir Panzenhagem

Diretor-Geral do Câmpus de Araquari
Robert Lench

Diretor-Geral do Câmpus de Camboriú
Augusto Vitório Servelin

Diretor-Geral do Câmpus de Concórdia
Jolcemar Ferro

Diretor-Geral do Câmpus de Rio do Sul
Oscar Emilio Ludtke Harthmann

Diretor-Geral do Câmpus de Sombrio
Adalberto Reinke

Diretor-Geral do Câmpus de Videira
Fernando Dilmar de Bitencourt

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

Art. – Artigo
CNAE – Código Nacional de Atividades Econmicas
CEFETT - Centros Federais de Educao Tecnológica
DAP – Diretoria de Administrao e Planejamento
DGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DN – Decisão Normativa
EAF - Escola Agrotécnica Federal
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
EPT – Educao Profissional e Tecnológica
ETF – Escola Técnica Federal
FURB – Fundao Universidade Regional de Blumenau
IN – Instruo Normativa
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
OP. Int. Orc. – Operaes Intra Orçamentárias
PJ – Pessoa Jurídica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PPA – Plano Plurianual
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RP – Restos a pagar
RPV – Requisio de Pequeno Valor
SETEC – Secretaria de Educao Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema integrado de Administrao Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administrao de Recursos Humanos
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento Execuo e Controle
SIORG – Sistema de Informaes Organizacionais do Governo Federal
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informao
UF-SC – Unidade Federativa de Santa Catarina
UG – Unidade Gestora
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Identificação da UJ	10
Quadro 02 - Demonstrativos da execução programa de governo 0089	20
Quadro 03 - Demonstrativos da execução programa de governo 0750	21
Quadro 04 - Demonstrativos da execução programa de governo 0901	21
Quadro 05 - Demonstrativos da execução programa de governo 1061	22
Quadro 06 - Demonstrativos da execução programa de governo 1062	22
Quadro 07 - Execução física das ações realizadas pela UJ	23
Quadro 08 - Identificação das Unidades Orçamentárias	25
Quadro 09 - Programação de despesas correntes	26
Quadro 10 - Programação de despesas capital	26
Quadro 11 - Quadro resumo da programação de despesas e da reserva de contingência	27
Quadro 12 - Movimentação orçamentária por grupo de despesas	27
Quadro 13 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ.....	30
Quadro 14 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários UJ.....	32
Quadro 15 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ ..	34
Quadro 16 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação ...	36
Quadro 17- Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	37
Quadro 18 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	38
Quadro 19 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	39
Quadro 20 – Força de trabalho da instituição	40
Quadro 21 – Situações que reduzem a força de trabalho da instituição.....	40
Quadro 22 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.....	41
Quadro 23 – Quantidade de servidores por faixa etária	41
Quadro 24 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade	41
Quadro 25 – Servidores inativos	42
Quadro 26 - Instituidores de pensão.....	42
Quadro 27 – Quadro de estagiários	42
Quadro 28 – Quadro de custos com estagiários	43
Quadro 29 - Custos de recursos humanos no exercício de 2011	44
Quadro 30 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	46
Quadro 31 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	46
Quadro 32 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – SPO.....	47
Quadro 33 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – SETEC.....	48
Quadro 34 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – SETEC.....	52
Quadro 35 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – IFRS	53
Quadro 36 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – FNDE	54

Quadro 37 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – PMSFS	55
Quadro 38 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.	56
Quadro 39 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigoram em 2011 e exercícios seguintes	58
Quadro 40 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	59
Quadro 41 - Estrutura de controles internos da UJ	60
Quadro 42 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	62
Quadro 43 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	63
Quadro 44 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	64
Quadro 45 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por cortador.....	65
Quadro 46 - Despesa com cartão de crédito corporativo (Série Histórica).....	66
Quadro 47 – Relação candidato/caga – especificações de cálculo.....	69
Quadro 48 – Relação candidato/vaga – especificações por câmpus	70
Quadro 49 – Relação ingressos/alunos – especificações de cálculo	70
Quadro 50 – Relação ingressos/alunos – especificações por câmpus	71
Quadro 51 – Relação concluintes/alunos – especificações de cálculo.....	71
Quadro 52 – Relação concluintes/alunos – especificações por câmpus.....	72
Quadro 53 – Índice de eficiência acadêmica – concluintes – especificações de cálculo	72
Quadro 54 – Índice de eficiência acadêmica – concluintes – especificações por câmpus.....	73
Quadro 55 – Índice de retenção do fluxo escolar – especificações de cálculo	73
Quadro 56 – Índice de retenção do fluxo escolar – especificações por câmpus	74
Quadro 57 – Relação alunos/docente em tempo integral – especificações de cálculo	74
Quadro 58 – Relação alunos/docente em tempo integral – especificações por câmpus	75
Quadro 59 – Índice de titulação do corpo docente – especificações de cálculo	75
Quadro 60 – Índice de titulação do corpo docente – especificações por câmpus	75
Quadro 61 – Gastos correntes por aluno – especificações de cálculo.....	76
Quadro 62 – Percentual de gastos com pessoal – especificações de cálculo	76
Quadro 63 – Percentual de gastos com outros custeios – especificações de cálculo	77
Quadro 64 – Percentual de gastos com investimentos – especificações de cálculo.....	77
Quadro 65 – Alunos matriculados classificados de acordo com a renda per capita familiar – especificações de cálculo	78
Quadro 66 – Alunos matriculados classificados de acordo com a renda per capita familiar – especificações por câmpus	78

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
1 – IDENTIFICAÇÃO.....	10
2 - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS	11
2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	11
2.1.2 - Visão Institucional.....	12
2.1.3 - Valores.....	12
2.2 - Estratégia de Atuação da Unidade.....	13
2.2.1 - Objetivos Gerais da Gestão	14
2.2.2 - Ações desenvolvidas em 2011.....	15
2.3 - Gestão de Programas e Ações	20
3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS	38
4 – MOVIMENTAÇÃO E SALDO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	39
5 – RECURSOS HUMANOS.....	39
5.1 – Custos associados à manutenção dos recursos humanos	42
5.2 – Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	46
5.3 – Análise crítica	46
6 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS NO EXERCÍCIO	46
7 – DECLARAÇÕES DE RESPONSABILIDADE.....	60
8 – DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	60
9 – SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	60
10 – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE	62
11 – GESTÃO DE PATRIMÔNIO	62
12 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	64
13 – CARTÕES DE PAGAMENTO.....	65
14 – INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA DE RECEITA	66
15 – DELIBERAÇÕES DO TCU.....	66
16 – RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO	66
17 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	69
18 - INDICADORES DE DESEMPENHO.....	69
18.1- Relação Candidato/Vaga	69
18.2 - Relação de Ingressos/Alunos.....	70
18.3 - Relação de Concluintes/Alunos.....	71
18.4 - Índice de Eficiência Acadêmica – concluintes	72
18.5- Índice de Retenção do Fluxo Escolar	73
18.6 - Relação Alunos/Docente em Tempo Integral.....	74
18.7 - Índice de Titulação do Corpo Docente	75

18.8 - Gastos Correntes por Aluno	76
18.9 - Percentual de Gastos com Pessoal.....	76
18.10 - Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios).....	77
18.11- Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)	77
18.12 - Número de Alunos Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Per Capita Familiar (determinação TCU).....	78

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, instituído pela Lei 11.892 de 29 de Dezembro de 2008, apresenta aos órgãos fiscalizadores e à sociedade o relatório de suas atividades de gestão correspondentes ao ano de 2011, estruturado com base na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e Portaria TCU nº 123/2011.

De forma abrangente, o presente relatório demonstra os resultados alcançados no que diz respeito às ações de natureza estruturante, desenvolvidas a partir do tripé ensino, pesquisa e extensão por meio das ferramentas de gestão. Ao mesmo tempo em que se constitui como instrumento com a finalidade de preservar a memória da Instituição, prestar contas em cumprimento aos dispositivos legais evidenciados e a luz do desenvolvimento das ações norteadas pelos princípios que regem a administração pública.

Os Institutos Federais de Educação, instituições especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, vêm se consolidando desde a sua criação nos termos da Lei 11.892.

O ano de 2011 foi emblemático para o IF Catarinense, pois iniciou com grandes expectativas e inúmeros desafios ainda por serem cumpridos, sendo o último ano da gestão de implantação desta formatação de autarquia pública que culminou na consolidação da instituição a partir do processo de eleição direta do reitor e de três diretores-gerais de câmpus. Para 2012 visualiza-se um novo período de consolidação e maturação da instituição dos procedimentos e ações desenvolvidas pelo conjunto de servidores que, com dedicação e esmero, já têm obtido resultados exitosos em face dos esforços envidados, na perspectiva da conquista cada vez maior da confiabilidade e da credibilidade do Instituto na comunidade em que está inserido.

Nessa perspectiva, as ações descritas neste relatório, entre tantas outras operações que foram desenvolvidas no conjunto dos câmpus do Instituto, envolvendo os programas de Governo sob nossa responsabilidade e, ainda, procurando responder aos desafios existentes na área de ensino, pesquisa e extensão, buscou-se sempre o cumprimento da missão institucional, a fim de que pudessem agora ser detalhados os resultados avaliados em consonância com os objetivos e metas estabelecidas, que visam a melhoria contínua nos indicadores de desempenho.

1 – IDENTIFICAÇÃO

Quadro 01 - Identificação da UJ

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense			
Denominação abreviada: IF Catarinense			
Código SIORG: 100919		Código LOA: 26422	Código SIAFI: 158125
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico			Código CNAE: 85422-00
Telefones/Fax de contato:	(047) 3331- 7800	(047) 3331-7890	
E-mail: ifc@ifc.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifc.edu.br			
Endereço Postal: Rua das Missões, 100 – Ponta Aguda – Blumenau – SC – CEP: 89051-000			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei 11892 de 29/12/2008 – Criou os Institutos Federais de Educação.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução 19 de 27/08/2009, publicada no DOU 165 de 28/08/2009 – Aprova o Estatuto do IF Catarinense			
Resolução 12 de 22/06/2010, publicada no DOU 125 de 02/07/2010 – Aprova o Regimento Geral do IF Catarinense.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158125	Instituto Federal Catarinense – Reitoria		
158379	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Videira		
158458	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Rio do Sul		
158459	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Araquari		
158460	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Camboriú		
158461	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Concórdia		
158462	Instituto Federal Catarinense – Câmpus Sombrio		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	-		

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158125	26422
158379	26422
158458	26422
158459	26422
158460	26422
158461	26422
158462	26422

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

2 - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

2.1 - Responsabilidades Institucionais da Unidade

O ano de 2011 pode ser considerado o ano de auge da implementação deste novo modelo de instituição de Educação Profissional e Tecnológica, aproveitando o potencial instalado nos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), que estruturaram um conjunto de Institutos com a pretensão de responder de forma mais ágil e eficaz às demandas crescentes por formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e suporte aos arranjos produtivos locais.

O Governo Federal criou, através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia contemplando todos os Estados da Federação, oferecendo ensino médio integrado, subsequente e concomitante, cursos superiores de tecnologia, bacharelado, engenharias e licenciaturas.

O Instituto Federal Catarinense nasceu de um consenso das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com as Escolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculadas à Universidade Federal de Santa Catarina e da criação do Câmpus Videira e Câmpus Blumenau, com o firme propósito de responder à Sociedade Catarinense os avanços que a nova realidade da educação tecnológica nos impunha.

Hoje, esta instituição rompe um processo de implantação e reconhecimento transferindo o foco de gestão para a consolidação e desenvolvimento.

Lembra-se que este relatório faz parte do processo histórico e, por isso, serão tratadas ações e considerados dados referentes ao ano de 2011.

2.1.1 - Missão

A missão do Instituto Federal Catarinense é “Contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural, ofertando uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão.”

2.1.2 - Visão Institucional

Ser referência em educação, ciência e tecnologia na formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da sociedade.

2.1.3 - Valores

O Instituto Federal Catarinense deve garantir a todos os seus câmpus a autonomia da gestão Institucional democrática a partir dos princípios constitucionais da Administração Pública:

- a) Ética – Requisito básico orientador das ações institucionais;
- b) Desenvolvimento Humano – Desenvolver a cidadania, a integração e o bem-estar social;
- c) Inovação – Buscar soluções às demandas apresentadas;
- d) Qualidade e Excelência – Promover a melhoria continua dos serviços prestados;
- e) Autonomia dos câmpus – Administrar preservando e respeitando a singularidade de cada Câmpus;
- f) Transparência – Disponibilizar mecanismos de acompanhamento e de conhecimento das ações da gestão;
- g) Respeito – Atenção com alunos, servidores e público em geral;
- h) Compromisso Social – Participação efetiva nas ações sociais.

2.1.4 - Finalidades

De acordo com o Artigo 4º da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, as finalidades do Instituto Federal Catarinense são as que seguem:

- I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II – desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

2.2 - Estratégia de Atuação da Unidade

De acordo com o Artigo 5º da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, os objetivos do Instituto Federal Catarinense são os que seguem:

I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI – ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vista ao processo de geração e inovação tecnológica.

2.2.1 - *Objetivos Gerais da Gestão*

a) Implantar e consolidar o INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE:

- ✓ Prover e equipar quadro de pessoal na sede da Reitoria;
- ✓ Constituir políticas e ações de difusão e fortalecimento do Instituto Federal;
- ✓ Fortalecer a presença do Instituto Federal Catarinense na comunidade local e regional.

b) Desenvolver Gestão Multicâmpus:

- ✓ Manter a autonomia pedagógica e administrativa em cada câmpus, respeitando as especificidades e permitir a elaboração de regulamentos internos para a normatização da atividade pedagógica e administrativa local;
- ✓ Implantar a Unidade Gestora para cada câmpus;
- ✓ Promover oportunidades de sinergia entre os câmpus.

c) Formar pessoas para vida e para o trabalho:

- ✓ Contribuir para o desenvolvimento sócio-cultural, econômico, ambiental, ético e do senso crítico, promovendo à melhoria da qualidade de vida e integração social.

d) Difundir informações:

- ✓ Constituir políticas e ações de difusão e integração com as comunidades internas e externas;
- ✓ Criar mecanismos de comunicação entre os câmpus;
- ✓ Criar e manter um canal permanente com a mídia.

e) Realizar convênios nacionais e internacionais com Instituições públicas e/ou privadas.

- ✓ Firmar convênios, acordos e cooperações, observando as finalidades e objetivos do Instituto Federal, promovendo a educação, pesquisa e extensão;
- ✓ Criar mecanismos permanentes de registro e controle de acordos, cooperações e convênios.

f) Promover a inserção comunitária:

- ✓ Analisar as necessidades e expectativas da comunidade regional nas ações de ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ Criar mecanismos que viabilizem ações de integração e cooperação com a comunidade de abrangência;
- ✓ Fomentar o desenvolvimento empreendedor através de projetos aplicados.

2.2.2 - Ações desenvolvidas em 2011

Apresentam-se a seguir as ações empreendidas para o desempenho das atividades fins da Unidade Jurisdicionada, segundo cada Pró-Reitoria competente e o Gabinete.

I - Gabinete

- a) Articulação para expansão do IF Catarinense com as comunidades/municípios;
- b) Condução do processo consolidação do Estatuto do IF Catarinense;
- c) Sequência nos debates para a organização estudantil do IF Catarinense com os alunos;
- d) Implantação das unidades de Blumenau, Brusque, São Francisco do Sul e São Bento do Sul;
- e) Aquisição de mobiliário e equipamentos com vistas a dotar a sede da Reitoria e os câmpus de uma estrutura que atenda os anseios do que é necessário ao desenvolvimento das atividades;
- f) Reuniões periódicas com os Diretores de Planejamento do IF Catarinense buscando a uniformização de procedimentos decorrentes da estrutura jurídica da Nova Autarquia;
- g) Posse e início das atividades do Conselho Superior e dos Conselhos de Câmpus.
- h) Construção e aprovação da Instrução Normativa 005/2011 que normatiza e padroniza a Identidade Visual do IF Catarinense, cria as CECOM. Treinamento e apresentação da IN 005/2011 e seus anexos; Assessoramento ao CODIR; Cobertura jornalística na Reitoria com divulgação interna e externa; Abastecimento e do site institucional; Produção do Informativo Semanal da Reitoria (meio eletrônico); Confecção artes gráficas; Assessoramento aos câmpus que não possuem Jornalista; Produção de 169 reportagens; Inclusão do IF Catarinense na Rede Social; Participação 5º Fórum de Comunicadores da Rede Federal;
- i) Elaboração de regimentos, regulamentos e normativas;
- j) Elaboração, avaliação e aprovação de cursos;
- k) Participação no desenvolvimento e implantação dos sistemas SIGA-EDU e SIGA-ADM;
- l) Consolidação do Sistema de Protocolo informatizado;
- m) Cursos e encontros motivacionais para servidores da Reitoria;
- n) Reitoria Itinerante;
- o) Curso de capacitação de servidores para elaboração de projetos;
- p) Contribuição no desenvolvimento nacional do SIGA-EDU;
- q) Treinamento com as secretarias dos câmpus do IF Catarinense, sobre padrões e o sistema SIGA-EDU;
- r) Treinamento com os setores de Almoxarifado e Patrimônio, sobre o SIGA-ADM;
- s) A Pesquisa Institucional atuou no abastecimento de informações institucionais e conferência nos sistemas SISTEC, SIMEC, SIG, e-MEC; SISU/ENEM; Educacenso, Enade, Censo da Educação Superior. Realização mensal do Censo Interno do IF Catarinense e colaboração junto à CPA. Participou ainda de 06 capacitações e treinamento sem 2011;

II – Pró-Reitoria de Administração e Planejamento

- a) Realização de concursos públicos para contratação de servidores (docentes e técnico-administrativos);
- b) Nomeação de servidores (docentes e técnico-administrativos) para atender a expansão do ensino tecnológico, em todos os Câmpus e na Reitoria;
- c) Participação efetiva em reuniões com o MEC atendendo toda a transição necessária entre a antiga estrutura do ensino tecnológico do país para o formato atual;
- d) Migração completa entre as antigas Unidades Gestoras das Autarquias e das Escolas Vinculadas para a atual formatação da UJ, composta por 07 Unidades Gestoras Executoras;
- e) Consolidação da contabilidade pública setorial na Reitoria com o intuito de gerir as ações de controle contábil no âmbito do Instituto Federal Catarinense;
- f) Formação de novos pregoeiros para todo o Instituto, objetivando atender as normativas legais vigentes;
- g) Realização de reuniões colegiadas entre os Diretores de Administração e Planejamento para detalhamento de ações advindas da nova estrutura hierárquica;
- h) Monitoramento e acompanhamento da aplicação orçamentária do Instituto Federal Catarinense buscando a otimização e melhoria da execução do Gasto Público;
- i) Contratação de Empresa especializada para execução de Serviços de Reforma e Adequação do Câmpus Blumenau;
- j) Contratação de empresa especializada para o desempenho de serviços de manutenção preventiva e corretiva na rede de baixa e alta tensão desta instituição;
- k) Aquisição de equipamentos de informática para a Reitoria e todos os câmpus do Instituto Federal Catarinense;

III – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

- a) Condução da sistemática para elaboração dos instrumentos regulatórios:
 - ✓ Regimento Geral do IF Catarinense;
 - ✓ Disciplinar Discente;
 - ✓ Moradia Estudantil;
 - ✓ Colégio de Dirigentes (CODIR);
 - ✓ Conselho de Câmpus (CONCÂMPUS);
 - ✓ Regimento do Conselho Superior do IF Catarinense (CONSUPER);
- b) Acompanhamento dos câmpus avançados;
- c) Articulação política inter-câmpus para harmonização de ações administrativas;
- d) Acompanhamento e chefia do setor de engenharia;
- e) Acompanhamento das atividades da Diretoria de Gestão de Pessoas.

IV – Pró-Reitoria de Ensino

- a) Planejamento, organização e realização dos processos seletivos para ingresso no IF Catarinense em 2011 – Vestibular e Exame de Classificação Unificado;
- b) Interação, acompanhamento, atendimento, divulgação e encaminhamento aos câmpus de demandas e orientações do MEC-SETEC, CNE, INEP, MDA, FNDE, FAPESC, FINEP, CNPq, UAB, E-TEC, MINTER/DINTER, CAPES, FDE/CONIF;
- c) Cadastramento dos cursos do IF Catarinense nos Conselhos Profissionais;
- d) Alinhamento e articulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores;
- e) Reformulação da Organização Didática dos Cursos;
- f) Análise de Projetos de Criação e Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos e Superiores;
- g) Levantamento de dados dos Doutores do IF Catarinense para realização do Projeto de Mestrado (CAPES) realizado em conjunto com a PROPI;
- h) Sistema de Registros e Emissão de Diplomas dos Cursos; Informação técnica e assessoria pedagógica;
- i) Implantação do Comitê Local de acompanhamento do PET - Programa de Educação Tutorial;
- j) Elaboração de proposta de resolução para regulamentar a atuação do Professor Voluntário;
- k) Apresentação do levantamento e discussão do projeto do mestrado (APCNCAPES) e projeto de normatização da criação de cursos *lato sensu* nos câmpus;
- l) Apoio a consolidação das CPAs e aos processos de avaliação;
- m) Acompanhamento das ações pertinentes ao ENADE 2011;
- n) Apoio aos Programas Proeja e Certific;
- o) Contribuição para a elaboração do censo interno mensal do IF Catarinense e alimentação dos sistemas de informação do MEC;
- p) Avaliação do estágio probatório dos docentes lotados nos câmpus Blumenau, Ibirama e Videira;
- q) Procedimentos referentes aos processos seletivos SiSU 2011 e 2012;
- r) Apoio à instauração dos cursos de Treinador e Instrutor de Cães-Guia;
- s) Articulação e representação institucional;
- t) Atendimento à auditoria interna referente a OS-008/2001/UNAI/IFC;
- u) Ações relacionadas à Coordenação do Programa de Pós-graduação e de Educação a Distância:
 - ✓ Elaboração de pré-projeto Pedagógico do curso de pós-graduação *lato sensu* - Especialização em Educação Profissional e Tecnológica;
 - ✓ Estudo e proposta de contratação de Mestrado em Educação;
 - ✓ Mediação de proposta para implementação de Curso de Especialização em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas ao Ensino de Ciências Naturais e Matemática com intercâmbio entre IF Catarinense (Câmpus Sombrio), IFSC (Câmpus Criciúma) e UFSC (Câmpus Araranguá);
 - ✓ Diagnóstico do Perfil dos Doutores e doutorandos do IF Catarinense e grupos de pesquisa;
 - ✓ Visita técnica aos câmpus do IF Catarinense;

- ✓ Qualificação das bibliotecas com aumento de acervos e exemplares e incentivo às publicações de livros, capítulos de livros, artigos técnicos e científicos, entre outros trabalhos;
- ✓ Elaboração de minuta de regulamentação de normas para pós-graduação *lato e stricto sensu*;
- ✓ Planejamento estratégico para pós-graduação no IF Catarinense a curto e longo prazo;
- ✓ Implementação de uma Comissão para pós-graduação *stricto sensu*;
- ✓ Levantamento de demandas para curso de mestrado e doutorado para servidores;
- ✓ Legislação e cursos de pós-graduação em andamento na página IF Catarinense;
- ✓ Diagnóstico da Educação a Distância nos anos de 2009 e 2010;
- ✓ Criação de ambiente virtual para discussão interna;
- ✓ Adesão ao Programa E-TEC Brasil pelos câmpus e indicação de um representante de cada câmpus;
- ✓ Elaboração do diagnóstico da EaD no Brasil, Regiões e Santa Catarina ;
- ✓ Formação Inicial e Continuada (FIC) - Primeiro projeto em EaD no IF Catarinense, Câmpus Videira;
- ✓ Viabilização da infraestrutura para credenciamento dos câmpus e pólos na Universidade Aberta do Brasil (UAB);

V – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

- a) Confirmação ou concessão de novas cotas de bolsas de Iniciação Científica do CNPq, sendo a cota de 20 bolsas PIBITI, 03 novas bolsas PIBIC, 01 PIBIC - Ações Afirmativas e 35 bolsas PIBIC;
- b) Elaboração e divulgação de edital para bolsas - modalidade PIBITI, do CNPq;
- c) Elaboração e divulgação de edital para bolsas - modalidade PIBIC e PIBIC-Af, do CNPq;
- d) Elaboração e divulgação de edital para bolsas - modalidade PIBIC-EM, do CNPq;
- e) Obtenção de 02 Bolsas sanduíche no exterior, do programa Ciência sem Fronteiras, do CNPq;
- f) Obtenção de recursos para custeio e investimento em pesquisa para 2012, da ordem de R\$ 500.000,00, entre custeio e investimentos, para cada Instituição constituinte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- g) Certificação de novos de grupos de pesquisa do CNPq;
- h) Promoção de Evento científico para 2011 – IV Jornada de Produção Científica da região Sul, realizada nos dias 07, 08 e 09 de novembro de 2011, em Blumenau (SC), com 371 selecionados entre as modalidades Pôster, Apresentação Oral e Relatos de Experiência;
- i) Desenvolvimento e divulgação do site do Núcleo de Inovação Tecnológica do IF Catarinense sob endereço eletrônico: <http://www.ifc.edu.br/nit/site/>;
- j) Continuidade da estruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT);
- k) Elaboração e aprovação do Regulamentação do NIT;
- l) Divulgação do NIT/Incubadoras, com visitas realizadas a todos os câmpus do IF Catarinense;

- m) Participação e parceria no Projeto do Pólo de Inovação do Vale do Rio do Peixe (INOVALE);
- n) Ampliação do acesso ao Portal Periódicos da CAPES;
- o) Elaboração da Minuta de Apoio à Pesquisa do IF Catarinense;
- p) Elaboração de Projeto FINEP PROINFRA 02/2010;
- q) Criação de estrutura on-line para divulgação das pesquisas do IF Catarinense acessível no endereço eletrônico: <http://www.ifc.edu.br/pesquisa/consultapublica.php>;
- r) Elaboração e divulgação do Diagnóstico Profissional dos Doutores, Doutorandos e Grupos de Pesquisa do IF Catarinense;
- s) Frequente divulgação, via e-mail, dos editais relacionados à pesquisa e inovação;
- t) Atualização da Minuta de Regulamentação de Bolsas de Iniciação Científica e Extensão;

VI – Pró-Reitoria de Extensão

- a) Construção do Regimento do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IF Catarinense;
- b) Consolidação de 6 (seis) NAPNE um em cada câmpus do IF Catarinense;
- c) Assinatura de convênios para estágios obrigatório dos alunos do IF Catarinense;
- d) Assinatura do Protocolo de Cooperação Técnica Internacional entre IF Catarinense e o Instituto Metropolitano de Tecnologia, na Colômbia;
- e) Promoção e assessoramento do projeto FENIX do Câmpus de Sombrio;
- f) Promoção e assessoramento do Edital FORPROEXT;
- g) Implantação do projeto dos Jogos do IF Catarinense;
- h) Implantação do programa Mulheres Mil;
- i) Implantação do FIES-PRONATEC;
- j) Implantação, promoção e assessoramento no PRONATEC, referente à bolsa formação;
- k) Elaboração da resolução do FIC (Formação Inicial e Continuada) aprovada pelo Conselho Superior;
- l) Análise e aprovação dos cursos FIC propostas pelos câmpus até fevereiro, quando foi descentralizado e passou-se aos câmpus essa função;
- m) Promoção e assessoramento dos cursos FIC dos câmpus;
- n) Consolidação da Assistência Estudantil;
- o) Recolhimento dos dados mensais enviados pelo responsável nos câmpus e envio dos dados para a Pesquisadora Institucional para alimentação do SIMEC;
- p) Implantação no projeto Formação de Professores da Educação Básica na Região de Concórdia SC;
- q) Assessoramento na execução de Bolsas de extensão no IF Catarinense;
- r) Implantação do Programa de Educação Tutorial – PET;
- s) Ações da Diretoria Sistêmica de Assistência Estudantil:
 - ✓ Aplicação do Questionário Socioeconômico Eletrônico com todos os alunos matriculados;

- ✓ Programa de Assistência Estudantil – PAE três editais criados contemplando o Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia e Auxílio Transporte;
- ✓ Auxílio Permanência aos alunos do PROEJA dos câmpus Camboriú, Araquari e Concórdia;
- ✓ Ações de Mobilidade Estudantil;

2.3 - Gestão de Programas e Ações

O Instituto Federal Catarinense é responsável por alguns programas governamentais dispostos no Plano Plurianual - PPA 2008/2011, que constituem diretrizes, a partir das quais foram estabelecidas regras e princípios para a gestão, para o financiamento e ao desempenho administrativo mais eficaz e eficiente.

O orçamento é unificado e a execução foi descentralizada pela Reitoria aos câmpus.

Ressalta-se que a execução orçamentária ocorreu no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Quadro 02 - Demonstrativos da execução programa de governo 0089

Código no PPA	0089				
Denominação	Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.				
Objetivos Específicos	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis				
Gerente	Não informado				
Coordenadora de Ação	Nicole Pasini Trevisol				
Público Alvo	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 3.067.533,00	R\$ 3.835.069,00	R\$ 3.766.594,93	R\$ 3.766.594,93	0,00	R\$ 3.766.594,93

Fonte: SIMEC - Disponível em <http://simec.mec.gov.br>

Esse programa de governo possui pouca ou nenhuma ingerência pela UJ, pois basta o servidor atingir as condições legais para aposentadoria ou benefícios de pensão que lhe é concedido o benefício. Dessa forma, o IF Catarinense apenas analisa os pedidos de aposentadoria e pensão e procede ao devido pagamento de acordo com os valores legais, não tendo qualquer possibilidade de gestão direta nos recursos.

A execução desta ação transcorreu dentro da normalidade no que se referiu ao pagamento de aposentadorias e pensões legalmente estabelecidas.

Quadro 03 - Demonstrativos da execução programa de governo 0750

Código no PPA	0750				
Denominação	Apoio Administrativo				
Tipo do Programa	Apoio Administrativo				
Objetivo Geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.				
Objetivos Específicos	Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes; Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados; Auxílio-transporte aos servidores e empregados; Auxílio-alimentação aos servidores e empregados; Assistência médica aos servidores - Exames Periódicos.				
Gerente	Wellyston Luiz da Silva de Oliveira				
Coordenadora de Ação	Nicole Pasini Trevisol				
Público Alvo	Governo				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 552.000,00	R\$ 1.352.000,00	R\$ 1.268.893,69	R\$ 1.268.893,69	0,00	R\$ 1.268.893,69
R\$ 87.882,00	R\$ 147.882,00	R\$ 140.518,16	R\$ 140.518,16	0,00	R\$ 140.518,16
R\$ 1.149.434,00	R\$ 1.008.431,00	R\$ 723.822,21	R\$ 723.822,21	0,00	R\$ 723.325,99
R\$ 2.137.825,00	R\$ 3.437.825,00	R\$ 3.351.662,47	R\$ 3.351.662,47	0,00	R\$ 3.351.662,47
R\$ 35.067,00	R\$ 35.067,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00
R\$ 3.962.208,00	R\$ 5.981.205,00	R\$ 5.484.896,53	R\$ 5.484.896,53	0,00	R\$ 5.484.400,31

Fonte: SIMEC - Disponível em <http://simec.mec.gov.br>

Outro programa de pouca intervenção pela UJ, pois é uma determinação legal para concessão de benefícios a servidores. Para propiciar um atendimento desse benefício a todos os servidores, no ano de 2010 o IF Catarinense firmou um convênio com o MEC e a Aliança Administradora de Planos de Saúde e assistência odontológica, ofertando o Plano Brasil de Saúde para os Servidores em Educação, que consiste em uma oferta de planos de saúde onde os servidores possuem liberdade para contratar o plano que melhor lhe convém, em seguida solicitar o ressarcimento.

As expectativas foram atendidas e alcançadas considerando o crescimento do Instituto Federal Catarinense, com a inclusão de novos servidores e dependentes e as normas técnicas expedidas pela SRH do Ministério do Planejamento. Em relação aos exames periódicos, a meta a ser atingida passa para o ano de 2012.

Quadro 04 - Demonstrativos da execução programa de governo 0901

Código no PPA	0901
Denominação	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Tipo do Programa	Operações Especiais
Objetivo Geral	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Objetivos Específicos	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas; Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.
Gerente	Não informado
Coordenadora de Ação	Nicole Pasini Trevisol
Público Alvo	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 417.095,00	R\$ 405.571,00	R\$ 394.876,98	R\$ 394.876,98	0,00	R\$ 394.876,98
R\$ 55.057,00	R\$ 55.057,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00
R\$ 472.152,00	R\$ 460.628,00	R\$ 394.876,98	R\$ 394.876,98	0,00	R\$ 394.876,98

Fonte: SIMEC - Disponível em <http://simec.mec.gov.br>

Programa de governo com nenhum poder de decisão do IF Catarinense, pois atende especificamente a demandas judiciais determinadas pelo Poder Judiciário, após a citação para pagamento de valores judiciais, seja Precatórios ou RPVs a UJ apenas procede ao pagamento.

Quadro 05 - Demonstrativos da execução programa de governo 1061

Código no PPA	1061				
Denominação	Brasil Escolarizado				
Tipo do Programa	Finalístico				
Objetivo Geral	Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.				
Objetivos Específicos	Formação Inicial e Continuada à distância.				
Gerente	Daniel Silva Balaban				
Coordenadora de Ação	Nicole Pasini Trevisol				
Público Alvo	Crianças, adolescentes e jovens.				
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 652.426,00	R\$ 652.426,00	R\$ 650.060,00	R\$ 305.722,18	0,00	R\$ 0,00

Fonte: SIMEC - Disponível em <http://simec.mec.gov.br>

A EAD no Instituto Federal Catarinense encontra-se em fase de implantação, sendo que nenhum câmpus iniciou a oferta de cursos de formação inicial e continuada na modalidade à distância.

Quadro 06 - Demonstrativos da execução programa de governo 1062

Código no PPA	1062
Denominação	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica
Tipo do Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Ampliar a oferta de educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.
Objetivos Específicos	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais; Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; Prestação de Serviços à Comunidade; Funcionamento da Educação Profissional; Assistência ao Educando da Educação Profissional; Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de Educação Tecnológica; Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional; Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional; Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
Gerente	Eliezer Moreira Pacheco
Coordenadora de Ação	Nicole Pasini Trevisol
Público Alvo	Jovens e adultos que buscam formação profissional técnica, e superior tecnológica e professores da Educação Básica e da Educação Profissional.

Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
R\$ 7.173.889,00	R\$ 10.924.172,00	R\$ 10.817.923,75	R\$ 10.817.923,75	0,00	R\$ 10.817.923,75
R\$ 1.417.598,00	R\$ 1.417.598,00	R\$ 1.417.039,81	R\$ 202.356,11	0,00	R\$ 0,00
R\$ 37.041,00	R\$ 37.041,00	R\$ 36.252,89	R\$ 34.452,89	0,00	R\$ 0,00
R\$ 61.099.425,00	R\$ 79.000.762,00	R\$ 77.342.151,18	R\$ 71.557.526,60	0,00	R\$ 56.831.823,25
R\$ 4.272.748,00	R\$ 4.272.748,00	R\$ 3.048.799,65	R\$ 2.681.073,46	0,00	R\$ 0,00
R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	0,00	R\$ 0,00
R\$ 825.000,00	R\$ 825.000,00	R\$ 824.426,57	R\$ 232.445,16	0,00	R\$ 0,00
R\$ 450.000,00	R\$ 320.000,00	R\$ 307.046,99	R\$ 265.645,49	0,00	R\$ 531,50
R\$ 7.185.623,00	R\$ 7.185.623,00	R\$ 7.183.071,97	R\$ 4.739.070,49	0,00	R\$ 0,00
R\$ 82.761.324,00	R\$ 104.282.944,00	R\$ 101.276.712,81	R\$ 90.530.493,95	0,00	R\$ 67.650.278,50

Fonte: SIMEC - Disponível em <http://simec.mec.gov.br>

É perceptível a excelente execução desse Programa de Governo que podemos, sem dúvida, denominar como sendo o principal programa do Instituto Federal Catarinense, é o programa finalístico que nos permite atender a expansão do ensino tecnológico do País, pois em seu arcabouço encontramos guarida para as principais ações que diretamente atingem os alunos do Instituto.

Analisando os dados, percebemos a excelente execução orçamentária do IF Catarinense no ano de 2011, pois dos aproximados R\$ 104 milhões de dotação final, o IF Catarinense empenhou aproximadamente R\$ 101 milhões. Cabe ainda ressaltar que dentro desse programa está contido o pagamento dos servidores ativos e essa pequena diferença de R\$ 3 milhões, entre a dotação e a execução, deriva da não execução de gastos de pessoal.

No tocante ao custeio e investimento na área finalística, durante todo o ano de 2011 o IF Catarinense esteve entre os melhores institutos em capacidade de execução atingindo integralmente o atendimento de suas metas físicas previstas na época da proposta orçamentária.

Quadro 07 - Execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
09	272	0089	0181	OP	4	Pessoa Beneficiada	73	73	Não Informado
12	122	1062	09HB	OP	4	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado
12	128	1061	8429	A	4	Aluno Matriculado	250	0	450
12	301	0750	2004	A	4	Pessoa Beneficiada	639	1397	1.158
12	301	0750	20CW	A	4	Servidor Beneficiado	195	0	195

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	306	0750	2012	A	4	Servidor Beneficiado	586	983	954
12	331	0750	2011	A	4	Servidor Beneficiado	544	364	545
12	363	1062	1H10	P	1	Unidade de Ensino Implantada	11	7	Não Informado
12	363	1062	2319	A	4	Pessoa Atendida	179	76	Não Informado
12	363	1062	2992	A	4	Aluno Matriculado	5.201	7388	8.001
12	363	1062	2994	A	4	Aluno Assistido	4.000	5170	5.000
12	363	1062	2E13	A	4	Unidade Modernizada	3	1	Não Informado
12	363	1062	6301	A	4	Volume Disponibilizado	8.000	3743	8.000
12	363	1062	6358	A	4	Pessoa Capacitada	250	204	400
12	363	1062	8650	A	4	Unidade Reestruturada	6	32	Não Informado
12	365	0750	2010	A	4	Criança Atendida	90	159	148
28	846	0901	0005	OP	4	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado
28	846	0901	00G5	OP	4	Não Informado	Não Informado	Não Informado	Não Informado

Fonte: SIAFI Gerencial, SIMEC e LOA 2011 e 2012

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregado e seus Dependentes: Essa ação foi desenvolvida dentro das expectativas de crescimento do Instituto Federal Catarinense, com a inclusão de novos servidores técnicos administrativos e docentes para integralização de cursos em câmpus pré-existentes e para o funcionamento de novas unidades previstas no plano de expansão do Governo Federal.

Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos: Embora existindo a previsão, não foi possível a mensuração e realização de processo licitatório para esse fim, ficando para o ano de 2012, quando poderá se considerar uma estabilização do quadro de servidores do IF Catarinense.

Ação 2012 – Auxílio alimentação aos Servidores e Empregados: Essa ação foi desenvolvida dentro das expectativas de crescimento do Instituto Federal Catarinense, com a inclusão de novos servidores técnico-administrativos e docentes para integralização de cursos em câmpus pré-existentes e para o funcionamento de novas unidades previstas no plano de expansão do Governo Federal.

Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados: Considerando a obrigatoriedade de cadastramento dos servidores para fins da concessão do auxílio

transporte, observados os rigores de Orientações Normativas e Notas Técnicas da SRH do Ministério do Planejamento, o número de servidores que percebia o referido auxílio diminuiu.

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados: Essa ação foi desenvolvida dentro das expectativas de crescimento do Instituto Federal Catarinense, com a inclusão de novos servidores técnico-administrativos e docentes para integralização de cursos em câmpus pré-existentes e para o funcionamento de novas unidades previstas no plano de expansão do Governo Federal.

Ação 1H10 Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: esta ação foi utilizada essencialmente para implantarmos o programa previsto no PPA 2008/2011 do Governo Federal que previa o aumento de vagas do Ensino Tecnológico do País. Cabe ressaltar que a meta inicial prevista da expansão de 11 unidades corresponde a Reitoria todos os câmpus e os respectivos câmpus Avançados: Reitoria (01), câmpus de Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul, Sombrio e Videira (06), câmpus Avançado (Ibirama, Blumenau, São Francisco do Sul e Luzerna). Ocorre que apenas a Reitoria e os câmpus possuem Unidades Gestoras Executoras, por esse motivo há a divergência entre a meta realizada e a meta prevista. Na meta prevista constam 07 unidades atendidas, no entanto todas as 11 Unidades receberam recursos da ação de expansão, ficando 100% da meta atendida.

Ação 2E13 Reforma e Modernização de Infraestrutura: esta ação foi decorrente de uma emenda Parlamentar do Deputado Cláudio Vignatti, ainda sob seu mandato em 2010 e que no ano de 2011 foi liberada pelo Parlamentar Pedro Uczai. Destinou-se a atender a modernização do Câmpus Concórdia. Como decorreu de uma emenda parlamentar, o IF Catarinense não participou da previsão das metas. O parlamentar deve ter se equivocado ao constar na LOA 03 unidades atendidas, quando na verdade deveria ser apenas 01 (Câmpus Concórdia). Considerando a Unidade apontada na emenda parlamentar, podemos considerar 100% atendido.

Ação 8650 Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: da mesma forma que a ação 1H10, essa ação decorre principalemnte do PPA 2008/2011 vinculado ao PDE (plano de desenvolvimento da educação), onde contemplava recursos para todas as Unidades fim (câmpus) todas as Unidades receberam recursos dessa ação. Considerando o fato real, podemos determinar que todos os 06 Câmpus foram atendidos integralmente (100%).

Quadro 08 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal Catarinense	26422	26422

Fonte: SIAFI operacional

Quadro 09 - Programação de despesas correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA	49.387.234,00	25.762.325,00			25.352.896,00	20.157.814,00	
CRÉDITOS	Suplementares		21.986.873,00	31.344.000,00			3.192.283,00	3.043.930,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados		11.524,00	5.551,00			271.003,00	
Outras Operações								
Total		71.362.583,00	57.100.774,00	-	-	28.274.176,00	23.201.744,00	

Fonte: SIAFI Gerencial

PES: Pessoal e Encargos Sociais: o quadro apresenta um incremento de aproximadamente R\$15.000.000,00(quinze milhões), no valor correspondente ao pagamento de pessoal e encargos sociais, se comparando com o valor do ano de 2010. Esse incremento reflete a expansão do Instituto Federal Catarinense, com a inclusão de novos servidores técnico-administrativos e docentes para integralização de cursos em câmpus pré-existentes e para o funcionamento de novas unidades previstas no plano de expansão do Governo Federal.

PODC: Percebe-se um incremento de aproximadamente R\$ 5.000.000,00 em custeio considerando 2011 comparado com 2010. Esse incremento reflete a implantação de nova matriz orçamentária do IF Catarinense, onde já se considerou os câmpus Avançados de Ibirama, Blumenau e São Francisco do Sul que passaram a compor a matriz orçamentária 2011. Além disso, houve o incremento normal na matriz orçamentária decorrente da expansão no número de matrículas.

Quadro 10 - Programação de despesas capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA	16.175.513,00	11.182.782,00				
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados		600.000,00				
Outras Operações							
Total		15.575.513,00	11.182.782,00	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

O incremento nas despesas de capital reflete diretamente a expansão física de nossos câmpus, foram modernizados laboratórios, construído novas salas de aula adquiridos novos equipamentos que proporcionaram o aumento no número de matrículas e a oferta de novos cursos a sociedade catarinense. Esse incremento de investimentos coaduna com o Plano de Desenvolvimento apregoado pelo Governo Federal e contido no PPA 2008/2011.

Quadro 11 - Quadro resumo da programação de despesas e da reserva de contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA	25.352.896,00	20.157.814,00	16.175.513,00	11.182.782,00		
CRÉDITOS	Suplementares	3.192.283,00	3.043.930,00				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados	271.003,00		600.000,00			
Outras Operações							
Total		28.274.176,00	23.201.744,00	15.575.513,00	11.182.782,00	-	-

Fonte: SIAFI Gerencial

Esse quadro apresenta apenas o que já foi explanado anteriormente, reflete diretamente o incremento orçamentário ocorrido entre o período 2010 para 2011. Quanto aos créditos cancelados, são créditos decorrentes de suplementação orçamentária decorrente de remanejamento entre elementos de despesa, ao mesmo tempo em que se suplementa um crédito deve ser ofertado um crédito e para cancelamento e depois de enviado ao Congresso Nacional para apreciação.

A diferença percebida entre cancelados e suplementação decorre de suplementação realizada pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) para atender gastos com pagamento de servidores, aposentados e pensionistas.

Quadro 12 - Movimentação orçamentária por grupo de despesas

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	158125	1236310621H100001			1.186.431,33
	Recebidos	158460	1236310621H100001			699.454,90
	Recebidos	158461	1236310621H100001			486.976,43
	Concedidos	158125	12363106263580001			10.303,40
	Recebidos	158459	12363106263580001			10.303,40
	Concedidos	158125	12363106263800001			74.092,18
	Recebidos	158379	12363106263800001			6.543,27

	Recebidos	158458	12363106263800001		63.614,58	
	Recebidos	158460	12363106263800001		3.934,33	
	Concedidos	158125	12128106184290042		252.283,31	
	Recebidos	158379	12128106184290042		55.700,51	
	Recebidos	158458	12128106184290042		36.060,58	
	Recebidos	158459	12128106184290042		66.620,26	
	Recebidos	158460	12128106184290042		23.350,69	
	Recebidos	158461	12128106184290042		48.142,74	
	Recebidos	158462	12128106184290042		22.408,53	
	Concedidos	158125	12363106223190042		29.691,89	
	Recebidos	158462	12363106223190042		29.691,89	
	Concedidos	158125	12363106229920042		14.374.351,47	
	Recebidos	158379	12363106229920042		1.688.286,82	
	Recebidos	158458	12363106229920042		2.934.993,28	
	Recebidos	158459	12363106229920042		2.797.926,50	
	Recebidos	158460	12363106229920042		1.637.574,18	
	Recebidos	158461	12363106229920042		2.578.813,92	
	Recebidos	158462	12363106229920042		2.736.756,77	
	Concedidos	158125	12363106229940042		1.335.824,09	
	Recebidos	158379	12363106229940042		363,00	
	Recebidos	158458	12363106229940042		399.997,90	
	Recebidos	158459	12363106229940042		299.998,98	
	Recebidos	158460	12363106229940042		235.481,03	
	Recebidos	158461	12363106229940042		199.983,18	
	Recebidos	158462	12363106229940042		200.000,00	
	Concedidos	158125	12363106263580042		98.596,99	
	Recebidos	158458	12363106263580042		7.054,50	
Recebidos	158460	12363106263580042		41.578,52		
Recebidos	158461	12363106263580042		29.963,97		
Recebidos	158462	12363106263580042		20.000,00		
Movimen tação Externa	Concedidos	201002	04122075020000001	228.000,00		
	Recebidos	158125	04122075020000001	228.000,00		
	Concedidos	150014	12122106722720001		7.199,64	
	Recebidos	158125	12122106722720001		7.199,64	
	Concedidos	150014	1236310621H100001		1.186.431,33	
	Recebidos	158125	1236310621H100001		1.186.431,33	
	Concedidos	150014	12363106220AW0001		26.000,00	
	Recebidos	158125	12363106220AW0001		26.000,00	
	Concedidos	150014	12363106263580001		10.303,40	
	Recebidos	158125	12363106263580001		10.303,40	
	Concedidos	150014	12363106263800001		269.688,88	
	Recebidos	158125	12363106263800001		269.688,88	
	Concedidos	158141	12128106745720043		24.479,62	
	Recebidos	158125	12128106745720043		24.479,62	
	Concedidos	158141	12363106229920043		28.930,46	
	Recebidos	158125	12363106229920043		28.930,46	
	Concedidos	158125	28846090100050042	405.571,00		
	Recebidos	80013	28846090100050042	211.900,00		
	Recebidos	90033	28846090100050042	193.671,00		
	Concedidos	158125	28846090100G50001	55.057,00		
	Recebidos	90033	28846090100G50001	55.057,00		
	Concedidos	158125	12363106229920042		3.717,27	
	Recebidos	170155	12363106229920042		3.717,27	
	Concedidos	158458	12363106263580042		531,50	
	Recebidos	153163	12363106263580042		531,50	
	Natureza da		UG	Classificação da ação	Despesas de Capital	

Movimentação de Crédito		concedente ou recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimen tação Interna	Concedidos	158125	1236310621H100001	3.550.917,50		
	Recebidos	158379	1236310621H100001	1.819.906,75		
	Recebidos	158458	1236310621H100001	1.731.010,75		
	Concedidos	158125	12363106263580001	10.535,00		
	Recebidos	158459	12363106263580001	10.535,00		
	Concedidos	158125	12363106263800001	3.111.433,12		
	Recebidos	158379	12363106263800001	8.380,00		
	Recebidos	158458	12363106263800001	82.277,10		
	Recebidos	158459	12363106263800001	924,00		
	Recebidos	158460	12363106263800001	3.000.750,22		
	Recebidos	158461	12363106263800001	19.101,80		
	Concedidos	158125	12128106184290042	384.781,69		
	Recebidos	158379	12128106184290042	95.742,62		
	Recebidos	158458	12128106184290042	57.142,86		
	Recebidos	158459	12128106184290042	104.907,50		
	Recebidos	158460	12128106184290042	37.010,12		
	Recebidos	158461	12128106184290042	76.264,30		
	Recebidos	158462	12128106184290042	13.714,29		
	Concedidos	158125	1236310621H100042	1.359.153,14		
	Recebidos	158379	1236310621H100042	147.726,53		
	Recebidos	158458	1236310621H100042	152.765,89		
	Recebidos	158459	1236310621H100042	400.000,00		
	Recebidos	158460	1236310621H100042	158.660,72		
	Recebidos	158461	1236310621H100042	350.000,00		
	Recebidos	158462	1236310621H100042	150.000,00		
	Concedidos	158125	12363106223190042	6.561,00		
	Recebidos	158462	12363106223190042	6.561,00		
	Concedidos	158125	12363106229920042	3.490.738,64		
	Recebidos	158379	12363106229920042	899.118,47		
	Recebidos	158458	12363106229920042	1.880.091,13		
	Recebidos	158459	12363106229920042	411.723,19		
	Recebidos	158460	12363106229920042	299.805,85		
	Concedidos	158125	12363106263010042	728.198,53		
	Recebidos	158379	12363106263010042	194.384,31		
Recebidos	158458	12363106263010042	94.385,89			
Recebidos	158459	12363106263010042	199.473,73			
Recebidos	158460	12363106263010042	40.000,00			
Recebidos	158461	12363106263010042	99.954,60			
Recebidos	158462	12363106263010042	100.000,00			
Concedidos	158125	12363106286500042	6.800.367,34			
Recebidos	158379	12363106286500042	1.695.889,30			
Recebidos	158459	12363106286500042	1.796.403,09			
Recebidos	158461	12363106286500042	1.583.607,29			
Recebidos	158462	12363106286500042	1.724.467,66			
Movimen tação Externa	Concedidos	150014	1236310621H100001	6.827.012,72		
	Recebidos	158125	1236310621H100001	6.827.012,72		
	Concedidos	150014	12363106263580001	10.535,00		
	Recebidos	158125	12363106263580001	10.535,00		
	Concedidos	150014	12363106263800001	3.193.969,95		
	Recebidos	158125	12363106263800001	3.193.969,95		
	Concedidos	150014	12363106286500001	3.900.000,00		
Recebidos	158125	12363106286500001	3.900.000,00			

Fonte: SIAFI Gerencial

Em sua quase totalidade, esses créditos são recebidos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) para os institutos executarem a política de expansão do Ensino Técnico do País. Todas as demandas solicitadas pela SETEC e executadas pelo IF Catarinense recebem esses créditos e aplicam diretamente na área fim (oferta de vagas no ensino tecnológico).

Além desses créditos acima, observa-se o repasse de créditos oriundos da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO/MEC) para atender a despesas de pessoal. Finalizando, registrou-se o repasse automático de créditos para a UG/GESTÃO 090033/00001 para atender condenações judiciais do IF Catarinense (precatórios e RPV)

Quadro 13 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ
Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	17.089.611,08	12.370.386,29	15.431.616,11	11.815.347,77
Convite		53.367,28		53.367,28
Tomada de Preços	1.660.611,93	1.188.138,22	1.565.425,52	1.149.477,02
Concorrência	2.796.081,44	565.541,31	2.165.234,39	562.194,38
Pregão	8.147.167,48	10.563.339,48	7.716.860,08	10.050.309,09
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços	4.485.750,23		3.984.096,12	
Contratações Diretas	3.043.816,40	3.059.930,50	2.947.301,93	3.029.883,10
Dispensa	2.853.003,92	2.969.698,64	2.757.465,45	2.939.651,24
Inexigibilidade	190.812,48	90.231,86	189.836,48	90.231,86
Regime de Execução Especial	52.941,38	28.998,45	52.941,38	28.998,45
Suprimento de Fundos	52.941,38	28.998,45	52.941,38	28.998,45
Pagamento de Pessoal	78.121.080,20	61.208.311,99	78.119.984,06	61.208.237,01
Pagamento em Folha	77.327.264,13	60.374.493,52	77.327.264,13	60.374.493,52
Diárias	793.816,07	833.818,47	792.719,93	833.743,49
Outros	2.174.752,50	262.505,83	2.169.971,56	262.247,83
Totais	100.482.201,56	76.930.133,06	98.721.815,04	76.344.714,16

Fonte: SIAFI Gerencial

Analisando o quadro acima, podemos extrair algumas conclusões:

1 - O IF Catarinense não realizou nenhuma contratação por meio de carta convite em 2011, isso reflete uma orientação de no mínimo utilizarmos a Tomada de Preços em todas as obras do Instituto, mesmo que pelo valor possibilitasse o uso da Carta convite. Segundo nosso

entendimento a TP possui um grau de transparência maior, pois possibilita a participação de qualquer interessado no certame.

2 - Percebe-se uma evolução nos gastos com a Tomada de preços, decorrente imediatamente pelo exposto acima bem como pelo aumento de recursos em obras de expansão comparativamente ao ano de 2010.

3 - O pregão eletrônico registra um pequeno decréscimo, pois reflete também o explanado anteriormente. Como o IF Catarinense aplicou mais recursos em obras, essa contratação não permite o uso da modalidade pregão, registrando um pequeno decréscimo em relação a 2010.

4 - No ano de 2011 utilizamos um grande volume de recursos na modalidade registro de preços. Foi a partir de 2011 que o IF Catarinense adotou essa prática para oportunizar uma melhor agilidade em suas aquisições, fato esse que não havia sido utilizado em 2010.

5 - Podemos observar uma pequena redução na utilização da modalidade de dispensa de licitação e ao mesmo tempo um incremento na utilização da modalidade de inexigibilidade. Essa diferença se dá principalmente pela orientação em utilização da modalidade inexigibilidade em algumas despesas que vinham sendo enquadradas como dispensa de licitação, portanto mesmo com todo o incremento orçamentário entre 2010 para 2011, mantivemos praticamente os mesmos gastos em dispensas e inexigibilidade. O que podemos concluir que a aplicação dos recursos forma melhor planejado, permitindo a utilização das modalidades licitatórias.

6 - Verificamos um acréscimo percentual substancial no uso do Cartão Corporativo, no entanto ao analisarmos números absolutos podemos perceber que comparativamente a outros Órgãos do Governo Federal a utilização do CPGF é mínima.

7 - O aumento de gastos com folha de pagamento é decorrente diretamente do acréscimo do número de servidores advindos da expansão do ensino tecnológico do País.

8 - Percebemos um pequeno decréscimo no valor de gastos com diárias, esse decréscimo decorre principalmente em decorrência do Decreto que determinou a redução de aplicação em diárias em relação a 2010. O IF Catarinense atendeu integralmente o Decreto, mesmo sendo autorizado o uso de diárias em 100% do executado em 2010, registramos um valor menor que o aplicado, contribuindo para uma economia que pode ser revertida em investimentos.

Quadro 14 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	71.122.051,84	55.632.915,17	71.122.051,84	55.632.915,17	-	-	71.122.051,84	55.632.915,17
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	53.713.250,09	41.183.921,41	53.713.250,09	41.183.921,41	-	-	53.713.250,09	41.183.921,41
OBRIGACOES PATRONAIS	11.081.411,28	8.447.416,04	11.081.411,28	8.447.416,04	-	-	11.081.411,28	8.447.416,04
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	3.320.363,02	2.844.909,49	3.320.363,02	2.844.909,49	-	-	3.320.363,02	2.844.909,49
Demais elementos do grupo	3.007.027,45	3.156.668,23	3.007.027,45	3.156.668,23	-	-	3.007.027,45	3.156.668,23
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa								
Nome 2º elemento de despesa								
Nome 3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	26.192.339,99	22.411.458,39	22.940.081,89	17.594.265,75	3.252.258,10	4.817.192,64	22.209.013,66	17.271.473,03
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	6.446.032,09	6.608.316,93	5.081.718,15	4.390.884,65	1.364.313,94	2.217.432,28	4.941.250,46	4.339.555,19
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA / MATERIAL DE CONSUMO	5.245.902,82	3.580.307,85	4.427.392,53	3.387.511,22	818.510,29	192.796,63	4.265.180,22	3.322.233,43
MATERIAL DE CONSUMO / LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA	4.813.846,18	5.996.236,77	3.816.017,11	3.681.474,20	997.829,07	2.314.762,57	3.400.786,52	3.481.063,32
Demais elementos do grupo	9.686.558,90	6.226.596,84	9.614.954,10	6.134.395,68	71.604,80	92.201,16	9.601.796,46	6.128.621,09
Totais	97.314.391,83	78.044.373,56	94.062.133,73	73.227.180,92	3.252.258,10	4.817.192,64	93.331.065,50	72.904.388,20

Fonte: SIAFI Gerencial

A presente tabela demonstra claramente a evolução da força de trabalho agregada com a expansão do ensino tecnológico. Olhando por um prisma mais simplista poderíamos pré-julgar que o IF Catarinense estivesse tendo uma atitude perdulária no tocante aos gastos com pessoal, pois há um claro crescimento de valores no período. No entanto é nesse período que entramos com força total na expansão tecnológica no que concerne ao número de servidores e graças a essa expansão houve uma oferta maior de cursos superiores e técnicos que permitiram o crescimento de matrículas, que representam mais e mais brasileiros com uma formação de qualidade. Houve um número enorme de novas nomeações de servidores para atender a nova oferta, por esse motivo os valores sofreram o impacto verificado na tabela.

No mesmo sentido podemos perceber a locação de mão de obra numa crescente, pois se há mais áreas construídas e mais câmpus em funcionamento, existe também a necessidade de contratação de servidores terceirizados (locação de mão de obra) para atender a manutenção dessas novas áreas.

Quadro 15 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos		14.269.702,41	11.079.841,12	6.422.067,83	3.702.952,14	7.847.634,58	7.376.888,98	5.390.749,54	3.440.326,26
OBRAS E INSTALACOES - OP.INT.ORB.		8.668.237,71	6.410.878,34	4.120.287,31	1.186.989,33	4.547.950,40	5.223.889,01	3.394.253,85	1.160.821,15
EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORB.		5.521.487,95	4.608.098,16	2.221.803,77	2.488.534,19	3.299.684,18	2.119.563,97	1.916.518,94	2.252.076,49
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA		79.976,75	60.864,62	79.976,75	27.428,62	-	33.436,00	79.976,75	27.428,62
Demais elementos do grupo		-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
6 – Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
Totais		14.269.702,41	11.079.841,12	6.422.067,83	3.702.952,14	7.847.634,58	7.376.888,98	5.390.749,54	3.440.326,26

Fonte: SIAFI Gerencial

O ano de 2011 reflete ainda muito a expansão física do IF Catarinense, podemos perceber que houve um incremento em investimentos tanto em obras como em equipamentos e material permanente. Foram construídas novas salas de aula, novos laboratórios e novas unidades de ensino. Logicamente não basta apenas construir novos prédios sem o necessário aporte de equipamentos que pudesse oportunizar aos alunos o contato com o que há de melhor em termos de tecnologia, nesse sentido podemos perceber ainda uma evolução significativa nos investimentos em material permanente.

Quadro 16 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	764.666,23	1.576,44	583.572,65	1.576,44
Convite	-	-		
Tomada de Preços	137.752,90	-	137.752,90	
Concorrência	-	-		
Pregão	626.913,33	1.576,44	445.819,75	1.576,44
Concurso	-	-		
Consulta	-	-		
Contratações Diretas	4.241.680,02	4.009.000,00	4.186.457,84	4.006.000,00
Dispensa	4.241.680,02	4.009.000,00	4.186.457,84	4.006.000,00
Inexigibilidade	-	-		
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-		
Pagamento de Pessoal	231.015,75	88.293,89	231.015,75	88.293,89
Pagamento em Folha	227.620,00	38.970,58	227.620,00	38.970,58
Diárias	3.395,75	49.323,31	3.395,75	49.323,31
Outras	30.000,00	65.638,97	26.000,00	65.638,97
Totais	5.267.362,00	4.164.509,30	5.027.046,24	4.161.509,30

Fonte: SIAFI Gerencial

O presente quadro reflete a aplicação dos créditos recebidos de outros órgãos. Todos esses créditos foram devidamente aplicados em conformidade com os planos de trabalho repassados por meio dos termos de cooperação.

Quadro 17- Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal		227.620,00	-	227.620,00	-	-	-	227.620,00	-
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		221.000,00		221.000,00		-		221.000,00	
OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		6.620,00		6.620,00		-		6.620,00	
3º elemento de despesa		-		-		-			
Demais elementos do grupo		-		-		-			
2 – Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3º elemento de despesa									
Demais elementos do grupo									
3- Outras Despesas Correntes		1.553.033,33	170.863,30	891.441,68	164.509,30	661.591,65	6.354,00	797.529,14	161.509,30
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA / AUXÍLIO FINANCEIRO ESTUDANTE		1.059.973,26	58.200,00	635.714,12	58.200,00	424.259,14	-	609.094,67	58.200,00
MATERIAL DE CONSUMO / OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		324.348,23	49.684,05	163.298,40	49.684,05	161.049,83	-	119.921,14	49.684,05
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA / DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL		131.242,20	46.048,81	55.229,52	46.048,81	76.012,68	-	35.313,69	46.048,81
Demais elementos do grupo		37.469,64	16.930,44	37.199,64	10.576,44	270,00	6.354,00	33.199,64	7.576,44
Totais		1.780.653,33	170.863,30	1.119.061,68	164.509,30	661.591,65	6.354,00	1.025.149,14	161.509,30

Fonte: SIAFI Gerencial

O presente quadro reflete a aplicação dos créditos recebidos de outros órgãos. Todos esses créditos foram devidamente aplicados em conformidade com os planos de trabalho repassados por meio dos termos de cooperação.

Quadro 18 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	13.931.517,67	8.080.273,15	4.148.300,32	4.000.000,00	9.783.217,35	4.080.273,15	4.001.897,10	4.000.000,00
OBRAS E INSTALACOES - OP.INT. ORC. / AQUISIÇÃO DE IMOVEIS	7.273.579,79	4.000.000,00		4.000.000,00	7.273.579,79	-	0,00	4.000.000,00
AQUISICAO DE IMOVEIS / EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC.	3.900.000,00	2.780.273,15	3.900.000,00	-	0,00	2.780.273,15	3.900.000,00	-
EQUIP.E MATERIAL PERMANENTE - OP.INTRA-ORC. / OBRAS E INSTALACOES - OP.INT. ORC.	2.757.937,88	1.300.000,00	248.300,32	-	2.509.637,56	1.300.000,00	101.897,10	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	13.931.517,67	8.080.273,15	4.148.300,32	4.000.000,00	9.783.217,35	4.080.273,15	4.001.897,10	4.000.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial

O presente quadro reflete a aplicação dos créditos recebidos de outros órgãos. Todos esses créditos foram devidamente aplicados em conformidade com os planos de trabalho repassados por meio dos termos de cooperação.

Notamos um valor alto em investimentos recebidos todos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica para podermos implantar os novos câmpus e atender as demandas da expansão física dos chamados câmpus pré-existentes. A SETEC sempre aportou recursos no intuito da expansão prevista no Plano de Desenvolvimento da Educação.

3 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS

Na Unidade Jurisdicionada não há dados a informar no que concerne aos passivos por insuficiência de créditos ou recursos no período abrangido por este relatório de gestão. Conforme orientado, no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, não há

movimentação evidenciada nas contas contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00.

4 – MOVIMENTAÇÃO E SALDO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Neste item é demonstrado a movimentação e o saldo de restos a pagar de exercícios anteriores.

Quadro 19 – Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	588.418,60	151,55	588.267,05	-
2009	718.381,13	213,84	717.987,29	180,00
...				-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	16.280.708,77	374.234,38	14.973.364,19	933.110,20
2009	570.408,11	158.778,61	369.719,40	41.910,10
...				-

Fonte: SIAFI Operacional

Grande parte dos restos a pagar processados refere-se a obras em andamento que não foram possíveis serem conclusas no ano da contratação. Normalmente essas obras são empenhadas no final do exercício fiscal e transcorrem por mais de um exercício, pois demoram mais de 12 meses para serem concluídas.

É importante frisar que a UJ sempre vai possuir Restos a Pagar, porque normalmente recebemos créditos oriundos da SETEC para programas de expansão no final do ano e que acabam impactando os valores inscritos em restos a pagar.

5 – RECURSOS HUMANOS

Com a criação do IF Catarinense e a estruturação da Diretoria de Gestão de Pessoas na Reitoria foram centralizadas as operações de movimentação de pessoal, nesta Diretoria que conduz suas atividades de forma sistêmica com os câmpus e busca a uniformização dos procedimentos para que seja possível a padronização da cultura institucional.

Nos quadros a seguir, serão apresentadas as informações referentes à composição de recursos humanos desta instituição, com dados apurados em 31.12.2011.

Quadro 20 – Força de trabalho da instituição

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	980	929	183	63
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	não há	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	980	929	183	63
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	978	927	182	63
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	1	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há	não há	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	56	33	50	34
3. Total de Servidores (1+2)	1.036	962	233	97

Fonte: SIAPE/DGP

Quadro 21 – Situações que reduzem a força de trabalho da instituição

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	34
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País (*)	34
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	49
3.1. De ofício, no interesse da Administração	3
3.2. A pedido, a critério da Administração	44
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	2
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	5
4.1. Doença em pessoa da família	2
4.2. Capacitação	3
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	-
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
6.1 Licença Incentivada sem remuneração(**)	1
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	90

Fonte: SIAPE/DGP

No item 7 - Total de servidores afastados em 31 de dezembro - adicionou-se ao montante o quantitativo de servidores que foram removidos no exercício 2011, mas que não estão afastados ou reduzindo a força de trabalho da UJ.

(*) Quantitativo baseado nos afastamentos das ocorrências 170 e 240 - SIAPE

(**) Servidor afastado de acordo com Medida Provisória nº 2.174-28 de 24/08/01,

ocorrência SIAPE 161.

Quadro 22 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	74	71	24	18
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	73	70	24	18
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	227	197	79	97
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	227	197	79	97
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	301	268	103	115

Fonte: SIAPE/DGP

Quadro 23 – Quantidade de servidores por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	215	355	267	114	11
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (*)	201	344	260	113	11
1.3. Servidores com Contratos Temporários	14	11	7	1	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	215	355	267	114	11

Fonte: SIAPE/DGP

(*) Foram inclusos os servidores de carreira em exercício descentralizado e de carreira em exercício provisório.

Quadro 24 – Quantidade de servidores por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	14	9	110	193	212	331	93
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (*)	-	-	14	9	110	178	198	327	93
1.3. Servidores com Contratos Temporários						15	14	4	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	14	9	110	193	212	331	93

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE/DGP

(*) Foram inclusos os servidores de carreira em exercício descentralizado e de carreira em exercício provisório.

Quadro 25 – Servidores inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	49	6
1.1 Voluntária	43	6
1.2 Compulsória	1	-
1.3 Invalidez Permanente	5	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	14	1
2.1 Voluntária	12	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	2	1
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	63	7

Fonte: SIAPE/DGP

Quadro 26 - Instituidores de pensão

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	9	1
1.1. Integral	7	1
1.2. Proporcional	2	-
2. Em Atividade	1	-
3. Total (1+2)	10	1

Fonte: SIAPE/DGP

Quadro 27 – Quadro de estagiários

Em R\$ 1,00

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	11	16	15	17	-
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	11	16	15	17	
2. Nível Médio	5	5	6	5	-
2.1 Área Fim	-	-	-	-	
2.2 Área Meio	5	5	6	5	
3. Total (1+2)	16	21	21	22	146.816

Fonte: SIAPE/DGP

5.1 – Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Tendo em vista que o relatório do SIAPE – Demonstrativo de Despesas com Pessoal (DDP) - aponta os gastos incorridos no exercício com o pagamento de estagiários de uma forma geral, ou seja, não diferencia as despesas com estagiários de Nível Médio ou Nível Superior, não foi possível fazer essa diferenciação. Sendo assim, separamos os gastos com estagiários conforme segue:

Quadro 28 – Quadro de custos com estagiários

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho
Bolsa Estágio	7.938,65	7.696,00	7.671,74	7.185,80	8.912,79	10.763,98
Auxílio-Transporte Estagiário	2.190,00	2.088,00	2.088,00	1.956,00	2.478,00	2.934,00
Recesso Remunerado	567,92	0,00	212,33	216,66	390,00	0,00
TOTAL	10.696,57	9.784,00	9.972,07	9.358,46	11.780,79	13.697,98

	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Bolsa Estágio	10.884,32	9.772,92	9.662,00	10.459,32	10.953,39	9.916,99
Auxílio-Transporte Estagiário	3.120,00	3.024,00	2.628,00	3.408,00	3.396,00	2.910,00
Recesso Remunerado	0,00	524,33	0,00	476,66	0,00	390,00
TOTAL	14.004,32	13.321,25	12.290,00	14.343,98	14.349,39	13.216,99

	TOTAL
Bolsa Estágio	111.817,90
Auxílio-Transporte Estagiário	32.220,00
Recesso Remunerado	2.777,90
TOTAL	146.815,80

Segue o quadro que demonstra os valores investidos para suportar os recursos humanos necessários à manutenção da instituição.

Quadro 29 - Custos de recursos humanos no exercício de 2011

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	23.904.707,87	3.176.051,76	6.554.413,26	2.857.342,97	4.770.215,89	1.517.088,47	20.033.634,31	-	800.822,81	63.614.277,34
	2010	19.875.407,43	2.971.446,07	4.029.525,25	659.153,99	258.832,40	4.433.907,56	14.461.513,95	-	-	46.689.786,65
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	1.075.965,15	-	131.816,78	46.138,64	-	-	123.441,70	-	-	1.377.362,27
	2010	1.346.680,34	-	125.723,39	26.487,50	-	-	126.314,50	-	-	1.625.205,73
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAPE/DGP

(*) Valores referentes ao exercício 2010 foram extraídos do Relatório de Gestão 2010.

(**) No Relatório de Gestão 2010, no Campo Retribuições, o valor dos gastos com pagamento de cargos em comissão e funções gratificadas foi descrito no quadro de servidores ocupantes de cargos do grupo DAS (R\$ 2.567.692,53) e servidores ocupantes de funções gratificadas (R\$ 403.753,54). Porém, o valor total de R\$ 2.971.446,07 deveria ter sido demonstrado no campo de Retribuições, do quadro de Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão.

(***) Como a UJ não possui nenhum servidor nomeado exclusivamente em cargo de comissão, todos os gastos dos servidores estão inclusos no quadro Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão, inclusive os servidores cedido com ônus ou em licença, pois o relatório fornecido pelo SIAPE – Demonstrativo de Despesas com Pessoal (DDP) - apresenta as despesas de uma forma geral, ou seja, não há separação dos gastos com servidores cedidos ou em licença.

(****) Não foram informados os valores correspondentes ao exercício 2009, pois o Instituto Federal Catarinense passou a existir no SIAPE a partir de 01/01/2010.

5.2 – Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

O Quadro 30 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva e o Quadro 31 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra, que demonstram o apoio à gestão associada aos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra e a distribuição deste junto aos câmpus do Instituto Federal Catarinense, segundo informações oriundas dos próprios câmpus, estão apresentados no anexo I e divididos por câmpus.

5.3 – Análise crítica

Verificando a estrutura da Diretoria de Gestão de Pessoas pode-se observar que há preocupações a serem consideradas e existe a necessidade de implementação de novos procedimentos para atender as demandas constituídas pelo crescimento da instituição.

Contudo, como é muito curta a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, a Diretoria de Gestão de Pessoas esta em fase de estruturação, não possuindo indicadores gerenciais pré-definidos e não dispondo de elementos para a construção de avaliações mais claras quanto ao conjunto dos servidores.

Num esforço coletivo, em 2011 foi dada continuidade ao curso de desenvolvimento no serviço público, dirigido aos servidores em início de carreira a fim de buscar o reconhecimento da instituição na qual estão prestando serviço e principalmente para agregar conhecimento quanto à postura de servidor público que deve ser vivenciada. Nesta mesma esteira de valorização e qualificação do servidor, inúmeras ações foram desenvolvidas em cada câmpus sistematizadas a partir da necessidade de cada realidade local.

6 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS NO EXERCÍCIO

Seguem os quadros que referenciam as transferências mediante convênio, contratos de repasse, termos de parceria, termos de cooperação, termos de compromisso e outros acordos, ajustes e instrumentos congêneres, vigentes no exercício 2011, por órgão cedente.

Alguns dos valores recebidos no decorrer de 2011 foram devolvidos ao final do exercício porque não se teve tempo hábil para executá-los. Para evidenciar estas devoluções, foi inserida uma coluna nas tabelas a seguir.

Quadro 32 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – SPO

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO										
CNPJ: 00.394.445/0002-84 150014/00001										
Informações sobre as transferências										
Data	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados			Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	Devolvido	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	Curso SIAFI Gerencial para Relatório de Gestão de 2011NC000128	158125	1.508,94	-	73,91	1.435,03	1.435,03	02/2011	02/2011	4
3	Capacitação Novo CPR - 2011NC001016	158125	5.764,61	-	-	5.764,61	5.764,61	11/2011	11/2011	4
LEGENDA										
Modalidade:			Situação da Transferência:							
1 - Convênio			1 - Adimplente							
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente							
3 - Termo de Cooperação			3 - Inadimplência Suspensa							
4 - Termo de Compromisso			4 - Concluído							
			5 - Excluído							
			6 - Rescindido							
			7 - Arquivado							

Fonte: SIAFI Operacional e SIAFI Gerencial

Repasso aplicado diretamente no objeto descrito no número do instrumento, o primeiro refere-se ao treinamento para a confecção do relatório de gestão 2011 ministrado em Brasília. o segundo instrumento refere-se a capacitação no novo ambiente do CPR (Contas a Pagar e a Receber) onde a SPO/MEC treinou multiplicadores para cada Instituto. no IFC participaram do treinamento 3 servidores que ao retornarem para o IFC ministraram o treinamento para todos os servidores que operam o CPR no seu Câmpus.

Quadro 33 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – SETEC

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC - MEC										
CNPJ: 00.394.445/0532-13					UG/GESTÃO: 150016/00001					
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados			Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	Devolvido	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	Portaria 34 - Processo 23000.095620/2010-02 - Aquisição Imóvel Câmpus Blumenau	158125	3.900.000,00	-	-	3.900.000,00	3.900.000,00	03/2011	03/2011	4
3	Portaria 293 - Processo: 23000.095892/2010-02 - Recup Matl Consumo e Patrimônio Araquari	158125	129.180,00	-	129.180,00	-	-	05/2011	12/2011	5
3	Portaria 305 - Processo: 23000.009882/2010-54 - Certific	158125	186.005,36	-	181.299,36	4.706,00	4.706,00	05/2011	12/2011	4
3	Portaria 305 - Processo: 23000.095840/2010-28 - Projeto Segundo Tempo	158125	300.000,00	-	300.000,00	-	-	05/2011	06/2011	5
3	Portaria 308 - Processo: 23348.000627/2011-04 - Recomposição Orçamentária	158125	1.187.000,00	-	568,67	1.186.431,33	1.186.431,33	06/2011	12/2011	4
3	Portaria 309 - Processo: 23348.000981/2011-21 - Aquis. Equip. CEDUP e Lab. Inf. Rio do Sul	158125	1.988.343,08	-	257.332,33	1.731.010,75	1.731.010,75	06/2011	12/2011	4
3	Portaria 310 - Processo: 23348.000857/2011-65 - IV Jornada Prod. Cientif. Sul	158125	233.943,00	-	38.346,30	195.596,70	195.596,70	07/2011	11/2011	4
3	Portaria 312 - Processo: 23348.001111/2011-79 - Projeto Cão Guia	158125	436.749,97	-	137.477,54	299.272,43	299.272,43	08/2011	12/2011	4
3	Portaria 312 - Processo: 23000.095198/2010-87 - Levantamento Status Sanit. e Epidem. Camarões	158125	59.700,00	-	43.567,60	16.132,40	16.132,40	08/2011	12/2011	4
3	Portaria 312 - Processo: 23348.000984/2011-64 - Aquisição Equip. Câmpus Blumenau	158125	77.620,03	-	183,20	77.436,83	77.436,83	08/2011	12/2011	4
3	Portaria 312 - Processo: 23348.001260/2011-38 - II Encontro Estadual de NAPNE	158125	19.992,00	-	19.992,00	-	-	08/2011	10/2011	5
3	Portaria 316 - Processo: 23348.001120/2011-60 - Construção Sala de Aula e Laboratório Luzerna	158125	1.824.978,74	-	5.071,99	1.819.906,75	1.819.906,75	09/2011	12/2011	4

3	Portaria 316 - Processo: 23348.001112/2011-13 - Construção Centro de Treinamento Cão Guia	158125	2.676.057,82	-	-	2.676.057,82	2.676.057,82	09/2011	12/2011	4
3	Portaria 316 - Processo: 23348.001447/2011-31 - Projeto SIGA-EPT RENAPI	158125	26.000,00	-	-	26.000,00	26.000,00	09/2011	12/2011	4
3	Portaria 319 - Processo: 23348.001427/2011-61 - Recuperação Unidade Urbana Rio do Sul	158125	126.410,00	-	19.148,62	107.261,38	107.261,38	10/2011	12/2011	4
3	Portaria 321 - Processo: 23000.015464/2011-87 - Projeto Mulheres Mil Camboriu e Sombrio	158125	61.000,00	-	43.500,00	17.500,00	17.500,00	11/2011	12/2011	4
3	Portaria 321 - Processo: 23348.001403/2011-10 - Ampliação Câmpus Blumenau	158125	3.490.300,60	-	712.685,38	2.777.615,22	2.777.615,22	11/2011	12/2011	4
3	Portaria 321 - Processo: 23000.095199/2010-21 - Rede Certific na Área da Pesca	158125	498.949,39	-	498.949,39	-	-	11/2011	11/2011	5
3	Portaria 321 - Processo: 23348.001616/2011-33 - Programa PRONILO	158125	119.047,00	-	64.567,43	54.479,57	54.479,57	11/2011	12/2011	4
3	Portaria 321 - Processo: 23348.001629/2011-11 - Ampliação Atividades NAPNE Rio do Sul	158125	19.998,00	-	-	19.998,00	19.998,00	11/2011	12/2011	4
3	Portaria 321 - Processo: 23348.001625/2011-24 - Ampliação Atividades NAPNE Araquari	158125	11.180,00	-	11.180,00	-	-	11/2011	12/2011	5
3	Portaria 321 - Processo: 23348.001628/2011-68 - Ampliação Atividades NAPNE Camboriu	158125	20.000,00	-	8.145,70	11.854,30	11.854,30	11/2011	12/2011	4
3	Portaria 321 - Processo: 23348.001627/2011-13 - Ampliação Atividades NAPNE Sombrio	158125	19.850,00	-	19.850,00	-	-	11/2011	12/2011	5
3	Portaria 321 - Processo: 23348.001626/2011-79 - Ampliação Atividades NAPNE Blumenau	158125	19.866,00	-	14.766,00	5.100,00	5.100,00	11/2011	12/2011	4
3	Portaria 321 - Processo: 23348.001634/2011-15 - Ampliação Atividades NAPNE Ibirama	158125	19.970,00	-	19.970,00	-	-	11/2011	12/2011	5
3	Portaria 321 - Processo: 23348.001641/2011-17 - Ampliação Atividades NAPNE Videira	158125	19.802,65	-	19.802,65	-	-	11/2011	12/2011	5
3	Portaria 326 - Processo: 23348.001651/2011-52 - Aquisição Notebook SIGA-Edu	158125	498.480,00	-	-	498.480,00	498.480,00	12/2011	12/2011	4
			17.970.423,64		2.545.584,16	15.424.839,48	15.424.839,48			

LEGENDA	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI Operacional e SIAFI Gerencial

Portaria 309 - Crédito Orçamentário utilizado para atender a reformulação de dois laboratórios de informática do câmpus que encontravam-se defasados tecnologicamente. Nesta mesma descentralização a SETEC repassou Créditos Orçamentários para viabilizar o CEDUP (Centro de Educação Profissional) de Rio do Sul. Os CEDUPs são as Escolas Técnicas do Estado de SC e, no caso de Rio do Sul, o Governo Estadual, por meio de recursos do Governo Federal, está construindo o prédio com laboratórios e salas de aula. Já o Câmpus Rio do Sul licitou os equipamentos de laboratório e por meio de um comodato firmará parceria de uso compartilhado entre CEDUP e Câmpus Rio do Sul.

Portaria 319 - A Unidade Urbana de Rio do Sul foi fortemente atingida pelas enchentes do mês de setembro de 2011 acarretando em enorme destruição de móveis e equipamentos bem como avarias ao imóvel. Com a descentralização do crédito para sua recuperação, foi possível viabilizar a reforma do imóvel e repor todo o mobiliário e laboratórios danificados com a enchente.

Portaria 321 - Por meio do repasse dos créditos para atender o projeto NAPNE (Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais), o Câmpus Rio do Sul equipou a sala de atendimento aos portadores, foram adquiridos móveis e equipamentos que permitem um atendimento voltado exclusivamente aos portadores de necessidades específicas.

Quadro 34 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – SETEC

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante														
Nome: Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - MP														
CNPJ: 00.489.828/0007-40						UG/GESTÃO: 201002/00001								
Informações sobre as transferências														
Modalidade	Nº do instrumento					Beneficiário	Valores Pactuados			Valores Repassados		Vigência		Sit.
							Global	Contrapartida	Devolvido	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
	3	Para Atender	FOPAG	12/2011	-	158125	221.000,00	-	-	221.000,00	221.000,00	12/2011	12/2011	
3	Para Atender	FOPAG	12/2011	-	158125	7.000,00	-	-	7.000,00	7.000,00	12/2011	12/2011	4	

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: SIAFI Operacional e SIAFI Gerencial

Repasse exclusivo para atender a folha de pagamento, decorrente de aumento de despesas advinda da expansão do número de servidores.

Quadro 35 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – IFRS

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Câmpus Sertão										
CNPJ: 10.637.926/0004-99				UG/GESTÃO: 158263/26419						
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados			Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	Devolvido	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	Processo 23000.063264/2010-50 - Mestrado FURB	158125	106.820,16	-	-	53.410,08	53.410,08	09/2010	08/2012	1
LEGENDA										
Modalidade:			Situação da Transferência:							
1 - Convênio			1 - Adimplente							
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente							
3 - Termo de Cooperação			3 - Inadimplência Suspensa							
4 - Termo de Compromisso			4 - Concluído							
			5 - Excluído							
			6 - Rescindido							
			7 - Arquivado							

Fonte: SIAFI Operacional e SIAFI Gerencial

O crédito foi recebido do Instituto Federal Rio Grande do Sul (IFRS) - Câmpus Sertão, com o objetivo de custear dois alunos provenientes daquele câmpus no programa de mestrado em Administração contratado junto à Universidade Regional de Blumenau (FURB). No ano de 2010 ingressaram 04 alunos daquele câmpus, no entanto ocorreram desistências durante o ano de 2010 e 2011 que culminaram no repasse para três alunos no início de 2011, terminando o ano com o repasse de dois alunos.

Quadro 36 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – FNDE

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE										
CNPJ: 00.378.257/0001-81					UG/GESTÃO: 153173/15253					
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados			Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	Devolvido	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
3	Processo 23034.000151/2011-37 - Programa Nacional de Alimentação Escolar /Merenda	158125	232.020,00	-	232.020,00	-	-	07/2011	12/2011	5
3	Processo 23400.004057/2011-31 - PRONATEC	158125	5.573.875,00	-	5.573.875,00	-	-	11/2011	12/2011	5
LEGENDA										
Modalidade:					Situação da Transferência:					
1 - Convênio					1 - Adimplente					
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente					
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa					
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído					
					5 - Excluído					
					6 - Rescindido					
					7 - Arquivado					

Fonte: SIAFI Operacional e SIAFI Gerencial

Ambos os repasses foram totalmente devolvidos por impossibilidade de execução dos projetos, nenhum câmpus manifestou interesse na Merenda Escolar, pois em sua maioria já receberam recursos da assistência estudantil sendo aplicadas em seus refeitórios.

Quanto ao valor do PRONATEC, esse foi repassado no mês de dezembro de 2011 para pagamento de bolsas, como as bolsas ainda não estavam regulamentadas e não podiam ser inscritas em restos a pagar, o crédito foi totalmente devolvido.

Quadro 37 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – PMSFS

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul										
83.102.269/0001-06				UG/GESTÃO:						
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados			Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	Devolvido	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	Processo 23348.000384/2011-04	158459	68.200,00	-	-	31.000,00	31.000,00	02/2011	12/2011	2
LEGENDA										
Modalidade:			Situação da Transferência:							
1 - Convênio			1 - Adimplente							
2 - Contrato de Repasse			2 - Inadimplente							
3 - Termo de Cooperação			3 - Inadimplência Suspensa							
4 - Termo de Compromisso			4 - Concluído							
			5 - Excluído							
			6 - Rescindido							
			7 - Arquivado							

Fonte: SIAFI Operacional e SIAFI Gerencial

No ano de 2011, o Câmpus Araquari implantou uma unidade avançado no município de São Francisco do Sul. A Prefeitura deste município fez um convênio com o IF Catarinense – Câmpus Araquari, onde ficou responsável pelo repasse, via GRU, do valor correspondente ao aluguel do imóvel que foi locado para a realização das aulas.

Quadro 38 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO					
CNPJ:	00.394.445/0002-84					
UG/GESTÃO:	150014/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	0		-	-	
Contrato de Repasse	0	0		-	-	
Termo de Cooperação	2	0		7.199,64	-	
Termo de Compromisso	0	0		-	-	
Totais	2	0		7.199,64	-	
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC - MEC					
CNPJ:	00.394.445/0532-13					
UG/GESTÃO:	150016/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	0		-	-	
Contrato de Repasse	0	0		-	-	
Termo de Cooperação	29	23		15.710.325,28	8.282.083,90	
Termo de Compromisso	0	0		-	-	
Totais	29	23		15.710.325,28	8.282.083,90	
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças - MP					
CNPJ:	00.489.828/0007-40					
UG/GESTÃO:	201002/00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	0		-	-	
Contrato de Repasse	0	0		-	-	
Termo de Cooperação	2	2		228.000,00	18.620,00	
Termo de Compromisso	0	0		-	-	
Totais	2	2		228.000,00	18.620,00	
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Câmpus Sertão					
CNPJ:	10.637.926/0004-99					
UG/GESTÃO:	158263/26419					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	0		-	-	
Contrato de Repasse	0	0		-	-	
Termo de Cooperação	1	1		53.410,08	-	
Termo de Compromisso	0	0		-	-	
Totais	1	1		53.410,08	-	

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC					
CNPJ:	89.899.526/0001-82					
UG/GESTÃO:	153163/15237					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	0		-	-	
Contrato de Repasse	0	0		-	-	
Termo de Cooperação	0	5		-	32.189,55	
Termo de Compromisso	0	0		-	-	
Totais	0	5		-	32.189,55	
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC					
CNPJ:	14.402.887/0001-60					
UG/GESTÃO:	158516/26438					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	0		-	-	
Contrato de Repasse	0	0		-	-	
Termo de Cooperação	0	3		-	14.220,00	
Termo de Compromisso	0	0		-	-	
Totais	0	3		-	14.220,00	

Fonte: SIAFI Operacional e SIAFI Gerencial

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul					
CNPJ:	83.102.269/0001-06					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	1	0		31.000,00	-	
Contrato de Repasse	0	0		-	-	
Termo de Cooperação	0	0		-	-	
Termo de Compromisso	0	0		-	-	
Totais	1	0		31.000,00	-	

Fonte: Dados do Câmpus

Os créditos repassados foram repassados para atender os seguintes objetos:

SPO: gastos com passagens e diárias resultantes de treinamentos nas áreas orçamentárias e financeiras.

SETEC/MEC: o maior número de repasses recebidos se dá por meio da SETEC, pois é a Secretaria a qual o Instituto está vinculado. Pode-se observar um crescimento nos termos de cooperação da SETEC, pois a Política de Estado da Expansão do Ensino Tecnológico acontece

diretamente nos Institutos e, a partir do repasse dos créditos da SETEC, os Institutos imediatamente aplicam os recursos conforme a determinação da mesma.

Coordenação Geral de Orçamento, Planejamento, Orçamento e Finanças: repasses recebidos para atender necessidades da folha de pagamento. Anualmente, no final do exercício, os créditos dão disponibilizados para atender as reais necessidades de pagamento de pessoal.

IFRS- Câmpus Sertão: créditos repassados para atender despesas de convênio firmado entre o IF Catarinense e o Câmpus Sertão para oportunizar o programa de mestrado em administração para os servidores daquele Instituto.

FNDE: repasse de crédito recebido automaticamente para atender o programa nacional de merenda escolar. Ambos foram devolvidos por não termos a possibilidade de atendermos o programa nacional de merenda escolar.

UFSC: créditos recebidos para atender despesas da rubrica de pessoal "cursos e concursos" onde professores do IF Catarinense participaram do processo seletivo (vestibular) e/ou concursos públicos na UFSC.

IFSC: créditos recebidos para atender despesas da rubrica de pessoal "cursos e concursos" onde professores do IF Catarinense participaram do processo seletivo (vestibular) e/ou concursos públicos no IFSC.

PMSFS O repasse dos recursos referentes ao convênio com a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul foram repassados por meio de GRU, com valores mensais de R\$ 6.200,00 (Seis mil e duzentos), conforme pactuado. De acordo com informações prestadas pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, no ano de 2012 a mesma não poderá repassar ao IF Catarinense os valores pactuados pelo motivo de os mesmos não estarem empenhados no ano de 2012, e que possui outro orçamento.

Quadro 39 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Câmpus Sertão					
CNPJ: 10.637.926/0004-99				UG/GESTÃO: 158263/26419	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	0	-	-	-	0%
Contrato de Repasse	0	-	-	-	0%
Termo de Cooperação	1	106.820,16	53.410,08	26.705,04	50%
Termo de Compromisso	0	-	-	-	0%
Totais	1	106.820,16	53.410,08	26.705,04	50%

Fonte: Processo da Instituição n. 23000.063264/2010-50

O presente convênio vigerá até o mês de agosto de 2012, prazo final das defesas de dissertações dos mestrados.

Quadro 40 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	-	2	-
		Montante Repassado	-	4.248,77	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	1	-
		Montante Repassado	-	15.791,02	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e SIAFI Gerencial

As transferências apresentadas no quadro acima referem se aos projetos abaixo descritos:

2010 - Descentralização de crédito orçamentário para pagamento de servidores do IFSC elaboradores de provas e participantes de bancas de avaliação de desempenho didático - edital 029/2010. Esses profissionais foram custeados por meio da rubrica "cursos e concursos", porém como são vinculados ao IFSC não há como o IF Catarinense lançar na folha de pagamento, por esse motivo, é repassado o crédito para a UG ao qual o servidor está vinculado.

2011 - Descentralização de Crédito Orçamentário para atender despesas de treinamento no Sistema GFIP/SEFIP repassados a ESAF do Paraná. Por meio desse repasse, o IF Catarinense permitiu o treinamento no sistema GFIP/SEFIP para todos os servidores da Reitoria e dos câmpus.

Descentralização de crédito para pagamento de professor da UFSC Walter Antônio Bazzo, CPF 299.879.209-00 - mat. Siape 1156539 - que atuou como palestrante na semana acadêmica do IF Catarinense Câmpus rio do sul. Também se enquadra como pagamento de "cursos e concursos" pelos mesmos motivos explanados no crédito de 2010 o repasse foi efetuado para outra UG.

7 – DECLARAÇÕES DE RESPONSABILIDADE

As respectivas declarações de responsabilidade referentes a contratos, convênios e outros instrumentos congêneres estão no anexo II.

8 – DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

A Diretoria de Gestão de Pessoas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, mantém em seus arquivos as declarações de bens e rendas, conforme estabelecem as obrigações na Lei 8.730 de 10 de novembro de 1993 e assim declarado em documento no anexo III.

9 – SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Embora exista carência na unidade jurisdicionada de uma estrutura institucionalizada de controle interno, os dirigentes percebem a importância destes mecanismos e permeiam suas ações com controles que garantem razoável grau de segurança e fornecem elementos de monitoramento para identificar possíveis distorções das funções públicas.

O quadro a seguir, que demonstra avaliação de alguns aspectos relacionados ao tema, foi construído a partir da análise dos diversos dirigentes da instituição, incluindo Pró-Reitores e dirigentes dos câmpus, as análises individuais e as respectivas avaliações estão no anexo IV.

O quadro a seguir é o resultante da média das avaliações individuais, considerando o arredondamento padrão e em alguns casos o padrão da moda.

Quadro 41 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa)			X		

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					

Fonte: Dados dos gestores

Legenda do quadro acima

Níveis de Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10 – CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Percebe-se a existência de espaço para uma política de sustentabilidade mais parametrizada pela instituição, contudo, observa-se, verificando as avaliações individuais nos diversos câmpus e na Reitoria, um indicador positivo quanto às posturas e projetos que vêm sendo desenvolvidos e que qualificam a gestão ambiental, produzindo reflexos na comunidade onde o IF Catarinense está inserido, demonstrando ainda, a importância da concentração de novas ações e esforços pelo aprimoramento da gestão no quesito de sustentabilidade e na valorização do ambiente.

Os quadros de avaliação da gestão ambiental e licitações sustentáveis, individualizados por cada câmpus e Reitoria, estão dispostos no anexo V.

11 – GESTÃO DE PATRIMÔNIO

O quadro apresentado a seguir demonstra a distribuição dos imóveis da instituição.

Quadro 42 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF Santa Catarina	17	13
	Blumenau	2	1
	Brusque	1	0
	Ibirama	1	1
	Videira	1	1
	Luzerna	1	1
	Rio do Sul	4	3
	Araquari	1	1
	São Francisco do Sul	1	0
	Camboriu	3	3
	Concórdia	1	1
	Santa Rosa do Sul	1	1
	Subtotal Brasil		17
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	0	0
	cidade 1		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		17	13

Fonte: SPIUnet

Ao final do exercício de 2010, a Instituição já tinha a propriedade dos imóveis localizados nas cidades de Ibirama e Luzerna, porém, as mesmas não estavam cadastradas no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Já o terreno

situado na cidade de Brusque, a doação somente foi efetivada ao final do ano de 2011, motivo pelo qual também não consta nos registros do sistema.

Quanto ao câmpus localizado na cidade de Videira, convém mencionar que o terreno é de propriedade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entretanto, esta entidade concedeu o uso para o Instituto Federal por um período de 20 anos, por meio de um Termo de Comodato. A Instituição não possui imóveis no exterior.

Não consta no sistema o terreno recebido em doação no município de São Bento do Sul, pois a transferência ocorreu no final do ano de 2011, também não consta cadastrado no SPIUnet o imóvel urbano pertencente ao Câmpus de Sombrio por problemas de regularização de escritura, conforme informado pelo Câmpus.

Quadro 43 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Santa Catarina	2	0
	São Francisco do Sul	1	0
	Sombrio	1	0
Subtotal Brasil		2	0
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	0	0
	cidade 1		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	0

Fonte: SIAFI Operacional

Em relação ao quadro 42, convém esclarecer que o Câmpus Avançado de São Francisco do Sul está em fase de implantação. Como a unidade ainda não tem suas instalações próprias, a mesma fez um convênio com a Prefeitura Municipal daquela cidade, onde ficou firmado que a Prefeitura repassa o valor pertinente ao aluguel para o Instituto Federal Catarinense – Câmpus Araquari, o qual está à frente da implantação do Câmpus em São Francisco do Sul. Já o imóvel alugado na cidade de Sombrio, destina-se à execução do Projeto Fênix (Pesquisa e Extensão), com alunos dos cursos Técnico em Informática e Superior em Tecnologia em Redes de Computadores, cujo contrato de concessão de uso foi de 01 de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

Cabe salientar que no decorrer dos anos de 2010 e 2011, algumas unidades da UJ também tiveram despesas com aluguel temporário de imóveis para a realização de algum evento específico, tais como realização de concurso e formaturas.

Quadro 44 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
158125	8047.0003 1.500-1	21	Bom	2.973.000,00	13/05/2011	445.950,32	1.500,00	8.275,47
158125	8047.0003 3.500-2	21	Regular	7.900.000,00	21/10/2010	-	13.000,00	3.255,00
158125	8055.0000 6.500-6	21	Terreno	211.016,60	25/11/2011	-	-	-
158125	8135.0001 1.500-5	21	Regular	2.320.000,00	16/12/2011	-	13.460,00	20.320,91
158379	0926.0000 1.500-9	21	Bom	1.818.417,35	25/10/2010	-	1.819.906,75	32.676,80
158379	8379.0001 7.500-2	7	Novo	3.096.182,37	06/12/2011	6.489.816,96	1.518.263,73	71.482,97
158458	8291.0001 2.500-8	21	Bom	598.755,00	07/04/2012	-	-	-
158458	8291.0001 3.500-3	21	Terreno	250.000,00	07/04/2011	-	170.939,11	40.129,41
158458	8291.0001 4.500-9	21	Bom	16.440.584,21	07/04/2011	806.665,48	1.617.760,61	379.423,40
158458	8291.0001 5.500-4	3	Novo	168.252,73	13/04/2011	2.054.002,63	-	4.885,00
158459	8025.0000 4.500-3	21	Bom	10.326.186,70	06/02/2007	-	375.511,47	98.410,38
158459	8319.0006 2.500-4	21	Terreno	758.840,64	19/12/2011	-	-	-
158460	8061.0000 7.500-6	21	Terreno	106.175,70	05/12/2006	-	-	-
158460	8061.0000 8.500-1	21	Bom	13.417.268,37	05/12/2006	-	32.519,81	17.283,88
158460	8061.0000 9.500-7	21	Terreno	80.400,00	04/04/2003	-	-	-
158461	8083.0001 2.500-4	21	Bom	24.207.923,16	11/03/2011	5.251.196,34	306.020,35	109.356,69
158462	9967.0000 2.500-0	21	Bom	18.941.089,08	16/12/2011	4.302.577,98	305.031,78	-
Total							6.173.913,61	785.499,91

Fonte: SPIUnet

12 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A gestão da tecnologia da informação nesta instituição é atendida por uma coordenação geral sediada na Reitoria e abrange uma coordenação em cada câmpus com mobilidade gerencial, o que leva a construção de realidades não homogêneas.

Segundo o servidor responsável pela Coordenação Geral de TI, “obter uma média das avaliações das unidades não reflete a realidade da gestão de TI devido às disparidades de cada local”. Anexo VI

Considerando a proposição do responsável pela TI, os câmpus realizaram o preenchimento do questionário referente à gestão de TI individualmente e de acordo com a própria realidade local. Os questionários estão no anexo VII.

Segue, também no anexo VIII, a avaliação do gestor de informática do IF Catarinense.

13 – CARTÕES DE PAGAMENTO

Quanto aos cartões de pagamento de responsabilidade de servidores desta unidade jurisdicionada, consta o quadro a seguir.

Quadro 45 - Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por cortador

Código da UG 1: 158125		Limite de Utilização da UG:				
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor			Total
			Saque	Fatura	Devolvido / Cancelado	
Flavia Regina Back	009.377.599-70	8.000,00	-	-	8.000,00	8.000,00
Leandro Padilha Ribeiro	043.433.029-97	18.347,10	-	10.832,89	7.514,21	18.347,10
Bernardo Couto Tancredo	767.954.709-20	8.000,00		3.141,68	4.858,32	8.000,00
Total utilizado pela UG			-	13.974,57	20.372,53	34.347,10
Código da UG 2: 158379		Limite de Utilização da UG:				
Fernando Dilmar Bitencourt	582.540.489-91	2.700,00	-	1.097,08	1.602,92	2.700,00
Horaldo Antonio Brandalise	636.857.959-53	5.500,00	-	1.836,44	3.663,56	5.500,00
Total utilizado pela UG			-	2.933,52	5.266,48	8.200,00
Código da UG 3: 158458		Limite de Utilização da UG:				
Maicon Fontanive	004.304.409-36	6.500,00	130,00	4.437,62	1.932,38	6.500,00
Alceu Luiz Rosa	310.899.929-04	4.000,00	330,00	839,53	2.830,47	4.000,00
Eurico da Palma Pittaluga Neto	431.024.760-15	4.000,00	150,00	308,00	3.542,00	4.000,00
Carlos Leovegildo Kjellim	575.811.939-34	8.000,00	660,00	5.001,35	2.338,65	8.000,00
Tiago Boechel	706.754.140-91	7.000,00	895,00	2.423,57	3.681,43	7.000,00
Ricardo Kozoroski Veiga	741.652.590-04	4.270,00	-	3.698,40	571,60	4.270,00
Total utilizado pela UG			2.165,00	16.708,47	14.896,53	33.770,00
Código da UG 4: 158460		Limite de Utilização da UG:				
Razieri Berti Kluwe	538.909.909-59	3.000,00	-	-	3.000,00	3.000,00
Jose Domingos Pereira	725.759.219-53	6.000,00	-	2.852,12	3.147,88	6.000,00
Total utilizado pela UG			-	2.852,12	6.147,88	9.000,00
Código da UG 5: 158461		Limite de Utilização da UG:				
Andressa Thais Schwingel	027.802.949-30	4.500,00	565,00	2.744,12	1.190,88	4.500,00
Elisa Maria Ioris	621.403.459-91	7.500,00	145,00	6.759,40	595,60	7.500,00
Delides Lorensetti	803.660.319-53	7.500,00	1.452,00	2.629,18	3.418,82	7.500,00
Total utilizado pela UG			2.162,00	12.132,70	5.205,30	19.500,00
Total utilizado pela UJ			4.327,00	48.601,38	51.888,72	104.817,10

Fonte: SIAFI Operacional e SIAFI Gerencial

O cartão corporativo é utilizado para atender despesas que não puderam sujeitar-se aos processos licitatórios e/ou nas dispensas previstas na Lei 8666/93. Cabe ressaltar que os câmpus do IF Catarinense possuem vocação agrícola, normalmente instalados em área rural dos municípios o que por si só já explica as inúmeras dificuldades em aquisição ou contratação de serviços que em algumas ocasiões são supridas pelo uso do Cartão.

Quadro 46 - Despesa com cartão de crédito corporativo (Série Histórica)

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	45	4.327,00	92	52.941,38	57.268,38
2010	34	3.575,00	51	28.998,45	32.573,45
2009	0	-	0	-	-

Fonte: SIAFI Operacional

Há um crescimento normal no uso do cartão corporativo pelo acréscimo no número de matrículas e pelo aumento da área construída, que enseja um custo maior de manutenção acarretando de forma direta no aumento de despesas e obviamente no uso do cartão corporativo, que atende também as normativas do gasto público.

14 – INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA DE RECEITA

A instituição não é arrecadadora tributária, portanto não se aplicam os derivativos de renúncia de receita tributária.

15 – DELIBERAÇÕES DO TCU

A instituição não foi alvo de deliberações específicas vindas do Tribunal de Contas da União no período de abrangência deste relatório.

16 – RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

Controladoria Geral da União:

A Controladoria Geral da União durante o exercício 2011 emitiu 55 Solicitações de Auditoria, apresentando após a conclusão de seus trabalhos uma análise anual das contas desta instituição, através do Plano de Providências Permanente, onde elenca um conjunto de inconsistências que já foram sanadas ou estão em processo de correção.

As solicitações, recomendações e o plano de providências recebidos da Controladoria Geral da União (CGU), que tivemos conhecimento e são pertinentes a nossa instituição, foram devidamente encaminhadas e solicitado por essa UNAI ao Magnífico Reitor que delegasse aos setores responsáveis a tomada das providências necessárias ao atendimento.

UNAI – Unidade de Auditoria Interna:

Com as atividades desenvolvidas pela UNAI/IFC, por meio da emissão de 10 (dez) Ordens de Serviço, conseguiu-se o percentual de execução do PAINTE/2011 em aproximadamente 83%, considerando as participações em cursos e reuniões de trabalho.

Em termos orçamentários e financeiros, do total de R\$ 28.564.561,55 a UNAI verificou o valor de R\$ 14.032.690,89, representando um percentual de 49,13% dos recursos executados pelo IF Catarinense.

Os trabalhos realizados propiciaram concluir que o IF Catarinense esta “**necessitando revisão e criação de rotinas e manuais de procedimentos em praticamente todos os setores**”. Permitindo-nos emitir recomendações de caráter geral que abaixo relacionamos:

1) Recomendação contida no Relatório Consolidado, referente OS 003/2011:

- a) Que seja viabilizada a capacitação de servidores do IF Catarinense, para que os processos disciplinares e sindicâncias sejam conduzidos dentro das normativas que regem o tema. Ou, sejam requeridos servidores de outras instituições com experiência na condução destes processos;
- b) Que seja observado nos casos de furto ou desaparecimento de bens a possível responsabilidade das empresas de vigilância, visto serem contratadas para salvaguardar o patrimônio institucional.

2) Recomendação contida no Relatório Consolidado, referente OS 005/2011:

- a) Que seja efetuada revisão e elaboração de novo laudo técnico, obedecendo aos critérios existentes na ON nº 02/2010, Decreto n.º 97.458, de 15/01/89 e demais normativas correlatas;
- b) Que sejam orientados os câmpus para que a montagem dos processos objetivando a formalização da concessão destes benefícios, sejam feitas de maneira individualizada por servidor;
- c) Que a DGP/IFC proceda à revisão de todos os pagamentos dos adicionais de insalubridade e periculosidade, adequando-os aos laudos vigentes.
- d) Que à Pró-Reitoria de Ensino, juntamente com a Diretoria de Ensino de cada câmpus, promova o devido acompanhamento e avaliação dos PITs, PACs e RACs, de maneira evitar que erros grosseiros de preenchimento de informações em tais documentos possam ensejar numa irregularidade administrativa.
- e) Proceder à revisão no cadastro dos servidores no sistema SIAPE, especificamente no campo relativo à UORG de localização/exercício, a fim de adequá-los à estrutura apresentada nos respectivos laudos periciais.
- f) Suspender o pagamento desses adicionais aos servidores localizados nas áreas não caracterizadas como insalubre ou perigosa. Providenciando, sem prejuízo de se apurar a

responsabilidade, a restituição ao erário na forma do art. 46 da Lei 8.112/90, dos valores pagos indevidamente aos servidores apontados nessa trilha de auditoria.

g) Que para análise as possíveis irregularidades que levem ao ressarcimento ao erário ou pagamento ao servidor, seja considerado o período de 5 anos.

h) Que sejam aperfeiçoados e criados na Diretoria de Gestão de Pessoas, normativas e procedimentos para concessão, execução e controle dos pagamentos realizados a título destes adicionais, de modo a evitar novas irregularidades;

i) Adotar as providências cabíveis, caso seja necessário, na forma do artigo 143 da Lei 8.112/90, a fim de se apurar os responsáveis pelos danos causados, se houverem, aplicando-se no que couberem as penalidades cabíveis.

j) Que, caso não apresentados dentro dos prazos estipulados as respectivas comprovações dos pagamentos efetuados pelos servidores, seja imediatamente providenciando a restituição ao erário na forma do artigo 46 da Lei 8.112/90;

k) Que os ressarcimentos passem a ser feitos em obediência ao art.2º, do Decreto 1.840/1996 e art.60-A da Lei 8.112/1990;

l) Que sejam aperfeiçoados e criados pela Diretoria de Gestão de Pessoas normativas e procedimentos para concessão, execução e controle dos pagamentos realizados a título deste auxílio, de modo a evitar novas irregularidades;

m) Adotar as providências cabíveis, caso seja necessário, na forma do artigo 143 da Lei 8.112/90, a fim de se apurar os responsáveis pelos danos causados, se houverem, aplicando-se no que couberem as penalidades cabíveis.

3) Recomendação contida no Relatório Consolidado, referente OS 007/2011:

a) Que seja efetuada revisão e elaboração das planilhas de custos utilizadas em todos os câmpus, de forma equitativa, criando procedimentos unificados para o cálculo referente à cobrança dos valores relativos às refeições oferecidas no restaurante escolar, de modo que a unidade auditada não arque com custos desnecessários com a alimentação de servidores e visitantes;

b) Que os valores provenientes da venda de tickets refeição, sejam recolhidos aos cofres públicos;

c) Que seja determinado ambiente específico e único no âmbito dos câmpus para a venda e recebimento dos valores provenientes dos tickets;

d) Que sejam aprimorados os controles e rotinas de venda dos tickets refeição;

e) Que seja evitada a vinculação hierárquica do coordenador (Nutricionista) do restaurante escolar com os servidores terceirizados contratados, de modo resguardar o gestor de possíveis demandas trabalhistas.

4) Recomendação contida no Relatório Consolidado, referente OS 008/2011:

a) Que sejam revisados, adequados e criados manuais, rotinas, normativas e sistemáticas de controle em todas as Pró-Reitorias do IF Catarinense, de maneira que os procedimentos de cada área de competência fiquem claros e unificados.

17 - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

As declarações do contador da unidade jurisdicionada, bem como as declarações dos contadores das unidades gestoras, atestando que os demonstrativos contábeis (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei 4.320 de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade que apresenta este relatório estão no anexo IX.

18 - INDICADORES DE DESEMPENHO

Seguindo às orientações do Tribunal de Contas da União, de acordo como o acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário, que instituiu que as Instituições Federais de Ensino devem adotar a utilização de um rol de indicadores mínimos para servir de parâmetro de acompanhamento por parte dos órgãos fiscalizadores, bem como da sociedade em geral apresenta-se a seguir os indicadores referentes a esta instituição.

Em 2010, os indicadores de desempenho do Instituto Federal Catarinense não puderem ser comparados com indicadores de anos anteriores, visto que somente em 2010 o IF Catarinense consolidou sua gestão. No ano de 2009, por ser o ano de implantação dos Institutos Federais, as escolas agrotécnicas e as escolas vinculadas às universidades que compuseram esta instituição tinham a sua gestão individualizada, impossibilitando, desta forma, a consolidação das informações para a devida extração dos indicadores que possam servir como parâmetros comparativos. Esta realidade pode ser percebida no Relatório de Gestão de 2009, onde os dados foram apresentados de forma esparsa e individualizada pelas instituições que hoje se compõe como câmpus do Instituto Federal Catarinense.

A partir desta edição, a instituição conta com dados para iniciar o trabalho comparativo dos mesmos, apontando uma análise criteriosa da evolução dos indicadores da Unidade Jurisdicionada, com base em dados de informações apresentadas junto à Rede Federal.

18.1- Relação Candidato/Vaga

Quadro 47 – Relação candidato/vaga – especificações de cálculo

Objetivo	Identificar a relação candidato/vaga.
Definições	<i>Inscrições</i> = número de inscrições para vestibular e processos seletivos; <i>Vagas Ofertadas</i> = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.
Método de Cálculo	O cálculo deste indicador é feito da seguinte forma: $\text{Relação Candidato / Vaga} = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}}$

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

Em 2011, o IF Catarinense contabilizou 19.847 inscrições (ENEM/SISU e exame de classificação), sendo que foram ofertadas 4.532 vagas, alcançando o índice de **4,38** candidatos por vaga ofertada.

Comparando com os dados de 2010, onde tivemos o índice de 2,61 (8.808 inscrições e 3.377 vagas ofertadas), a relação candidato/vaga cresceu em 168%. Isso se dá devido à opção do Instituto Federal Catarinense em ofertar, pela primeira vez em 2011, 100% das suas vagas de ensino superior via ENEM/SISU. Desta forma, devido ao mecanismo de oferta das vagas no SISU que possibilitam ao estudante escolher uma unidade de ensino, independente da região em que reside, para cursar a graduação, o número de inscritos somente na 1ª Chamada do SISU 2011 foi de 9.252 para disputar uma vaga de graduação no IF Catarinense. Uma problemática do SISU é que mesmo tendo um número tão alto de inscritos, somente 314 das 870 vagas ofertadas via SISU foram preenchidas por este sistema de ingresso. Desta forma, coube ao Instituto Federal Catarinense realizar um processo de ingresso para vagas remanescentes aos cursos superiores, contabilizando 1.970 inscritos.

Assim, fica evidente que a alta na concorrência de candidato/vaga no IF Catarinense se deu pelas possibilidades nacionais do ENEM/SISU, com a ampla divulgação em nível nacional da possibilidade de inscrição, atraindo candidatos de todo o país. A oferta de novos cursos também contribuiu para esse aumento.

A seguir apresenta-se o quadro que demonstra a relação candidato vaga por câmpus.

Quadro 48 – Relação candidato/vaga – especificações por câmpus

Câmpus	Vagas	Inscritos	Índice (%)
Araquari	713	5.609	7,86
Camboriú	710	1.848	2,6
Concórdia	650	2.944	4,52
Rio do Sul	670	2.742	4,1
Sombrio	545	2.413	4,4
Videira	663	1.776	2,68
Avançado de Ibirama	220	168	0,7
Avançado de Luzerna	286	1.049	3,6
Avançado de São Francisco do Sul	75	1.298	17,3
TOTAL IF Catarinense	4.532	19.847	4,38

Dados de vagas e inscritos coletados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, aba Consulta. Data de referência: 01/01/2011 a 31/12/2011.

18.2 - Relação de Ingressos/Alunos

Quadro 49 – Relação ingressos/alunos – especificações de cálculo

	Especificações
Objetivo	Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos.
Definições	O <i>número de alunos</i> em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). <i>Ingressos</i> = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.
Método de Cálculo	Este indicador é obtido com o seguinte método de cálculo: $Relação = \frac{Número\ de\ Ingressos}{Alunos\ Matriculados} \times 100$

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O IF Catarinense contabilizou, em 2011, 4.035 ingressos, totalizando 6.736 alunos matriculados. Dessa forma, a taxa de ingresso em relação ao total de alunos foi de **59,9%**.

Comparando com os dados de 2010, o IF Catarinense manteve basicamente o mesmo índice de crescimento de 2010 (60,32%), com uma leve redução de 0,42%. Apesar de a média sofrer leve variação, se manteve em crescimento porque em 2011 foram criados e ofertados 10 novos cursos superiores e 05 novos cursos técnicos. O crescimento mais significativo na oferta de cursos novos se deu na esfera dos cursos de Formação Inicial e Continuada, onde saltamos de 07 FICs/Proejas ofertados em 2010 para 30 FICs/ Proejas em 2011.

Desta forma, o crescimento de ingressos de 2010 para 2011 foi de 26% e de matrículas de 2010 para 2011 foi de 27%.

Quadro 50 – Relação ingressos/alunos – especificações por câmpus

Câmpus	Ingresso	Matriculados	Índice (%)
Araquari	622	968	64,25
Camboriú	653	1.171	55,76
Concórdia	622	1.206	51,57
Rio do Sul	626	1.014	61,73
Sombrio	518	1.147	45,16
Videira	436	661	65,96
Avançado de Ibirama	198	94	210,63
Avançado de Luzerna	284	415	68,43
Avançado de São Francisco do Sul	76	60	126,66
TOTAL IF Catarinense	4.035	6.736	59,9

Dados de ingresso coletados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, aba Consulta. Data de referência: 01/01/2011 a 31/12/2011.

Dados de Matriculados coletados no Censo Interno do IF Catarinense de Agosto/2011 (08/09/2011), tendo como base os alunos constantes no SISTEC na época.

18.3 - Relação de Concluintes/Alunos

Quadro 51 – Relação concluintes/alunos – especificações de cálculo

	Especificações
Objetivo	Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.
Definições	O <i>número de alunos</i> em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). <i>Concluinte</i> é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.
Método de Cálculo	Para extrair este indicador, foi utilizado o seguinte cálculo: $Relação = \frac{Número\ de\ Concluintes\ (Manhã,\ Tarde,\ Noite,\ Integral,\ Total)}{Alunos\ Matriculados} \times 100$

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O número de concluintes do IF Catarinense, no ano de 2011, foi de 1.023 alunos, num total de 6.736 alunos matriculados, portanto a taxa de concluintes em relação ao total de alunos, no ano de 2011, foi de **15,18%**. Em comparação aos dados de 2010, mantivemos praticamente a média, caindo em 1,45%. Este fator ainda ocorre porque a maioria dos cursos novos do IF Catarinense é de graduação, com o volume de ingresso nos anos de 2010 e 2011. Além disso, a partir de 2010 e 2011 iniciaram-se as turmas de cursos técnicos integrados, que necessitam de

três anos para efetuarem a conclusão. Assim, a partir de 2012/2013 e 2014 teremos um número mais considerável de alunos concluindo os cursos ofertados pela instituição.

Quadro 52 – Relação concluintes/alunos – especificações por câmpus

Câmpus	Concluintes	Matriculados	Índice(%)
Araquari	158	968	16,32
Camboriú	157	1.171	13,4
Concórdia	165	1.206	13,68
Rio do Sul	251	1.014	24,75
Sombrio	204	1.147	17,78
Videira	40	661	6,05
Avançado de Ibirama	17	94	18,08
Avançado de Luzerna	27	415	6,5
Avançado de São Francisco do Sul	4	60	6,66
TOTAL IF Catarinense	1.023	6.736	15,18

Dados de concluintes coletados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, aba Consulta. Data de referência: 01/01/2011 a 31/01/2012, data final para atribuir o status CONCLUÍDO aos alunos.

Dados de Matriculados coletados no Censo Interno do IF Catarinense de Agosto/2011 (08/09/2011), tendo como base os alunos constantes no SISTEC na época.

18.4 - Índice de Eficiência Acadêmica – concluintes

Quadro 53 – Índice de eficiência acadêmica – concluintes – especificações de cálculo

	Especificações
Objetivo	Quantificar a eficiência das Instituições.
Definições	<i>Concluinte</i> é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau. <i>Ingressos</i> = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.
Método de Cálculo	O cálculo deste indicador foi baseado na seguinte fórmula: $\text{Índice} = \frac{\sum N^{\circ} \text{ de concluintes} \times 100}{\sum N^{\circ} \text{ de Ingressos ocorridos por período equivalente}}$

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O número de concluintes do IF Catarinense, no ano de 2011, foi de 1.023 alunos e o número de ingressos ocorridos no mesmo período foi de 4.035 estudantes, obtendo-se o índice de: **25,35%**

Em comparação com 2010 mantivemos praticamente a média, com uma leve queda de 2,19%. Desta forma, de um ano para o outro, a relação concluinte/ingresso se manteve porque, como apontado anteriormente, houve a criação de cursos superiores (com duração de 3 a 5 anos) e a implantação dos cursos técnicos integrados, com duração mínima de 3 anos. A partir de 2012/2013 e 2014 haverá um crescimento significativo no índice concluintes/ingresso, quando entraremos nas fases finais dos cursos superiores e técnicos integrados.

Quadro 54 – Índice de eficiência acadêmica – concluintes – especificações por câmpus

Câmpus	Concluintes	Ingresso	Índice (%)
Araquari	158	622	25,4
Camboriú	157	653	24,04
Concórdia	165	622	26,52
Rio do Sul	251	626	40,09
Sombrio	204	518	39,38
Videira	40	436	9,17
Avançado de Ibirama	17	198	8,58
Avançado de Luzerna	27	284	9,5
Avançado de São Francisco do Sul	4	76	5,26
TOTAL IF Catarinense	1.023	4.035	25,35

Dados de concluintes coletados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, aba Consulta. Data de referência: 01/01/2011 a 31/01/2012, data final para atribuir o status CONCLUÍDO aos alunos.

Dados de ingresso coletados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC, aba Consulta. Data de referência: 01/01/2011 a 31/12/2011.

18.5- Índice de Retenção do Fluxo Escolar

Quadro 55 – Índice de retenção do fluxo escolar – especificações de cálculo

	Especificações
Objetivo	Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.
Definições	O <i>número de alunos</i> em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). <i>Retenção Escolar</i> refere-se à subdivisão: reprovação e trancamento.
Método de Cálculo	Para calcular este indicador, foi utilizada a seguinte fórmula: $\text{Índice} = \frac{\text{Número de Alunos Retidos (Reprovação + Trancamento)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O IF Catarinense contabilizou, em 2011, entre reprovações e trancamentos um total de 359 alunos retidos das 6.736 matrículas. Portanto, a taxa obtida foi de: **5,32%**

Podemos avaliar, de acordo com o índice alcançado em 2010 (7,67%), que conseguimos reduzir em 2,35% o índice de retenção de fluxo escolar no IF Catarinense, pedagógicas desenvolvidas nos câmpus, tais como: recuperação paralela ao longo do curso, evitando reprovações. Outras ações importantes também podem ser verificadas para promover a permanência do aluno, tais como: atuação da assistência estudantil, na tentativa de minimizar os trancamentos e desistências.

Quadro 56 – Índice de retenção do fluxo escolar – especificações por câmpus

Câmpus	Retidos	Matriculados	Índice %
Araquari	68R + 28T= 96	968	9,9
Camboriú	12R + 37T = 49	1.171	4,18
Concórdia	19R + 20T= 39	1.206	3,23
Rio do Sul	27R + 2T= 29	1.014	2,85
Sombrio	20R + 5T= 25	1.147	2,17
Videira	38R + 27T = 65	661	9,83
Avançado de Ibirama	13R + 7T= 20	94	21,3
Avançado de Luzerna	00R + 31T = 31	415	7,46
Avançado de São Francisco do Sul	03R + 02T= 05	60	8,3
TOTAL IF Catarinense	359	6.736	5,32

Dados de alunos retidos (soma de R=Reprovados e T=Trancados) fornecida pelos Pesquisadores Institucionais nos câmpus e câmpus avançados do IF Catarinense.

Dados de Matriculados coletados no Censo Interno do IF Catarinense de Agosto/2011 (08/09/2011), tendo como base os alunos constantes no SISTEC na época.

18.6 - Relação Alunos/Docente em Tempo Integral

Quadro 57 – Relação alunos/docente em tempo integral – especificações de cálculo

	Especificações
Objetivo	Quantificar o Número de Alunos por Docente em Tempo Integral.
Definições	O <i>número de alunos</i> em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). O <i>Docente em tempo integral</i> (efetivo e em contrato temporário) presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40h e DE multiplica-se por 1).
Método de Cálculo	Este indicador é obtido através da seguinte fórmula: $\text{Relação} = \frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}}$

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O IF Catarinense em 2011 contabilizou um total de 6.736 alunos e 519 docentes, obtendo-se o número de **12,97** alunos por docente em tempo integral. O crescimento comparado com o índice de 2010 (12,72%) foi de 0,25%. Isso porque o crescimento de um ano para outro foi equiparado: ao passo que ingressaram novos alunos devido ao aumento na oferta de cursos superiores e técnicos, tivemos a contratação efetiva de novos 132 docentes em tempo integral, através de concursos públicos realizados pela instituição.

Outro fator que impactou neste indicador foi o cancelamento de liberação de códigos de vagas para a contratação de docentes.

Quadro 58 – Relação alunos/docente em tempo integral – especificações por câmpus

Câmpus	Matriculados	Docentes	Índice (%)
Reitoria	0	13	0
Araquari + São Francisco do Sul	1.028	76	13,52
Blumenau	0	20	0
Camboriú	1.171	87,5	13,38
Concórdia	1.206	75	16,08
Rio do Sul	1.014	85	11,92
Sombrio	1.147	76	15,09
Videira	661	46	14,36
Avançado de Ibirama	94	20	4,7
Avançado de Luzerna	415	20,5	20,24
TOTAL IF Catarinense	6.736	519	12,97

Dados de Matriculados coletados no Censo Interno do IF Catarinense de Agosto/2011 (08/09/2011), tendo como base os alunos constantes no SISTEC na época.

Dados de docentes extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG 2011) de acordo com o cadastro realizado pelos Pesquisadores Institucionais nos Câmpus e Câmpus Avançados.

18.7 - Índice de Titulação do Corpo Docente

Quadro 59 – Índice de titulação do corpo docente – especificações de cálculo

	Especificações
Objetivo	Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente – Efetivo e Substitutos
Definições	A titulação do Corpo Docente é dividida em 5 sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.
Método de Cálculo	O cálculo deste indicador é feito utilizando-se a seguinte fórmula: $\text{Índice} = \frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D}$ Onde: G=qtde de docentes Graduados; A=qtde de docentes aperfeiçoados; E= qtde de docentes Especialistas; M=qtde de docentes Mestres; D= qtde de docentes Doutores.

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O índice de titulação do corpo docente do IF Catarinense em 2011 foi de **3,71**, considerando que nesse ano a estrutura de docência contou com 56 professores Graduados, 01 Aperfeiçoado, 64 Especialistas, 315 Mestres e 86 doutores.

Comparado com o índice de 2010 (3,93) tivemos uma leve redução no dado titulação de corpo docente no IF Catarinense de 0,22. Isto ocorreu devido a dificuldade em preencher as vagas de docentes em áreas específicas. Neste período, se constata um alto número de remoções para outras instituições.

Quadro 60 – Índice de titulação do corpo docente – especificações por câmpus

Câmpus	Docentes Graduados	Docentes Aperfeiçoados	Docentes Especialistas	Docentes Mestres	Docentes Doutores	Índice (%)
Reitoria	7	0	1	2	3	2,53
Araquari + São Francisco do Sul	3	0	3	53	17	4,03
Blumenau	7	0	3	10	0	2,8
Camboriú	6	0	11	54	17	3,86

Câmpus	Docentes Graduados	Docentes Aperfeiçoados	Docentes Especialistas	Docentes Mestres	Docentes Doutores	Índice (%)
Concórdia	3	0	13	47	12	3,29
Rio do Sul	5	1	10	53	16	3,87
Sombrio	13	0	7	44	12	3,55
Videira	4	0	7	30	5	3,69
Avançado de Ibirama	2	0	6	12	1	3,47
Avançado de Luzerna	6	0	3	10	3	3,18
TOTAL IF Catarinense	56	1	64	315	86	3,71

Dados de docentes extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG 2011) de acordo com o cadastro realizado pelos Pesquisadores Institucionais nos Câmpus e Câmpus Avançados.

18.8 - Gastos Correntes por Aluno

Quadro 61 – Gastos correntes por aluno – especificações de cálculo

	Especificações
Objetivo	Quantificar os Gastos por Aluno, por Região e para o País.
Definições	<i>Total de gastos</i> = total de gastos – Investimentos – Precatórios – Inativos/Pensionistas. <i>Alunos matriculados</i> = total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas).
Método de Cálculo	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula: $\text{Gastos correntes por Aluno} = \frac{\text{Total de Gastos}}{\text{Alunos Matriculados}}$

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

Em 2011, o total de gastos do IF Catarinense foi de R\$ 94.929.324,48, o número de matrículas do ano foi de 6.736. Dessa forma, dividindo-se os gastos totais pelo número de matrícula obteve-se o valor de **R\$ 14.092,83** de gastos correntes por aluno.

Comparando com os valores gastos em 2010, tivemos uma redução de R\$ 1.068,51 de gastos correntes com aluno. Entretanto, em 2011 o IF Catarinense iniciou o programa de Assistência Estudantil, ofertando auxílios de transporte, moradia e alimentação aos estudantes no valor total de **R\$ 1.712.751,84** destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade social.

Dados de Matriculados coletados no Censo Interno do IF Catarinense de Agosto/2011 (08/09/2011), tendo como base os alunos constantes no SISTEC na época.

Dados contábeis SIAFI 2011 – 30/12/2012.

18.9 - Percentual de Gastos com Pessoal

Quadro 62 – Percentual de gastos com pessoal – especificações de cálculo

	Especificações
Objetivo	Quantificar o gasto total com pessoal em relação aos gastos totais.
Definições	<i>Gasto com pessoal</i> : Gastos com servidores ativos, inativos, pensionistas, sentenças judiciais e precatórios. <i>Gastos totais</i> : Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.
Método de Cálculo	Para o cálculo deste indicador adotou-se a seguinte fórmula $\text{Percentual de gastos com pessoal} = \frac{\text{Total de Gastos com Pessoal}}{\text{Gastos TOTAIS}} \times 100$

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O Gasto com pessoal do IF Catarinense de acordo com a definição acima foi de R\$ 70.954.794,86 em 2011. Os gastos totais apresentados foram de R\$ 94.929.324,48, o que gerou um percentual de **74,74%**.

Comparados aos gastos com pessoal em 2010 (56,96%) tivemos um salto significativo de 17,78%. Este índice por ser explicado devido ao crescimento significativo no corpo de servidores docentes e técnico-administrativos no IF Catarinense em 2011.

Dados contábeis SIAFI 2011 – 30/01/2012.

18.10 - Percentual de Gastos com Outros Custeios (exclusive benefícios)

Quadro 63 – Percentual de gastos com outros custeios – especificações de cálculo

	Especificações
Objetivo	Quantificar o percentual de gasto com Outros Custeios em relação aos gastos totais.
Definições	<i>Total de gastos com outros custeios</i> = Total de gastos com outras despesas correntes – (Assistência pré-escolar + auxílio transporte + auxílio alimentação) <i>Gastos totais</i> : Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.
Método de Cálculo	Para calcular este indicador utilizou-se a seguinte fórmula: $\% \text{ Gastos Outros Custeios (exclusive benefícios)} = \frac{\text{Total de Gastos com Outros Custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100$

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O IF Catarinense em 2011 teve um desembolso de R\$ 27.741.124,55 com despesas com outros custeios. Os gastos totais, como apresentado anteriormente, somaram R\$ 94.929.324,48, gerando assim um percentual de **29,22%** de gastos com outros custeios em relação aos gastos totais da instituição.

Em comparação com 2010, tivemos um aumento de 9,73% nos gastos com despesas de outros custeios. Este fator se explica, como apontado anteriormente, devido à crescente na expansão da do Instituto Federal Catarinense e a necessidade de contratação de novos servidores técnico-administrativos e docentes. Este incremento no número de servidores implica diretamente no pagamento de um número maior com benefícios.

Dados contábeis SIAFI 2011 – 30/01/2012.

18.11- Percentual de Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)

Quadro 64 – Percentual de gastos com investimentos – especificações de cálculo

	Especificações
Objetivo	Quantificar o percentual dos gastos em Investimentos e Inversões Financeiras em relação aos gastos totais.
Definições	<i>Investimentos</i> : Despesa destinada ao planejamento e execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização de obras, bem como a programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição. <i>Inversões financeiras</i> : Despesa com aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização e também a aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital e com a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros. <i>Gastos totais</i> : Gastos totais de todas as fontes e todos os grupos de despesa.
Método de Cálculo	Para o cálculo deste indicador foi utilizada a seguinte fórmula: $\% \text{ Gastos com Investimentos (em relação aos gastos totais)} = \frac{\text{Total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões Financeiras}}{\text{Gastos Totais}}$

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

O percentual de gastos com investimentos do IF Catarinense em 2011 foi **29,71%**. Esse resultado é obtido dividindo-se o total de investimentos e de inversões financeira que foi de R\$ 28.201.220,08, pelos gastos totais, que como exposto anteriormente, foi de 94.929.324,48.

Com relação a 2010, tivemos um aumento de 10,22% nos gastos com investimentos. Isso se explica devido, novamente, à expansão da Rede Federal. Em 2011 tivemos a implantação dos câmpus Avançado de Blumenau e São Francisco do Sul, além das melhorias estruturais na maioria dos câmpus que compõem o IF Catarinense (Araquari, Camboriú, Concórdia, Rio do Sul, Sombrio e Videira).

Dados contábeis SIAFI 2011 – 30/01/2012.

18.12 - Número de Alunos Matriculados Classificados de acordo com a Renda Per Capita Familiar (determinação TCU).

Quadro 65 – Alunos matriculados classificados de acordo com a renda per capita familiar – Especificações de cálculo

	Especificações
Objetivo	Auferir o grau de inclusão social da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes nas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.
Definições	Não há.
Método de Cálculo	Não definido.

Fonte: acórdão 2.267/2005/TCU/Plenário

Quadro 66 – Alunos matriculados classificados de acordo com a renda per capita familiar – especificações por câmpus

Câmpus	% de amostra	0 < RFP ≤ 0,5 SM	0,5 < RFP ≤ 1 SM	1 < RFP ≤ 1,5 SM	1,5 < RFP ≤ 2,5 SM	2,5 < RFP ≤ 3 SM	RFP > 3 SM
Araquari + São Francisco do Sul	40%	0	11	86	116	68	142
Camboriú	42,83%	não apresentou dados	não apresentou dados	não apresentou dados	não apresentou dados	não apresentou dados	não apresentou dados
Concórdia	81%	17	42	142	53	60	117
Rio do Sul	22,73%	0	28	14	99	8	115
Sombrio	74%	84	153	216	155	73	89
Videira	100%	42	152	174	173	40	64
Avançado de Ibirama	71%	0	0	5	37	14	3
Avançado de Luzerna	100%	8	59	71	124	20	20

Dados extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG 2011) de acordo com a pesquisa e cadastro realizado pelos Pesquisadores Institucionais nos câmpus e câmpus Avançados.

O Câmpus de Camboriú não apresentou os dados dos alunos matriculados em relação à renda familiar.

ANEXO I

Unidade Contratante

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Reitoria

UG/Gestão: 158125 / 26422

CNPJ: 10.635.424/0001-86

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	48/2011	79.283.065/0001-41	03/10/2011	31/12/2012	-	-	-	-	-	-	P
2009	V	O	22/2009	81.611.022/0001-90	15/07/2009	31/12/2012	-	-	-	-	-	-	P
2011	V	O	72/2011	81.611.022/0001-90	12/12/2011	31/12/2012	-	-	-	-	-	-	P
2011	V	O	73/2011	81.611.022/0001-90	12/12/2011	31/12/2012	-	-	-	-	-	-	P
2009	L	O	21/2009	82.411.885/0001-86	15/07/2009	30/09/2011	-	-	-	-	-	-	E

Observações: Não é exigida nenhuma escolaridade dos funcionários.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Leandro Padilha Ribeiro - Assistente em Administração

Unidade Contratante

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Reitoria

UG/Gestão: 158125 / 26422

CNPJ: 10.635.424/0001-86

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	1	O	48/2011	79.283.065/0001-41	03/10/2011	31/12/2012	-	-	-	-	-	-	P
2009	3	O	22/2009	81.611.022/0001-90	15/07/2009	31/12/2012	-	-	-	-	-	-	P
2011	3	O	72/2011	81.611.022/0001-90	12/12/2011	31/12/2012	-	-	-	-	-	-	P
2011	3	O	73/2011	81.611.022/0001-90	12/12/2011	31/12/2012	-	-	-	-	-	-	P
2009	1	O	21/2009	82.411.885/0001-86	15/07/2009	30/09/2011	-	-	-	-	-	-	E

Observações:

LEGENDA

Área:

- | | |
|---------------------------|---|
| 1. Conservação e Limpeza; | 8. Reprografia; |
| 2. Segurança; | 9. Telecomunicações; |
| 3. Vigilância; | 10. Manutenção de bens móveis |
| 4. Transportes; | 11. Manutenção de bens imóveis |
| 5. Informática; | 12. Brigadistas |
| 6. Copeiragem; | 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes |
| 7. Recepção; | 14. Outras |

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Leandro Padilha Ribeiro - Assistente em Administração

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CÂMPUS RIO DO SUL

UG/Gestão: 158458/ 26422

CNPJ: 10.635.424/0002-67

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	003/2007	02.531.343/0001-08	01/04/2007	31/12/2011	3						E
2008	V	O	002/2008	81.611.022/0001-90	11/01/2008	31/12/2012			5	7			A
2010	L	O	036/2010	02.531.343/0001-11	01/01/2011	31/01/2012	2	1					E

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Dados do Câmpus

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CÂMPUS RIO DO SUL

UG/Gestão: 158458/ 26422

CNPJ: 10.635.424/0002-67

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	003/2007	02.531.343/0001-08	01/04/2007	31/12/2011	3	3					E
2007	11	O	003/2007	02.531.343/0001-08	01/04/2007	31/12/2011	4	5					E
2007	13	O	003/2007	02.531.343/0001-08	01/04/2007	31/12/2011			1	1			E
2007	6	O	003/2007	02.531.343/0001-10	01/04/2007	31/12/2011	6	7					E
2007	14	O	003/2007	02.531.343/0001-11	01/04/2007	31/12/2011	6	7					E
2010	6	O	036/2010	02.531.343/0001-08	01/01/2011	31/01/2012	1	1					E
2010	13	O	036/2010	02.531.343/0001-08	01/01/2011	31/01/2012	1	1					E
2010	11	O	036/2010	02.531.343/0001-09	01/01/2011	31/01/2012	1	1					E
2010	6	O	036/2010	02.531.343/0001-10	01/01/2011	31/01/2012	1	1					E
2010	1	O	036/2010	02.531.343/0001-11	01/01/2011	31/01/2012	2	1					E
2010	10	O	036/2010	02.531.343/0001-12	01/01/2011	31/01/2012	1	1					E
2010	14	O	036/2010	02.531.343/0001-13	01/01/2011	31/01/2012	4	4					E
2010	11	O	036/2010	02.531.343/0001-14	01/01/2011	31/01/2012	1	1					E
2010	11	O	036/2010	02.531.343/0001-15	01/01/2011	31/01/2012	1	1					E
2010	14	O	036/2010	02.531.343/0001-16	01/01/2011	31/01/2012	2	2					E

Observações:

Fonte: Dados do Câmpus

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE – CÂMPUS ARAQUARI

UG/Gestão: 158459/26422

CNPJ: 10.635.424/0003-48

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.		
					Início	Fim	F		M			S	
							P	C	P	C		P	C
2007	V	O	Serviço de Vigilância	83.719.963/0001-77	01/01/08	31/12/12			8	8			P
2008	L	O	Serviço de Limpeza e Conservação	07.261.678/0001-77	17/06/09	16/06/13	9	9					E
2011	L	O	Serviço de Limpeza e Conservação	07.261.678/0001-77	01/07/11	30/06/16	14	14					A
2011	L	O	Serviço de Limpeza e Conservação	03.767.254/0001-28	01/07/11	30/06/16	1	1					A

Observação: A empresa Agile Serviços Gerais Ltda – CNPJ 07.261.678/0001-77, presta serviços no Câmpus Avançado de São Francisco do Sul.

LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE – CÂMPUS ARAQUARI.

UG/Gestão: 158459/26422

CNPJ: 10.635.424/0003-48

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2006	3	O	Serviço de Cozinha	02.531.343/0001-08	01/05/06	31/05/11	6	6					E
2011	3	O	Serviço de Cozinha	02.531.343/0001-08	01/06/11	31/05/16	7	7					A
2006	1	O	Serviço de Açougueiro	79.283.065/0001-41	01/05/06	30/04/11	1	1					E
2010	1	O	Serviço de Auxiliar Rural	79.283.065/0001-41	07/06/10	06/06/15	1	1					P
2010	2	O	Prestação de Serviços Hidráulicos	02.531.343/0001-08	27/09/10	30/11/11	1	1					E
2010	2	O	Prestação de Serviços Elétricos	02.531.343/0001-08	20/09/10	30/11/11	1	1					E
2010	1	O	Serviço de Auxiliar Rural	79.283.065/0001-41	20/12/10	19/12/15	2	2					P
2011	2	E	Prestação de Serviços Hidráulicos	02.531.343/0001-08	01/12/11	28/05/12	1	1					A
2011	2	E	Prestação de Serviços Elétricos	02.531.343/0001-08	01/12/11	28/05/12	1	1					A
2011	1	O	Serviços de Telefonista	79.283.065/0001-41	20/06/11	19/05/16	2	2					A
2011	1	O	Serviços de Trabalhadores Rurais Polivalentes	79.283.065/0001-41	19/12/11	18/12/16	5	5					A

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: DAP/GESTOR DE CONTRATOS

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
Serviço de Cozinha	3	7	Coordenação Geral de Assistência Estudantil
Serviço de Açougueiro	1	1	Coordenação Geral de Produção
Serviço de Auxiliar Rural	1	1	Coordenação Geral de Infraestrutura e Serviços
Prestação de Serviços Hidráulicos	2	1	Coordenação Geral de Infraestrutura e Serviços
Prestação de Serviços Elétricos	2	1	Coordenação Geral de Infraestrutura e Serviços
Serviço de Auxiliar Rural	1	2	Coordenação Geral de Infraestrutura e Serviços
Serviço de Vigilância	8	8	Coordenação Geral de Infraestrutura e Serviços
Serviço de Limpeza e Conservação	7	15	Coordenação Geral de Infraestrutura e Serviços
Serviço de Telefonista	1	2	Administração
Serviço de Trabalhadores Rurais Polivalentes	1	5	Coordenação Geral de Produção

LEGENDA

Área:

- | | |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | <ol style="list-style-type: none"> 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras. |
|---|---|

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CÂMPUS
CONCÓRDIA

UG/Gestão: 158461/26422

CNPJ: 10.635.424/0005-00

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	1	O	CONTRATO 08/2009	03.735.663/0001-42	16/09/09	EM ANDAMEN-TO	1	1						A
2009	14	O	CONTRATO 08/2009	03.735.663/0001-42	16/09/09	EM ANDAMEN-TO	2	2						A
2008	1	O	CONTRATO 02/2008	90.169.285/0001-81	30/09/08	EM ANDAMEN-TO	9	9						A
2008	6	O	CONTRATO 02/2008	90.169.285/0001-81	30/09/08	EM ANDAMEN-TO	1	1						A
2008	7	O	CONTRATO 02/2008	90.169.285/0001-81	30/09/08	EM ANDAMEN-TO	4	4						A
2008	9	O	CONTRATO 02/2008	90.169.285/0001-81	30/09/08	EM ANDAMEN-TO			2	2				A
2008	11	O	CONTRATO 02/2008	90.169.285/0001-81	30/09/08	EM ANDAMEN-TO	4	4						A
2008	14	O	CONTRATO 02/2008	90.169.285/0001-81	30/09/08	EM ANDAMEN-TO	20	20	1	1				A

Observações:

Área:

- | | |
|---------------------------|---|
| 1. Conservação e Limpeza; | 8. Reprografia; |
| 2. Segurança; | 9. Telecomunicações; |
| 3. Vigilância; | 10. Manutenção de bens móveis |
| 4. Transportes; | 11. Manutenção de bens imóveis |
| 5. Informática; | 12. Brigadistas |
| 6. Copeiragem; | 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes |
| 7. Recepção; | 14. Outras |

LEGENDA

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Dados do Câmpus

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE – Câmpus Videira

UG/Gestão: 158379

CNPJ: 10.635.424/0007-71

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	12/2010	04.849.486/0001-98	01/12/2010	30/11/2012	X							P
2010	V	O	17/2010	95.832.986/0001-72	01/01/2011	31/03/2012				X				P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Jorge Luiz T. Celestino – matr 1893333 – Gestor Contratos

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE – Câmpus Videira

UG/Gestão: 158379

CNPJ: 10.635.424/0007-71

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	1	O	09/2010	04.849.486/0001-98	01/12/2010	30/11/2012		X						P
2010	9	O	10/2010	07.261.678/0001-77	01/12/2010	30/11/2012				X				P
2010	6	O	11/2010	04.849.486/0001-98	01/12/2010	30/11/2012		X						P
2010	11	O	13/2010	07.261.678/0001-77	01/12/2010	30/11/2012		X						P
2010	7	O	14/2010	04.492.725/0001-03	01/12/2010	30/11/2012				X				P
2011	8	O	21/2011	04.849.486/0001-98	05/12/2011	04/12/2012				X				P

Observações: Em todos os contratos ativos na UG o número de trabalhadores efetivamente contratados é o previsto no Contrato, não havendo nenhuma alteração até o presente.

LEGENDA

Área:	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
1. Conservação e Limpeza;	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
2. Segurança;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
3. Vigilância;	Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
4. Transportes;	
5. Informática;	
6. Copeiragem;	
7. Recepção;	
8. Reprografia;	
9. Telecomunicações;	
10. Manutenção de bens móveis	
11. Manutenção de bens imóveis	
12. Brigadistas	
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes	
14. Outras	

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE- CÂMPUS SOMBRIO

UG/Gestão: 158462/26422

CNPJ: 106354240006-90

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	Prest. De serv. Higienização, Limpeza e Conservação	048494860001-98	15/02/08	31/12/12	1 6	1 6	0	0	0	0	P
2008	V	O	Prestação de serviço de Vigilância Ostensiva	926536660002-48	27/03/08	31/12/12	6	6	0	0	0	0	P
2009	V	O	Prestação de serviço de Vigilância Ostensiva- Unidade Urbana	926536660002-48	05/03/2009	31/12/2012	2	2	0	0	0	0	P
2012	L	O	Seviço de Limpeza e Conservação unidade urbana	048494860001-98	01/03/2012	31/12/2012	6	6	0	0	0	0	A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Contratante

Nome: INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE- CÂMPUS SOMBRIO

UG/Gestão: 158462/26422
158462/26422

CNPJ: 106354240006-90

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	7	O	Serviço de recepção	048494860001-98	16/02/2007	31/03/2012	0	0	7	7	0	0	P
2007	11	O	Contratação de tratorista	048494860001-98	28/02/07	31/03/12	1	1	0	0	0	0	P
2009	11	O	Prestação de Serviços Gerais	048494860001-98	04/02/09	31/12/12	8	8	0	0	0	0	P
2011	11	E	Prestação de Serviço Rural	073666430001-00	01/11/11	31/03/12	10	10	0	0	0	0	P
2011	6	O	Prestação de Serviços de mão de obra de Cozinha e Refeitório	048494860001-98	20/06/11	31/12/12	12	12	0	0	0	0	P

Observações:

LEGENDA

Área:

- | | |
|---------------------------|---|
| 1. Conservação e Limpeza; | 8. Reprografia; |
| 2. Segurança; | 9. Telecomunicações; |
| 3. Vigilância; | 10. Manutenção de bens móveis |
| 4. Transportes; | 11. Manutenção de bens imóveis |
| 5. Informática; | 12. Brigadistas |
| 6. Copeiragem; | 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes |
| 7. Recepção; | 14. Outras |

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Unidade Contratante														
Nome: Instituto Federal Catarinense - Câmpus Camboriú														
UG/Gestão:							CNPJ: 10.635.424/0004-29							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	V	O	240/2008	07.168.167/0001-05	01/01/11	31/12/11	8	8						P
2009	L	O	320/2009	07.261.678/0001-77	12/11/10	31/12/11	11	11						P
2011	L	E	030/2011	79.283.065/0001-41	03/01/11	13/05/11	2	2						E
2011	L	O	036/2011	79.283.065/0001-41	13/05/11	12/05/12	2	2						A
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

Fonte: DAP

Unidade Contratante

Nome: Instituto Federal Catarinense - Câmpus Camboriú

UG/Gestão:

CNPJ: 10.635.424/0004-29

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	3	O	240/2008	07.168.167/0001-05	01/01/11	31/12/11	8	8					P
2009	1	O	320/2009	07.261.678/0001-77	12/11/10	31/12/11	11	11					P
2011	1	E	030/2011	79.283.065/0001-41	03/01/11	13/05/11	2	2					E
2011	1	O	036/2011	79.283.065/0001-41	13/05/11	12/05/12	2	2					A
2008	6	O	076/2008	02.531.343/0001-08	01/06/10	01/10/11	8	8					P
2011	6	O	064/2011	02.531.343/0001-08	01/10/11	30/09/12	8	8					P
2008	1	O	097/2008	00.482.840/0001-38	01/07/10	30/06/11	2	2					E
2009	6	O	174/2009	84.965.706/0001-88	01/08/10	31/07/11	1	1					E
2011	6	O	038/2011	07.366.643/0001-41	01/08/11	31/07/12	1	1					A
2011	6	E	029/2011	79.283.065/0001-41	03/01/11	13/05/11	3	3					E
2011	6	O	034/2011	79.283.065/0001-41	13/05/11	12/05/12	3	3					A
2011	1	E	031/2011	79.283.065/0001-41	03/01/11	01/11/11	2	2					E
2011	1	O	068/2011	79.283.065/0001-41	01/11/11	30/10/12	2	2					A
2011	1	O	035/2011	79.283.065/0001-41	13/05/11	12/05/12			1	1			A
2011	1	O	071/2011	00.482.840/0001-38	01/12/11	30/11/12	1	1					A
2010	14	O	025/2010	82.144.338/0001-81	23/12/10	29/02/12					1	1	P

Observações:

Fonte: DAP

ANEXO II



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS VIDEIRA/SC

Rodovia SC 303, KM 05, Bairro Campo Experimental – Videira – SC – CEP: 89560-000

Telefone: 49-3532-4900 – E-mail: ifc@ifc-videira.edu.br

DECLARAÇÃO

Eu, Willian Bolzan dos Santos, CPF nº 255.999.568-90, Diretor Geral, exercido no Instituto Federal Catarinense Campus Videira – SC, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Videira, 23 de Fevereiro de 2012.


Willian Bolzan dos Santos
CPF – 255.999.568-90
Diretor Geral

Instituto Federal Catarinense Câmpus Videira/SC

DECLARAÇÃO

Eu, Razieri Berti Kluwe, CPF 538.909.909-59, Diretor do Departamento de Administração e Planejamento, exercido no IFC – Campus Camboriu, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis, apenas no quesito inclusão de contratos, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme preconiza o artigo 19 da lei n. 12.309, de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Sendo que não há lançamentos de Convênios, Contratos de Repasse e Termo de Parceria no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV pela não existência dos mesmos para o exercício de 2011.

Camboriu, 24 de Fevereiro de 2012


Razieri Berti Kluwe
Diretor do Departamento de Administração
e Planejamento
IFC CAMPUS CAMBORIÚ
Portaria 001/2012




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE-CAMPUS SOMBRIO
Rua das Rosa, s/nº - Vila Nova - Santa Rosa do Sul - SC - CEP: 88965-000
Telefone: 48-3534-8000 - E-mail: ifc@ifc-sombrio.edu.br

DECLARAÇÃO

Eu, LUIZ ANTONIO TUON ROSSO, CPF Nº 450.206.989-20, Diretor Substituto do Departamento de Administração e Planejamento, exercido no Instituto Federal catarinense - Campus Sombrio declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Santa Rosa do Sul/SC, 06 de janeiro de 2012.


Luiz Antonio Tuon Rosso
CPF 450.206.989-20
Diretor Substituto do DAP

5000701/2012-70



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Araquari

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Valdinei Cecílio**, CPF nº **037 295 019 17**, **Assistente em Administração**, exercido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Câmpus Araquari, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, *menos alguns cronograma de contratos*, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Araquari, 24 de fevereiro de 2012.

Valdinei Cecílio
CPF 037 295 019 17


**Assistente em Administração/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Catarinense – Câmpus Avançado de São Francisco do Sul**



DECLARAÇÃO

Eu, Jolcemar Ferro, CPF: 405.505.080-15, Diretor Geral, exercido no Instituto Federal Catarinense - Campus Concórdia, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art.19 da Lei nº12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Concórdia, 27 de fevereiro de 2012


JOLCEMAR FERRO
Diretor Geral AFC – Campus Concórdia
CPF: 405.505.080-15

DECLARAÇÃO

Eu, **Marco Antonio Imhof**, CPF 77699181972, **Diretor de Administração e Planejamento** exercido no **Instituto Federal Catarinense - Campus Rio do Sul** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio do Sul, 23 de fevereiro de 2012.



Marco Antonio Imhof
CPF: 77699181972
Diretor de Administração e Planejamento
Campus Rio do Sul

Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV

DECLARAÇÃO

Eu, Leandro Padilha Ribeiro, CPF nº 043.433.029-97, Assistente em Administração, exercido na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores, com exceção de alguns contratos devido a problemas operacionais do Sistema de Administração de Serviços Gerais não foi possível cadastrar, sendo que em anexo constam os comprovantes de Publicações no DOU.

Blumenau, 28 de Fevereiro de 2012.

Leandro Padilha Ribeiro

043.433.029-97

Assistente em Administração / Reitoria do IFCatarinense



Marcio Rampelotti
Pró-Reitor de Administração
Substituto
Portaria nº 798, de 30/08/2010
DOU de 02/09/2010



Leandro Padilha Ribeiro
Chefe do Setor de Serviços Gerais
Portaria nº. 690 de 12/05/2011
D.O.U. de 17/05/2011

ANEXO III



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC
Pró-Reitoria Desenvolvimento Institucional - PRODIN
Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que cerca de 94% dos servidores que ocuparam Cargos de Direção ou Função Gratificada no Instituto Federal Catarinense, na condição de Titular ou Substituto, no exercício de 2011, estão em dia com a apresentação da Declaração de Bens e rendas de que trata a Lei nº 8.730, de 10/11/1993, com exceção dos servidores abaixo, que até o presente momento ainda não apresentaram a referida Declaração, tão pouco apresentaram a Autorização de acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Servidores que não apresentaram declaração de bens ou Autorização de acesso à Declaração de IRRF:

Servidor	Situação	Campus
Malcon Fernando da Silva	Titular	Rio do Sul
Ivo Rogério Amaral	Titular	Sombrio
Paulo Roberto Amaral Turco	Titular	Sombrio
Tânia Maria Goulart	Titular	Sombrio
Maria de Souza Matos	Substituto	Sombrio
João José do Amaral Vieira	Titular	Araquari
Ademir Ari Scheuermann	Titular	Araquari
Amir Taiulle	Titular	Araquari
Anelise Destefani	Titular	Araquari
Duval Nessler	Titular	Araquari
Emerson Rivelino Cidral	Titular	Araquari
Fábio Longo de Moura	Titular	Araquari
Fernanda Guimarães Carvalho	Titular	Araquari

Iza Luzia Goetem de Oliveira	Titular	Araquari
Jonas Cunha Espíndola	Titular	Araquari
Joverci Antonio Pocera	Titular	Araquari
Luciano Alves	Titular	Araquari
Maria de Lourdes da Costa Silva	Titular	Araquari
Maria de Lourdes de Mira	Titular	Araquari
Mário Luiz Madeira Ferreira	Titular	Araquari
Marios José de França	Titular	Araquari
Mauro Bittencourt dos Santos	Titular	Araquari
Oduvaldo Ferraz de Abreu Junior	Titular	Araquari
Otair Alves Gonçalves	Titular	Araquari
Rafael de Moura Speroni	Titular	Araquari
Rodrigo Martins Monzani	Titular	Araquari
Rodrigo Otávio de Macedo Gomes	Titular	Araquari
Stelamaris Dezen	Titular	Araquari
Thiago Neves Batista	Titular	Araquari
Neusa Maria Deschamps	Substituto	Concórdia
Antonio Jose Farias Nobrega	Titular	Concórdia
Sandra Elizabet Bazana Nonenmacher	Titular	Concórdia
Fernando José Taques	Titular	Ibirama
Jairo Perin	Titular	Ibirama
Rudimar Antonio Camargo Drey	Titular	Ibirama
Adriano Heis	Titular	Ibirama
Sara Nunes	Substituto	Ibirama
Rodrigo Da Rosa Gonçalves	Substituto	Ibirama
Fernando José Taques	Substituto	Ibirama
Leonard Moraes Gonçalves Ayres	Substituto	Camboriú

Blumenau, 15 de março de 2012


 Joseane Ewaldi Cordeiro Teixeira
 Diretora de Gestão de Pessoas
 Portaria nº 15, de 12/03/2009
 DOU de 13/03/2009

ANEXO IV

Análise do Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. Justificativa: O funcionamento da UNAI é imperativo para o bom funcionamento e controle das atividades do IF Catarinense					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. Justificativa: Como estamos ainda em fase de consolidação do trabalho, ainda não é percebido por algumas pessoas, inclusive porque existe crescimento constante do quadro de pessoal				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. Justificativa: A boa comunicação é muito difícil de ser alcançada, mas é uma busca constante				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. Justificativa: É utilizado o código dos servidores públicos federais e outros instrumentos internos estão para ser construídos.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. Justificativa: Sim, porém sendo uma instituição nova, alguns instrumentos ainda estão sendo construídos.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. Justificativa: Sim, a prática democrática e participativa é um dos princípios da Instituição				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. Justificativa: Sim, plenamente definidas em seus documentos					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. Justificativa: Sim, explicitadas no Estatuto e Regimento Geral do IF Catarinense					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. Justificativa: Sim, através da UNAI					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. Justificativa: Sim, Pelo Estatuto, Regimento Geral e PDI e PPI					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. Justificativa: Apesar de alcançarmos os objetivos, ainda não há a clareza necessária			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Justificativa: ainda não existe um procedimento formalizado para avaliação			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. Justificativa: Não, ainda são processos em construção			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. Justificativa: Não, em construção			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. Justificativa: Identificados os riscos durante o processo esses são tratados dentro de prioridades elencadas com o intuito de afastá-los				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Justificativa: Desconhecido			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Justificativa: Sempre foram apurados todos os eventuais acontecimentos referentes					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. Justificativa: Sim, existe um departamento de patrimônio que cuida dessa área					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. Justificativa: Sim, através de treinamentos constantes e pela construção de instrumentos disciplinadores de fluxo e trâmites de processos e procedimentos				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. Justificativa: Sim, porém estamos ainda em teste de muitos procedimentos por sermos uma instituição nova				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. Justificativa: Sim, como exemplo, em treinamentos procura-se capacitar todos os servidores da instituição				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. Justificativa: Sim, o papel da UNAI é fundamental nessa tarefa					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. Justificativa: Sim, toda informação é repassada para os setores competentes					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. Justificativa: Sim					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. Justificativa: Sim					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. Justificativa: Sim, atende as expectativas					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Justificativa: Ainda existe um caminho a percorrer para atingirmos a excelência na comunicação interna				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. Justificativa: Sim, mas pode ser melhorado quando todos os procedimentos estiverem consolidados				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. Justificativa:			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. Justificativa: Sim, gradativamente estamos em busca da excelência administrativa					X
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Análise do Pró-Reitor de Ensino

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. Justificativa: Trabalha-se com a preocupação em se dar conta das conformidades, porém a estrutura nova gera concorrência no uso dos recursos escassos.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. Justificativa: Os controles internos estão em construção, considerada a nova institucionalidade dos IFs, sendo que no caso da Proen poderão ser melhor percebidos através de procedimentos informatizados disponibilizados em rede.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. Justificativa: Talvez seja um dos requisitos onde mais se possa avançar, ainda que a complexidade dos processos cada vez mais especializados coloque uma dificuldade crescente na comunicação interna e externa.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. Justificativa: Ainda não se construiu um específico, embora segue-se a orientação dada ao servidor público federal.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. Justificativa: Procedimentos na área de ensino estão estabelecidos em resoluções e instruções normativas, parte delas em fase de tramitação em órgãos colegiados, algumas delas já sofrendo processo de revisão				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. Justificativa: A construção de procedimentos tem sido pautada pela representatividade dos diversos câmpus e da Reitoria, na busca de uma construção coletiva.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. Justificativa: Passado o primeiro estágio de instalação do IF Catarinense, segue-se agora momento de maior facilidade para consolidação dos papéis na gestão, bem como de seus detalhamentos.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. Justificativa: Segue sendo matéria controversa a definição de funções especialmente quando se busca maior uniformidade entre os diferentes Câmpus				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. Justificativa: Tratando-se de atividades acadêmicas, controles internos funcionam como marcos necessários também para estruturar a trajetória dos cursos e tornar claras as trilhas que levam à conquista da formação almejada.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. Justificativa: Sim, através dos documentos institucionais que corroboram o previsto na lei de criação dos Institutos Federais.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. Justificativa: Processos críticos em educação envolvem sobremaneira a preparação das pessoas que atuam no processo, condição que o IF Catarinense necessita dispender grande esforço de atendimento dado o número de profissionais que ingressaram na instituição em curto período.				x	

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Justificativa: O planejamento estratégico ainda é uma prática localizada em alguns setores e esbarra na dificuldade técnica da complexidade dos cenários e nas diversas frentes de atuação no ensino dadas pela missão dos institutos federais.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. Justificativa:			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. Justificativa:			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. Justificativa:			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Justificativa: No âmbito da Proen não há ainda registro desse tipo de acontecimento.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Justificativa: Há sindicâncias e processos administrativos instaurados no IF Catarinense. Percebe-se, inclusive, algo que parece ser uma situação preocupante para a gestão pública, que é o aumento no número de reclamações e denúncias anteriormente resolvidas através de diálogo, que assoberbam o trabalho da alta gestão, sem um correspondente aumento no aparato de servidores especializados para dar andamento às averiguações e demandas dos órgãos de controle e fiscalização.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. Justificativa:				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. Justificativa: Especificamente na área de ensino recebemos auditoria interna que foi cientificada dos nossos procedimentos de controle, solicitou informações que foram esclarecidas e recomendou a maior informatização de certos procedimentos de registro como é o caso do lançamento de certificados e diplomas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. Justificativa:				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. Justificativa:				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. Justificativa:				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. Justificativa: Já manifestamos acima, sobre o espaço para avanço nestes requisitos.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. Justificativa:				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. Justificativa: A informação ainda precisa chegar de forma mais rápida para que as pessoas interessadas possam dar conta com maior celeridade dos processos e demandas que também chegam de uma forma cada vez mais acelerada.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. Justificativa:				X	

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Justificativa: Dada a complexidade e estrutura descentralizada, permanece o desafio da comunicação integrada e aberta.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. Justificativa: Ainda estamos instaurando a cultura do monitoramento para verificação regular das conformidades.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. Justificativa:				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. Justificativa: Sim, porém na área de ensino há necessidade de maior detalhamento dos critérios pelo Mec e Setec para aperfeiçoar o acompanhamento das conformidades e não conformidades dentro do sistema federal da EPT.				x	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Análise do Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. Justificativa: Os controles internos são essenciais ao correto acompanhamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. Justificativa: Os documento e normativas são sempre divulgados					x
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. Justificativa: A comunicação interna ocorre de maneira eficiente, em função da proximidade física e do sistema de trabalho compartilhado dos servidores desta UG					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. Justificativa: Existe o código de ética e conduta geral do servidor público, do qual estamos inseridos e ligados					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. Justificativa: Praticamente todos os procedimentos são padronizados e divulgados à comunidade do IF Catarinense					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. Justificativa: Em função do trabalho colaborativo, esta afirmação é procedente					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. Justificativa: Como trata-se de uma Instituição que possui ainda pouco tempo de existência formal, há a constante atualização e modernização das responsabilidades				x	

8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. Justificativa: Semelhantemente, como trata-se de uma Instituição que possui ainda pouco tempo de existência formal, há a constante atualização e modernização destas ações				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. Justificativa: Sim, os controles internos são muito úteis para a funcionalidade da UG					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. Justificativa: Sim, e encontram-se inclusas no PDI da Instituição					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. Justificativa: Há a identificação, mas sempre há a necessidade de atualização dos mesmos.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Justificativa: Sim, é prática, pois se vislumbra a necessidade de aperfeiçoamento da gestão.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. Justificativa: Sim, é prática, pois se vislumbra a necessidade de aperfeiçoamento da gestão.					x
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. Justificativa: Sim, é realizada e atualizada constantemente					x
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. Justificativa: Sim, é realizada a atualização constantemente					x
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Justificativa: Não existe histórico de fraudes e perdas					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Justificativa: Com certeza seria este o procedimento a ser adotado, mas até o presente momento não há a ocorrência de fraudes e desvios.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. Justificativa: Há controle interno sobre estas atividades					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. Justificativa: Existem políticas e ações e que visam impedir ou diminuir os riscos					x
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. Justificativa: Até o momento acreditamos serem apropriadas, embora haja a necessidade de constante atualização.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. Justificativa: Acreditamos que sim.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. Justificativa: Até o momento acreditamos serem abrangentes e razoáveis, embora haja a necessidade de constante atualização					x
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. Justificativa: Sim, é política constante a divulgação das informações a comunidade escolar					x

24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. Justificativa: Sim, de maneira geral são dotadas de qualidade suficiente					x
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. Justificativa: Sim, de maneira geral atende aos quesitos indicados					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. Justificativa: Sim, de maneira geral esta informação é correta					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Justificativa: Sim, de maneira geral há uma boa comunicabilidade entre os níveis hierárquicos					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. Justificativa: Sim, e a partir de novas necessidades discute-se com a equipe sua implantação					x
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. Justificativa: Até o momento é considerado adequado.					x
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. Justificativa: O controle interno facilita a gestão, sendo uma ferramenta muito útil.					x
Considerações gerais: -x-					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Análise do Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. R: A alta gestão do IF Catarinense sempre entendeu os controles internos como uma segurança para a gestão, procurando atender todas as orientações emanadas do controle interno.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. R: é preciso aprimorar o entendimento do que significa o controle interno dentro da Instituição, muitos servidores enxergam o controle apenas de forma punitiva, quando na verdade deve ser visto como preventivo. é preciso disseminar a cultura do controle entre todos os atores envolvidos.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. R: considero a comunicação ainda muito falha, ficando muitas vezes a discussão acerca de procedimentos apontados restritos a um pequeno grupo, no entanto cabe lembrar que o IF Catarinense é uma Autarquia recente e como tal ainda precisa aprimorar e desenvolver o controle interno.		x			

4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. R: inexistente o código de ética ou de conduta, no entanto cabe lembrar que existe um código de ética e conduta que tem abrangência para todos os servidores públicos federais e que é seguido pela Instituição	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. R: A padronização ainda está incipiente segundo a visão desse subscritor, no entanto cabe lembrar que a Autarquia é recente e procura desenvolver seu projeto de gestão continuada (padronizada) que deve ser implantada em breve.		x			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. R: infelizmente ainda não há mecanismos que incentivem a participação dos servidores nos diversos níveis da estrutura da UJ, quando é executado alguma ação nesse sentido é feito por Portaria de designação, Sendo muito raro encontrarmos voluntários.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. R: algumas competências e responsabilidades estão previstas na Lei de criação dos Institutos bem como no Estatuto e no Regimento, porém na grande maioria ainda não estão claras essas competências e responsabilidades. É preciso rediscutir o organograma buscando atender as necessidades reais da Reitoria e dos Câmpus		x			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. R: Durante todo o processo de implantação do IF Catarinense procuramos respeitar o princípio da segregação de funções, se em algum momento não foi possível atender integralmente foi por absoluta falta de servidores.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. R: com toda certeza a alta gestão sempre procurou observar as sugestões emanadas do controle interno, principalmente enxergando-o como um órgão orientador e não meramente punitivo.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. R: Sim os objetivos e metas estão formalizados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) amplamente debatido nas comunidades escolares na época da constituição do IF Catarinense				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. R: Sim, durante as reuniões do colegiado sempre se buscava identificar a criticidade de algumas ações buscando o aprimoramento e a devida implantação dessas, sempre observando as metas e objetivos traçados principalmente no PDI.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. R: apesar de estarmos ainda num período de transição entre as antigas autarquias e Escolas Vinculadas, buscamos sempre identificar os riscos inerentes ao processo de planejamento estratégico. Apesar de ser amplamente debatido e discutido no colegiado de dirigentes, muitas vezes o MEC nos impunha ações que deveriam ser cumpridas imediatamente, ultrapassando nossa esfera de decisão.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. R: normalmente debatíamos durante as discussões do colegiado todos os riscos inerentes a tomada de decisão. O que estava fragilizado era o registro dessas ações nas atas provenientes do colegiado;			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. R: Sim, todos os riscos eram mensurados, no entanto como registramos anteriormente, algumas ações eram determinadas pela expansão do ensino tecnológico do País, sem uma avaliação mais detalhada dos gestores.			x		

15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. R: sim, sempre procuramos identificar os riscos das tomadas de decisões. identificados os riscos procurávamos outras alternativas ou até o abandono do projeto, evitando ao máximo qualquer prejuízo a Instituição.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. R: o histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades é mínimo e sempre que se teve notícias procuramos apurar e normalizar a situação.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. R: todas as denúncias consistentes a gestão apurou responsabilidades.			x		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. R: não há norma interna sobre a guarda de estoque e inventário de bens e valores, no entanto seguimos as normativas do Poder Central que rege as Autarquias Federais		x			
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. R: ainda que de forma muito incipiente procuramos adotar várias ações preventivas procurando evitar riscos maiores a Instituição.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. R: durante a implantação do IF Catarinense houve uma mudança estrutural no controle das ações, aprimorando-o e contribuindo sobremaneira na tomada de decisões.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. R: Sim, não houve grandes dispêndios no período que pudesse significar um gasto maior que o benefício, grande parte foram gastos em diárias passagens e combustíveis decorrentes de deslocamentos justamente para discutir o controle como política de gestão.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. R: sim, após a consolidação do IF Catarinense procuramos dotar a estrutura da autarquia de uma sistemática equipe de controladoria, onde há um Auditor Chefe em exercício na Reitoria e cada Câmpus possuindo seu Auditor Interno que atendem a política de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. R: Sim, procuramos sempre comunicar as pessoas adequadas das informações que poderiam impactar a gestão, procurando sempre evitar o erro e corrigir a tempo caso já tivesse ocorrido.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. R: Sim, todos os relatórios provenientes do controle nos dão o exato caminho a percorrer, seja de forma preventiva ou corretiva.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. R: sempre foi em todos os aspectos, merece um pequeno destaque negativo na acessibilidade, não por falta de publicidade mas sim por falta de orientação aos atores envolvidos em encontrar as informações.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. R: sim, sempre que repassadas as informações, os profissionais responsáveis buscaram se adequar as situações preventivas e/ou corretivas.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. R: entendemos ser ainda um pouco falho a disseminação das informações, mas é um processo de amadurecimento do IF Catarinense.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5

28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. R: sim, todas as ações do controle tem recebido monitoramento do próprio controle interno bem como dos gestores, além da própria Controladoria Geral da União em SC				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. R: sim, tem propiciado um enriquecimento nos procedimentos administrativos da Instituição, sempre buscando o atendimento integral das políticas de gestão em consonância com o aparato legislativo.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. R: com certeza, tem sido de grande valia no aprimoramento dos conhecimentos adquiridos ao longo do tempo.				x	
Considerações gerais: há de se considerar que a Autarquia possui apenas 03 anos de existência e continua em constante aprimoramento e consolidação.					

Análise da direção do Câmpus de Araquari

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. <i>Entendo que até percebemos, mas não damos o suporte adequado, até mesmo por não termos um plano de controle interno eficaz.</i>				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. <i>Entendo que isto, hoje não é claro e transparente na Instituição, falta divulgação e informação quanto a importância dos mesmos, inclusive por iniciativa da Audin.</i>			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. <i>Entendo que carecemos de padrões de comunicação, de acordo com as áreas e demandas.</i>				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. <i>Existe o código de ética e conduta do servidor público que rege e está implantado no Câmpus.</i>					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. <i>Ainda podemos melhorar a parte documental.</i>				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. <i>Temos trabalho interno na construção do PPA (Planejamento Pluri-anual do Câmpus) é um processo contínuo e devido a pouca idade do IF Catarinense deverá sofrer contínuo acompanhamento.</i>				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. <i>Cabe uma melhor metodologia envolvendo a coletividade da gestão.</i>			X		

12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. <i>É possível a partir de uma linha de planejamento bem clara e definida.</i>			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. <i>Hoje não temos isto, mas seria importante pensarmos em sua aplicação.</i>		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. <i>Não temos parâmetros para esta avaliação.</i>		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. <i>Não temos bases para esta identificação.</i>		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. <i>Não temos bases e históricos para tais.</i>	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. <i>Acreditamos que possamos sanar as ocorrências, quando de seu surgimento, porém, carecemos de uma maior divulgação de como proceder de forma eficaz nestes casos, falta treinamento e padronização no IF Catarinense.</i>			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. <i>O Câmpus criou suas próprias normatizações, atribuindo responsabilidades e outras informações.</i>				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. <i>A UNAI tem executado este trabalho junto a gestão.</i>	X			X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. <i>Não temos nenhum índice que possa mensurar estes dados, talvez possa ser definido numa política de planejamento.</i>			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. <i>Cabe uma maior orientação por parte da AUDIN, de como poderíamos implantar tais atividades e quais seriam as mais indicadas a nossa realidade.</i>				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. <i>Ainda estamos na busca de um padrão que nos gere segurança.</i>				X	
As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. <i>Raramente, até mesmo por carecermos de padronização no IF Catarinense.</i>		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. <i>Temos que melhorar internamente a transparência, não temos divulgação dos atos e decisões e ainda outros, para atingirmos toda a comunidade.</i>			X		
A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. <i>Não temos um sistema definido.</i>			X		

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. <i>Não temos um sistema definido.</i>			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. <i>Não temos um sistema definido.</i>			X		
Considerações gerais:					

Análise da direção do Câmpus de Sombrio

Estrutura de controles internos da UJ RESPOSTAS DA DIREÇÃO GER

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Considerações gerais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Os altos dirigentes (reitor e diretor geral) sempre optam por proporcionar qualificação necessária para que o servidor responsável pelo setor possa executar com a maior qualidade possível os serviços sob sua responsabilidade. Ainda temos o problema da aceitação do colega servidor para determinadas funções, uma vez que a gratificação não condiz totalmente ou satisfatoriamente com a tarefa a ser executada e acompanhada pelo responsável. Outro impecilho é a redistribuição interna e externa de nossos colegas. 2) Eu senti que no nosso Câmpus isso ainda não é suficientemente percebido por nossos colegas. Tudo me leva a crer que todos conhecem os mecanismos que usamos para o controle, mas lamentavelmente aqueles que se dizem oposição não o fazem com o merecido cuidado. 3) Usamos muito a internet com nossos e-mails institucionais para as mais diversas comunicações internas. Somente na minha gestão perdemos todas as informações acumuladas durante pelo menos duas vezes. No segundo semestre de 2011 optamos por usar os servidores da Google para não perdermos mais estas informações e conseqüentemente o acesso rápido por causa da avariação de nossos servidores, principalmente pela queda constante de nossa energia. 4) Informamos que em muitos setores existem documentos em forma de regulamentos que são seguidos pelo Câmpus, como por exemplo: sistema de protocolo; regimento disciplinar; regulamento didático pedagógico que padronizam nossos procedimentos. 5) Assim como informei no item anterior, existem algumas condutas padronizadas por escrito daquilo que precisamos aplicar em nossas tarefas diárias. Ainda não existe muita coisa por escrito nos setores administrativos para padronizarmos por completo nossas ações. Veja isso como prioridade. 6) Alguns servidores são convocados através de Ordens de Serviço e outros são convidados verbalmente para participar e colaborar. 7) Em alguns colaboradores não consigo vislumbrar um efetivo compromisso total com seus afazeres. Nosso grupo é restrito e imagino que por isso não temos as devidas opções de escolha 					

- certa para o servidor certo no lugar certo.*
- 8) *Na minha gestão sempre optei por deixar o servidor encarregado de cumprir o que foi planejado. Se ele encontrasse dificuldades ele era orientado em buscar apoio.*
 - 9) *Com certeza a cobrança das chefias para o mais perfeito acompanhamento resultam na busca dos resultados que foram planejados.*
 - 10) *São falizados no Planejamento Estratégico.*
 - 11) *No setor pedagógico (80 professores) existem muitos debates de idéias sobre os mais diversos assuntos relacionados com educação, como por exemplo a avaliação que não é unânime entre o grupo, fazendo com que existam formas diversas de como e quando avaliar. Em um ou outro caso isso traduz numa reprovação em massa o que abala a consecução dos objetivos planejados.*
 - 12) *A direção geral tem uma boa noção dos riscos internos e externos que nos podem afetar e sempre trabalha no sentido de que o nome da Instituição seja preservado de forma inabalável. No entanto, algumas atitudes de estudantes e dos próprios servidores chegam a denegrir nossa imagem.*
 - 13) *Não é prática ainda bem trabalhada no nosso Câmpus a questão de níveis de riscos nas diversas chefias. Sabemos que em alguns escalões hierárquicos se tem uma maior facilidade de resolver quando definidos, mas em contrapartida, em outros, esta compreensão é pouco aplicada.*
 - 14) *A avaliação de riscos não é feita de forma contínua. Somente quando acontece um sinal de perigo ou provável erro cometido é que agimos para nos proteger e sanar a inconsistência. Não tivemos uma Auditoria Interna muito atuante e eficiente na nossa gestão e isso também deixou de contribuir.*
 - 15) *Na verdade quando eles surgem são tratados de forma a minimizar a questão e se busca uma maneira de solucioná-los, não em escala de prioridade e sim na medida em que surgem.*
 - 16) *Uma das maiores causas de perdas é resultado da lei de licitações. Já compramos pincéis para quadros escolares que não tinham a qualidade e conseqüentemente a durabilidade que esperávamos. Já compramos sementes e adubos que chegaram depois da época ideal para o plantio. Na nossa região de abrangência pouquíssimas empresas estão totalmente em dia para concorrer para poder vender para o Câmpus, fazendo com que certa feita nosso café veio do Rio de Janeiro. Com certeza absoluta, este valor poderia ser reduzido, se encontrássemos mais empresas locais com interesse de entregar as mercadorias de que precisamos.*
 - 17) *Se existisse em nosso meio alguma fraude ou desvio comprovados, com certeza, instauraríamos uma sindicância agindo dentro da lei para apurar responsabilidades e ressarcimentos.*
 - 18) *Existem procedimento padrões no setor de Patrimônio e Almoxarifado para guarda, estoque e inventário de nosso Câmpus.*
 - 19) *Todo gestor quer incessantemente atingir os objetivos traçados pela UJ. E conosco não é diferente. As ações do grupo gestor sempre foram atingir os objetivos aos quais nos propomos e estavam claros para o grupo.*
 - 20) *Dentro de uma gestão sim. Esgotado o seu tempo também são alteradas as atividades de controle em sua forma de acompanhamento. Muitas ações até saio da natureza do Câmpus e continuam uma vez que em grande parte os detentores mais próximos destas ações.*

permanecem os mesmos ou mudam de forma insignificativa de funções.

- 21) O Câmpus deveria aplicar mais recursos na capacitação de suas chefias para que os controles trouxessem mais eficiência e satisfação para quem as aplica e para quem possa ser beneficiado.*
- 22) Tudo sempre é executado lembrando do controle para atingirmos com plenitude os objetivos para não errarmos.*
- 23) Toda e qualquer informação relevante que vier de fora ou a que surge internamente segue os passos lógicos: identificação, documentação, armazenamento e comunicação para o setor ou para o servidor a que ela se refere.*
- 24) Normalmente a informação vem direcionada para alguém ou para o setor e então não existe dificuldade da tomada de decisão necessária.*
- 25) Todas as informações que recebemos em nosso Câmpus tem as características citadas.*
- 26) As informações atendem aos grupos ou pessoas para as quais são encaminhadas e entendidas como imprescindíveis para a eficácia.*
- 27) Adotamos em nossa gestão fazer a comunicação ao chefe e este por sua vez tem a obrigação de fazê-la chegar aos seus comandados. Isso em alguns momentos teve sua dificuldade, pois atendemos em três períodos e em três locais diferentes: na sede, na unidade de Sombrio e na unidade de Turvo. Está começando a ter alguma dificuldade de se fazer uma reunião com o atingimento total da equipe e aí não podemos afirmar que atingimos o objetivo integralmente.*
- 28) Em toda reunião do grupo diretivo ou de parte dele se fala na lembrança a todos d que devemos primar e acompanhar sempre no sentido de termos os controles internos no ápice de nosso alvo.*
- 29) Eu considero de que não somos instruídos suficientemente, para avallar o sistema. Somos na grande maioria do tempo apenas cumpridores das solicitações recebidas. Acho que a própria reitoria deveria colocar esses assuntos em pauta para uma discussão que abrangesse e padronizasse todo o IF Catarinense.*
- 30) Assim como já mencionei em respostas anteriores volto a afirmar que com as cobranças dos diversos níveis: Auditoria interna do Câmpus; Auditoria interna do IFC; CGU e AGU melhoramos a cada exercício que passa e erramos menos, logo com isso temos uma melhora nos controles internos do nosso Câmpus e em consequência do IF Catarinense.*

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida.** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Análise da direção do Câmpus de Camboriú

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
<p>1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Não só dão suporte ao funcionamento como também às decisões estratégicas do Câmpus, por exemplo, a implantação do controle da produção dos laboratórios de prática orientada gerou a possibilidade da quantificação de investimento em pesquisa e extensão.</p>					X
<p>2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Como estamos reinventando muitos mecanismos de controle, adequando-os as premissas exigidas, no momento apenas as pessoas mais ligadas aos procedimentos de controle é que possui total conhecimento, os demais membros de nossa comunidade interna possuem um conhecimento mais subjetivo.</p>				X	
<p>3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Nossa comunicação é adequada, mas não atinge a eficiência quando as pessoas passam a não observar os meios utilizados, por este fato alcançamos apenas parte da comunidade, e principalmente as pessoas mais envolvidas nos processos. Contudo todo o semestre a Direção Geral faz uma reunião com a comunidade expondo as ações realizadas no semestre anterior, e planejadas para o próximo semestre.</p>				X	
<p>4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.</p> <p>JUSTIFICATIVAS: O Câmpus utiliza como código de ética o decreto nº 1171/94 – Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal por entender ser este que nos cabe.</p>					X
<p>5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Já possuímos muita padronização em nossas instruções operacionais, tais como os modelos padronizados de imagens dos IFs instituído pela setec, modelos de correspondências instituídos pela Reitoria; modelos de solicitações e relatórios de viagens instituído pelo SCDP, solicitações de materiais instituídos pelo DAP, controle da circulação de mercadoria instituído pelo DAP entre outros, mas ainda temos muito a fazer como IF Catarinense.</p>				X	
<p>6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Um dos mecanismos mais usados em nosso Câmpus são as reuniões setoriais para desenvolvimento do planejamento gerencial e operacional das atividades do setor, desenvolvem-se também duas reuniões gerais por ano onde se assimilam muitas idéias para novas proposições, e presta-se contas a comunidade interna das ações da direção geral.</p>				X	
<p>7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Sim quando delegado a alguém determinada proposição, planeja-se com a pessoa suas atividades, a questão é que ainda não formalizamos as atividades de algumas funções hierárquicas no Câmpus.</p>				X	
<p>8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Possuíamos até meados de 2011, dois problemas de segregação de funções no departamento de administração e planejamento, que quando apontados pela Auditoria do Câmpus foram prontamente corrigidas.</p>					X
<p>9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Depois de implantarmos a pedido de nossa auditoria uma série de controles, percebemos a contribuição real dos controles em nossos resultados planejados.</p>					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5

<p>10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Os objetivos que surgiram das auditorias estabelecidas em nosso Câmpus após a transformação em IF estão formalizados, assim como os relacionados no ensino, apenas em 2012 começamos a criar objetivos operacionais para reestruturação de setores. Entretanto possuímos algo ainda maior que os meros objetivos que se possam criar dentro de nossos campos, a própria lei de criação dos IFs, já nos propõe uma serie de objetivos, que nosso Câmpus busca atingir, mesmo que de forma não formalizada, mas presente em nosso dia a dia.</p>					X	
<p>11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.</p> <p>JUSTIFICATIVA: As auditorias internas realizadas em nosso Câmpus identificaram pontos críticos na execução de objetivos e ações de desenvolvimento processuais, e gerou novos objetivos, que estamos trabalhando no momento. Entretanto ao final de 2011 iniciamos o estudo do plano de ação para 2012, a fim de atuarmos em cima de uma planilha facilitando a condução dos trabalhos e controle dos mesmos.</p>					X	
<p>12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Entendemos que os objetivos estratégicos dos IFs estão ligados a lei de implantação, portanto ainda não desenvolvemos nosso Planejamento estratégico. Contudo avaliamos sim o ambiente organizacional para traçarmos as ações que nos farão atingir o que prescreve a lei.</p>		X				
<p>13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Não é uma pratica formalizada, a ligação de riscos operacionais aos níveis hierárquicos por entendermos que antes dos riscos há a responsabilidade do agente publico para com seu Câmpus, mesmo assim desenvolvemos reuniões para debater e melhorar as ações dos diversos setores de nosso Câmpus, suprimindo a possibilidade de riscos.</p>		X				
<p>14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Há um acompanhamento constante dos ambientes pelo nível estratégico do Câmpus, e quando necessário um debate nas reuniões semanais dos diretores, ainda temos de formalizar a referida prática.</p>					X	
<p>15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Os riscos identificados são debatidos nas reuniões de direção, apenas ao final de 2011 começamos a identificar riscos e criamos uma planilha de ações para 2012, entretanto os objetivos formalizados ainda estão mais formatados em níveis inferiores, e não estrategicamente na obtenção de nossos objetivos estratégicos ou meramente legais.</p>		X				
<p>16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.</p> <p>JUSTIFICATIVA: O único fato de 2011 que pudesse gerar desconfiança a alguma parte já está sendo apurado em processo administrativo disciplinar, não havendo ainda finalização e resultado pertinente ao fato solicitado.</p>					X	
<p>17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Sim, em 2010 abriu-se uma sindicância para apurar os fatos de um furto em nosso Câmpus, e em 2011 para apurar se houve algum procedimento ilícito nas atividades de nossa cooperativa escola.</p>						X
<p>18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.</p> <p>JUSTIFICATIVA: Há fluxos de trabalho definidos, não entendemos ser uma normatização, mas sim uma formatação de ações que garantam o funcionamento dentro das prerrogativas legais.</p>		X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5	

19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. JUSTIFICATIVA: Não possuímos tais políticas, entretanto os controles implantados a partir de 2010 tem se mostrado eficientes, no momento encontramos algumas dificuldades relacionadas a falta de pessoal, para que se possa realmente acompanhar estes controles e desenvolver sua eficácia.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. JUSTIFICATIVA: Atualmente temos um controle implantado de forma consistente, a ponto de nos propor um acompanhamento dos mais diversos setores do Câmpus em vários quesitos, tais como consumo de insumos, acessos ao Câmpus, movimentação de produção, entre outros.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. JUSTIFICATIVA: Não se elevou nenhum custo a não ser os operacionais de impressão de um relatório ou outro.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. JUSTIFICATIVA: A soma dos controles implantados em nosso Câmpus atingem o Câmpus como um todo, havendo ainda apenas alguns problemas relacionados a reestruturação de dois setores que possuíam bens de nossa antiga mantenedora.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. JUSTIFICATIVA: A chefia do gabinete tem uma secretaria específica para as tratativas da respectiva documentação, assim como o DAP e o DDE.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. JUSTIFICATIVA: O levantamento das informações é desenvolvido nos departamentos e elencadas para a tomada de decisões do Diretor Geral.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. JUSTIFICATIVA: Após os controles implantados a partir de 2010, o novo programa da secretaria acadêmica entre outros. No momento buscamos a identificação de nosso Câmpus com o SIGA ADM, contudo temos obtido informações reais a tempo e extremamente confiáveis.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. JUSTIFICATIVA: As informações divulgadas internamente são claras e transparentes, estamos ainda com problemas em nossa Home Page que poderia dar maior visibilidade as divulgações necessárias a nossa comunidade interna.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. JUSTIFICATIVA: Todas as comunicações oficiais direcionadas a comunidade interna são encaminhadas por email próprio contendo o endereço eletrônico de todos os servidores do Câmpus, entretanto para aqueles que não acessam a rede, encaminhamos documento por escrito.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. JUSTIFICATIVA: Apesar da dificuldade de pessoal, o DAP desenvolve o acompanhamento das atividades com certa frequência para observância de sua eficácia.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. JUSTIFICATIVA: Atualmente temos um controle implantado de forma consistente, a ponto de nos propor um acompanhamento dos mais diversos setores do Câmpus em vários quesitos, tais como consumo de insumos, acessos ao Câmpus, movimentação de produção, entre outros.					X

30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. JUSTIFICATIVA: Os sistemas de controle implantados não apenas deram novas perspectivas ao desempenho de nosso Câmpus, mas também possibilitam uma maior clareza na tomada de decisão. Por exemplo, o gerenciador de materiais nos dá a perspectiva desde a eficiência dos modelos produtivos de ensino prático até as possibilidades de diferenciação alimentar no refeitório.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Análise da direção do Câmpus de Rio do Sul

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	

16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					

Análise da direção do Câmpus de Videira

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					

Análise da direção do Câmpus Concórdia

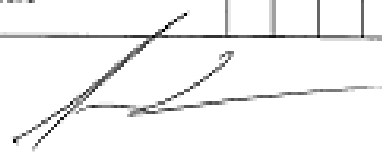
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. Justificativa:					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. Justificativa:				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. Justificativa:				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. Justificativa:				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. Justificativa:				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. Justificativa:					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. Justificativa:				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. Justificativa:					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. Justificativa:				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. Justificativa:					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. Justificativa:				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Justificativa:					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. Justificativa:				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. Justificativa:				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. Justificativa:				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Justificativa:					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. Justificativa:					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. Justificativa:				X	

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. Justificativa:				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. Justificativa:				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. Justificativa:				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. Justificativa:				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. Justificativa:				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. Justificativa:				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. Justificativa:				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Justificativa:					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. Justificativa:				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. Justificativa:				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. Justificativa:				X	
Considerações gerais:					
<p>3. Visando o favorecimento da comunicação dentro da Instituição, foi criado um Informativo bimestral do Câmpus impresso, distribuído a todos os servidores. Utilização do correio eletrônico para socialização de informações. Publicação do quantitativo de Despesas do Câmpus, mensalmente nos Quadros Murais bem como na Home Page. Apresentação de relatório das atividades desenvolvidas à comunidade escolar em reuniões promovidas pelos dirigentes. Disponibilização de Documentos de interesse geral e da Legislação na Home Page da instituição.</p> <p>5. Estão disponibilizados na Home Page do Câmpus, documentos para instrução de processos/procedimentos.</p> <p>16. Não há histórico de fraudes na Unidade. As eventuais perdas decorrentes de furtos de pequenos objetos são apuradas através da instauração de sindicâncias.</p>					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

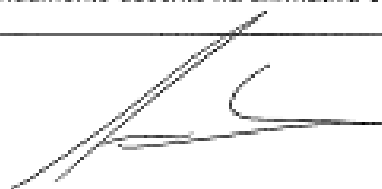
Análise do Pró-Reitor de Extensão

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X



18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Considerações gerais: A QUESTÃO N.º 16 DEIXO EM BRANCO PORQUE NÃO TENHO COMO					
LEGENDA <i>REVISADA</i>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



ANEXO V

Gestão ambiental e licitações sustentáveis - Araquari

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Abaixo listaremos.				X	
. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
Considerações Gerais: DETALHAMOS NO FINAL.					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na</p>					

afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Complementação do quadro **item 1**, sendo as exigências que estamos adotando como padrões de sustentabilidade:

Para Obras:

1) Declaração de comprometimento com as normas práticas de sustentabilidade, onde a licitante deverá declarar que na execução do objeto estará adotando sob sua responsabilidade plena o atendimento ao que segue:

1.1) Medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituto no Decreto nº 48.138, de 8 de Outubro de 2003;

1.2) Fornecerá aos empregados lotados na execução do objeto equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para execução das atividades;

1.3) Fornecerá aos empregados lotados na execução do objeto, orientações e diretrizes para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

1.4) A separar os resíduos em recicláveis ou não, dando as destinações cabíveis a cada qual destes e como se dará a forma de coleta destes;

1.5) Respeitará as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

1.6) Executará o objeto em contratação em plena conformidade com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de Janeiro de 2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Estas exigências adotamos em 02 dos 03 processos licitatórios que realizamos em 2011 para obras.

Para certames de objetos diversos:

1) Para os itens abaixo relacionados, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só serão aceitas as propostas de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, o qual será averiguado por meio de consulta junto ao site do IBAMA:

Grupo carne bovina, suína, aves, pescados, derivados, frios, congelados – Nenhum item deste grupo;

Grupo hortifruti – granjeiros – Nenhum item deste grupo;

Grupo cereais, óleos, farináceos, industrializados – Itens 42 ao 106;

Grupo material de limpeza e outros – Nenhum item deste grupo;

2) Para os itens **17 ao 26, 61 ao 68, 83 ao 85 e 98 ao 106**, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, **só serão aceitas** as propostas de produto cujo **FABRICANTE** esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, o qual será averiguado por meio de consulta junto ao site do IBAMA.

A averiguação da compatibilidade mencionada no item anterior será realizada por meio de consulta junto ao site do IBAMA, por meio do CNPJ do fabricante do produto.

3) Para os itens 1 ao 157, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só serão aceitas as propostas de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, o qual será averiguado por meio de consulta junto ao site do IBAMA.

4) Documento emitido em nome da licitante e/ou fabricante do item cotado que comprove que as madeiras utilizadas na fabricação e/ou montagem dos itens são oriundas de áreas de florestas nativas com Projetos de

Manejo Florestal ou de áreas de reflorestamento aprovados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, conforme prevê a Instrução Normativa nº 112/2006 **ou**;

Certificado de Regularidade do cadastro técnico federal junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA com validade vigência na data da solicitação, que comprove que a licitante e/ou fabricante do item cotado está legalizada perante a este órgão fiscalizador para industrialização de madeiras oriundas de florestas nativas ou de reflorestamento, conforme Lei Federal nº 6.938/1981 e alterações dadas pela Lei nº 10.165/2000.

Quanto ao **item 2** do quadro, salienta-se que não dispomos de ferramentas ou meios que nos permitam uma exatidão nesta resposta, até mesmo, se considerarmos que antes de 2010 estas aquisições eram realizadas diretamente pela UFSC.

Quanto ao **item 3** do quadro, é cabível registrar que esta prática está começando a ser implantada gradativamente em nossos processos, mas ainda requer um pouco mais de conhecimento para sua melhor aplicação.

Quanto ao **item 4** exigimos certificações de acordo com o objeto sob licitação, como por exemplo certificação do IBAMA ou Ministério do Meio Ambiente, nos moldes que elencamos no item 1.

Quanto ao **item 5** no caso específico de obras exigimos o uso destes recursos e na aquisição de material elétrico, buscamos tais aquisições, inclusive contemplamos no PE 12/2011, porém, não temos como mensurar o quantitativo de economia, uma vez que não temos índices e/ou indicadores que possam mensurar este montante.

Quanto ao **item 6** não concretizamos nenhuma aquisição que atenda ao especificado, salientando porém, que em citação ao papel reciclado, o mesmo tem seu valor de mercado muito mais elevado do que o papel branco padrão, e sua aquisição traria prejuízos orçamentários a Administração. Visando sanarmos um pouco este impacto na esfera do meio ambiente, buscamos realizar as impressões em frente e verso, e com isso economizamos no consumo de papel.

Quanto ao **item 7**, é cabível registrar que a Instituição não realizou qualquer aquisição de veículos no exercício de 2011, até mesmo, por este tipo de aquisição está **restrita pelo decreto nº 7.446/2011 (art. 5º, IV)**, não obstante, cabe informar que registramos preços para aquisição de veículos por meio do PE SRP 10/2011, onde na descrição dos mesmos, um dos itens especificados seria a obrigatoriedade destes serem do tipo bio-combustível.

Quanto ao **item 8**, é cabível um estudo mais aprofundado, para iniciarmos a aplicação destes meios nesta unidade.

Quanto ao **item 9**, estamos trabalhando para melhorar ainda mais nossas descrições, assim como exemplificarmos similaridades com marcas duradouras, visando assim continuarmos adquiridos itens com estas características.

Quanto ao **item 10**, sim estamos com estas exigências em nossas obras em execução e ainda trabalhando da busca de novas exigências que possam aumentar tais economias futuras.

Quanto ao **item 11**, atualmente a separação é básica e simples, e diante desta carência, temos trabalhado para elaborarmos projetos futuros para qualificarmos e aplicarmos estes meios de modo amplo e atendendo toda a demanda Câmpus.

Quanto ao **item 12**, temos enviado e-mails de conscientização para todos do câmpus, visando economizarmos tais consumo, bem como evitarmos o uso de copos descartáveis, substituindo por copos e ou canecas individuais, procedimento que também adotamos em nosso refeitório, além de afixarmos lembretes nas salas, alertando para o desligamento das lâmpadas e o uso consciente.

Quanto ao **item 13**, ainda temos que avançar muito, pois pouco foi realizado neste sentido, poucos bate papos e ciclos de conversa, nada muito amplo.

Gestão ambiental e licitações sustentáveis - Camboriú

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Resposta: Reciclagem e economia de energia				X	
. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Resposta: Móveis, veículos e equipamentos diversos.				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Resposta: Consumo eficiente mais redução					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Resposta: Toners e cartuchos de tinta para impressoras					X
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Resposta: Cartazes, site e adesivos					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? Resposta: Cartazes, site e adesivos					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA					

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Gestão ambiental e licitações sustentáveis – Concórdia

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da					

necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p>22. Os critérios de sustentabilidade ambiental aplicados foram a aquisição de Lâmpadas econômicas, aquisição de papel reciclado, aquisição de madeira com certificação de Extração Legal advinda de área de reflorestamento, aquisição de máquinas e equipamentos dotados de componentes recicláveis (Computador “Verde”), bem como a Contratação de obras com sistema de captação de água das chuvas.</p> <p>5. A mensuração exata não é possível, no entanto, considerando-se o quantitativo de aquisições efetuadas estima-se um impacto considerável sobre o consumo de água e energia elétrica.</p> <p>23. A unidade adquiriu produtos reciclados tais como papel reciclado, Cartucho de Tonner remanufaturado e embalagens recicladas.</p> <p>24. No último exercício, não houve aquisição de veículos automotores pela Instituição.</p> <p>25. A preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento é manifestada através da aquisição de Cartuchos de Tonner (recarregáveis), embalagens e papel recicláveis.</p> <p>12 A Instituição promove, entre os servidores movimentos em prol da diminuição do consumo de água e energia elétrica, através de campanhas de conscientização visando a redução do consumo, promoção de “Dia de Campo”, focado na questão ambiental e a criação do Informativo do Campus, onde são publicadas matérias referentes ao tema.</p> <p>13. As campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os servidores foram procedidas através da realização de “Dia de Campo”, focado na questão ambiental, substituição dos copos descartáveis com a distribuição de copos de vidro, para todos os servidores, apoio às atividades realizadas pela Comissão de Boas Práticas Ambientais, bem como a realização de diversas atividades de conscientização envolvendo alunos e servidores.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Gestão ambiental e licitações sustentáveis – Rio do Sul

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<p>Licitações Sustentáveis</p> <p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Foram aplicados critérios de habilitação em licitações do tipo "origem da madeira dos móveis" entre outros exemplos.</p>				x	
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>			x		
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>			x		

<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>Em aquisições de produtos que usem madeira, como móveis por exemplo, tem sido exigido a certificação de origem da madeira.</p>				X	
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>Na aquisição de lâmpadas fluorescentes houve um pequeno decréscimo no consumo de energia e verificou-se que nas obras novas que exigem torneiras automática também trouxe resultados positivos no menor consumo de água.</p>				X	
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 			X		
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? <p>Todos os veículos adquiridos são exigidos a normatização do PROCONVE</p>				X	
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>				X	
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>					X
<p>11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>				X	
<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
<p>Considerações Gerais:</p>					
<p>LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Gestão ambiental e licitações sustentáveis – Videira

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				x	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			x		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? R – HOUVE ECONOMIA NOS GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA, POIS ESSES NOVOS EQUIPAMENTOS PERMITEM CONTROLAR MELHOR SEUS CONSUMOS.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado com embalagem biodegradável;				x	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			x		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. (Ex: Edital de Concorrência Pública 01/2011, anexo XI, contrato, cláusula quarta, subitem 4.1.11 e ss. 4.1.12 e ss. E 4.1.13 e ss)					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? R – NAS REUNIÕES REALIZADAS SEMPRE SÃO INFORMADOS AOS SERVIDORES E QUE OS MESMOS REPASSEM AOS DEMAIS, SOBRE COMO PROCEDER PARA DIMINUIÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA. SÃO DEIXADOS TAMBÉM, EM TODAS AS SALAS E AMBIENTES, LEMBRETES PARA ESSE CONTROLE.			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha			X		

(palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? R – NAS REUNIÕES REALIZADAS SEMPRE SÃO INFORMADOS AOS SERVIDORES E QUE OS MESMOS REPASSEM AOS DEMAIS, SOBRE COMO PROCEDER PARA MELHOR CONSCIENTIZAR A TODOS SOBRE A CORRETA UTILIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE E SEUS RECURSOS NATURAIS.					
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Gestão ambiental e licitações sustentáveis - Reitoria

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Resolução CONAMA 237/97, lei Federal 6938/1981 alterada pela Lei 10.165/2000					X
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?				X	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais:					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO VI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Memorando Interno DTI 005/2012

Blumenau, 02 de fevereiro de 2012

Do: Coordenador de Tecnologia da Informação

Para: Presidente da Comissão da Elaboração do Relatório de Gestão 2011

Prezado Marangoni,

Quero fazer uma observação quanto ao método de avaliação da gestão de TI do IFC para o relatório. Utilizar o sistema de avaliação utilizado pelo TCU para obter uma média das avaliações das unidades não reflete a realidade da gestão de TI devido às disparidades de cada local. Os relatórios individuais, por unidade, poderiam refletir a realidade, se assim fossem analisados. Baseado nesse fato sugere-se que sejam adotados métodos alternativos de avaliação, onde se tenha o reflexo da realidade da TI no IFC, ao mesmo tempo em que, atenda as exigências do TCU.



Marcio Crescencio
Coordenador de TI da reitoria

ANEXO VII

Gestão de TI – Reitoria

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X	X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.					
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		X			
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

2
Informar quantitativos

5%
Informar o percentual de participação

Gestão de TI – Sombrio

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	X				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.			03		
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.			0%		
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Gestão de TI – Araquari

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					

4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	04 servidores efetivos Nenhum terceirizado				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação:20%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		X			
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	X				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: Com a criação do Fórum de TI do IF - Catarinense em 2012 e do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação, as contratações e soluções de tecnologia informação serão melhoradas e aplicadas.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Gestão de TI – Concórdia

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	x				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	x				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	x				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	3 servidores 0 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					x
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		x			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					

8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		x			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	x				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	10 %				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	x				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.		x			
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		x			
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Gestão de TI – Rio do Sul

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	02 Servidores Efetivos 00 Terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.			X		
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		X			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				

13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Gestão de TI – Videira

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		x			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		x			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		x			
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	7				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	x				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.		x			
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		x			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.		x			
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	10%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	x				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	x				
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		x			
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

ANEXO VIII



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Blumenau, 02 de fevereiro de 2012.

Relatório do Grau de desenvolvimento da gestão de TI do IFC quanto a:

Planejamento da área

Em abril de 2011, iniciou-se uma tratativa com o Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática – SISP, para obter apoio ao Projeto de elaboração do PDTI da instituição. Em virtude da carência de recursos humanos na TI da Reitoria, que conta com apenas dois servidores, o planejamento da área não pode ser concluído, porém, com o apoio do consultor do SISP e seguindo a metodologia proposta por ele foi possível concluir a primeira fase do projeto. O fluxo de elaboração do PDTI na metodologia do SISP conta com três fases: preparação, diagnóstico e planejamento. Na fase de preparação, foi instituído através de Portaria do Reitor, o Comitê Gestor de TI de natureza deliberativa, que têm por objetivo alinhar os investimentos de tecnologia da informação com os objetivos estratégicos institucionais e definir as prioridades dos projetos de TI, é composto além do Reitor pelos Pró-Reitores de todas as Pró-Reitorias e pelos Diretores Gerais de cada Campus. Também foi instituído através de Portaria do Reitor, o Fórum de TI, composto pelos Coordenadores de TI de cada Campus e da Reitoria, com a finalidade de dar apoio técnico ao CGTI. Além disso, através de uma Portaria do Reitor foi designado os servidores para compor a equipe de elaboração do PDTI, composta pelos membros do FTI. Em razão do processo de eleição para Reitor e Diretores Gerais que ocorreu no segundo semestre de 2011 e também o processo de transição nos meses de janeiro e fevereiro, o Colegiado de Dirigentes – CODIR - decidiu na reunião ordinária de novembro de 2011, quando o coordenador da equipe do PDTI foi apresentar o Plano de Trabalho para elaboração do PDTI, que seriam suspensas as atividades e seriam retomadas em março de 2012, quando constituída a nova equipe de Gestão do Reitor eleito. Conforme o cronograma disposto no plano de trabalho a previsão de término do PDTI é junho de 2012.

Perfil de Recursos Humanos envolvidos

A reitoria conta com apenas dois servidores de carreira para exercer tanto as atividades executivas quanto as atividades de gestão da área. Em 2010, por determinação do Reitor, foi designado um professor de carreira da área de informática para assumir a coordenação de implantação do sistema de gestão pedagógica, subordinado à Pró-Reitoria de ensino sem vínculo com a área de TI. Nos campi, a realidade é muito desigual entre eles, enquanto em alguns campi a equipe de TI é bem estruturada, com pessoal suficiente para atender as demandas do setor, em outros a carência de pessoal no setor prejudica a Unidade. Não existe um plano de carreira específica, além do definido pelo MEC.



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE**

REITORIA
Rua das Missões, 100 - Ponta Aguda
89051-000 - Blumenau/SC
Telefone: 47-33400430
WWW.ifc.edu.br



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Segurança da Informação

Na Reitoria nenhum comitê de segurança da informação foi criado.

Desenvolvimento e Produção de Sistemas

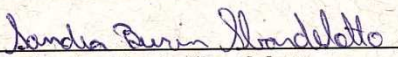
Na Reitoria não tem uma área específica para desenvolvimento e produção de sistemas, sendo assim, este item não se aplica.

Contratação de Bens e Serviços de TI

Um contrato para prestação de suporte em TI por uma empresa especializada foi assinado em 2011. A empresa contratada teve a incumbência de atender o Campus Avançado de Blumenau, o Campus Avançado de Ibirama e a Reitoria em Blumenau. No entanto, a ausência de um processo de trabalho formalizado ou área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI por causa do baixo efetivo de servidores na TI dessas unidades e da Reitoria impediram o acompanhamento ideal das ações da terceirizada e prejudicou o percentual de participação em relação ao desenvolvimento interno dessas unidades, ficando em um nível muito abaixo do esperado e levando a conclusão da necessidade de realizar adequações no contrato antes de renová-lo.


Marcio Crescenço
Coord. Tecnologia da Informação
Portaria de 18/03/2011
DOU de 22/03/2010

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS SOMBRIO			UG 158462
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Depreciação do exercício conforme macrofunção 02.03.30, manual SIAFI da Secretaria do Tesouro Nacional.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Santa Rosa do Sul	Data	23 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	 Sandra Burin Sbardelotto	CRC nº	SC-020826/O-5

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE - CAMPUS CONCÓRDIA - UG 158461

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

- a) Depreciação - Os bens do Balanço Patrimonial não foram depreciados, devido a falta de software adequado.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Concórdia, 27 de fevereiro de 2012.



DELIDES LORENSETTI
CONTADORA – CRC 20683

Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.


DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (UJ)	Código da UG
Instituto Federal Catarinense	158460

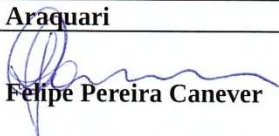
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- a) Depreciação, que não foi realizada devido a falta de um sistema adequado para os lançamentos auxiliares.
- b) Relatório Mensal de Bens, que não foi entregue a contabilidade durante o ano de 2011.
- c) Relatório Mensal de Almojarifado, que não foi entregue a contabilidade referente ao período de maio a dezembro de 2011.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Camboriú	Data	01 de março de 2012
Contador Responsável	 Jakeline Becker Carbonera	CRC n°	023669/05

Declaração do Contador com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinenses Campus Araquari		158459	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Saldo contábil do almoxarifado não confere com RMA;b) Saldo contábil de bens móveis não confere com RMB;c) Falta de atualização monetária dos ativos permanentes;d) Falta depreciação, amortização de ativos permanentes; <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Araquari	Data	28/02/2012
Contador Responsável a partir de 22/12/2011	 Felipe Pereira Canever	CRC nº	031476/O-3

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (U.J)			Código da UG
Instituto Federal Catarinense Campus Araquari			158459
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siasf (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) O saldo contábil do almoxarifado não confere com o RMA;</p> <p>b) O saldo contábil dos bens móveis não confere com o RMB;</p> <p>c) Falta de atualização monetária dos ativos permanentes;</p> <p>d) Falta de depreciação e amortização.</p> <p>ÓBS.: Sistema de controle patrimonial substituído pelo SIGA-ADM necessitando de conferências e acompanhamento para comprovar sua eficiência.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Araquari/SC	Data	29/02/2012
Contador Responsável	 Rosimere Krauze de Almeida Mendes	CRC nº	CRC/SC 027291/O-2



INSTITUTO FEDERAL
CATARINENSE
Campus Camboriú

DECLARACAO DO CONTADOR		
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE- 158460		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes dos Sistema Siafi(Balanco Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na lei 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO, no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Fornecimento mensal dos relatórios de RMA e RMB para as devidas contabilizações em função de adequação de sistema de controle paralelo;b) Lançamento da depreciação e função de ausência de controle paralelo; <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>		
Local	Camboriú – Santa Catarina	24/02/2012
Contador Responsável	Sandro Marcos Levati	CRC: SC-031441/0-8


CPF 019305159-10

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE –
CAMPUS VIDEIRA - UG 158379**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

a) Falta de registro de Depreciação de Ativos Permanentes: devido ao fato de ainda não apresentarmos um sistema operacional de controle de Patrimônio adequado, que permita este registro mensal.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local: Videira/SC

Data: 24/02/2012



Liliane J. Orso
Contadora
CRC/SC 030016-0
IFC Campus Videira

Contadora Responsável: Liliane J. Orso
CRC n° 030016/O

 **INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CATARINENSE
Campus Rio do Sul**

Estrada do Redentor, 5665 Bairro Canta Galo - RIO DO SUL (SC) - (047) 3531-3700

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Instituto Federal Catarinense/Campus Rio do Sul	158458
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Rio do Sul - SC	Data: 24/02/2012
Contador Responsável: Ana Maristela Opaloski Piedade	CRC n.º: 027689/O-6


Ana Maristela Opaloski Piedade
Contadora CRC/SC 027689/O-6
I.F.C. - Campus Rio do Sul

Quadro B.1.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense			158125
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Depreciação de Ativos Permanentes, as quais não foram feitas devido a falta de um sistema de controle patrimonial que permita apurar adequadamente a depreciação.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Blumenau	Data	01/03/2012
Contador Responsável	Lilian Campagnin Luiz	CRC n°	SC-030057/O-1


Lilian Campagnin Luiz
 Contadora
 CRC-SC 030057/O-1
 IFC / REITORIA